

Mapeamento de Movimentos e Entidades Feministas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa





Índice



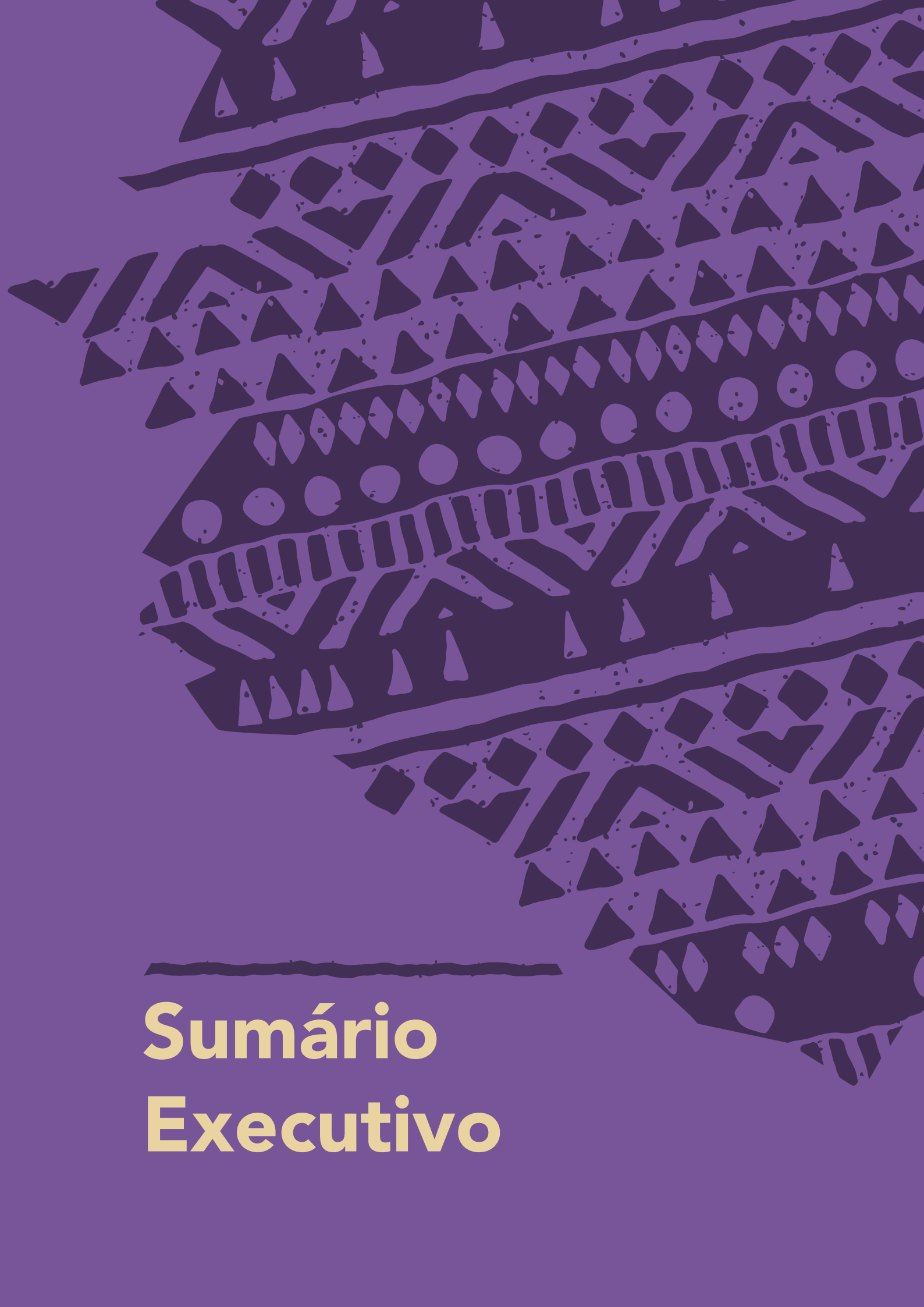
Siglas e Acrónimos	4
Sumário Executivo	5
1. Introdução e Enquadramento	20
1.1 Legado Histórico e Político	21
1.2 Dimensões Socioeconómicas	23
2. Resultados	25
2.1 Análise Regional	26
2.1.1 Mobilização Feminista	26
2.1.2 Panorama de Financiamento	27
2.1.3 Desafios	29
2.1.4 Oportunidades	30
2.2 Análise por País	31
2.2.1 Angola	31
2.2.2 Cabo Verde	43
2.2.3 Guiné Equatorial	52
2.2.4 Guiné-Bissau	62
2.2.5 Moçambique	74
2.2.6 São Tomé e Príncipe	86
3. Conclusões e Recomendações	96
3.1 Conclusões	97
3.2 Recomendações	98
Referências Bibliográficas	102



Siglas e Acrónimos

AWDF	Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Africanas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
FEMNET	Rede de Comunicação e Desenvolvimento das Mulheres Africanas
DGF	Discussões em Grupos Focais
VBG	Violência Baseada no Género
EIC	Entrevista a Informante-Chave
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Queer, Intersexo, Assexuais e outros
NVivo	Software de Análise Qualitativa de Dados
PALOP	<i>Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa</i>
SDSR	Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos
WROs	Organizações de Defesa dos Direitos das Mulheres





Sumário

Executivo



Este relatório apresenta um mapeamento abrangente dos movimentos feministas e pelos direitos das mulheres nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), incluindo Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Oferece uma análise detalhada de como as entidades feministas, formais e informais, jovens e intergeracionais, rurais e urbanas, se organizam em condições de restrições políticas, marginalização linguística e fragilidades económicas. Apesar destas limitações, a organização feminista nos países africanos de língua portuguesa é dinâmica, interseccional e profundamente enraizada na resiliência comunitária, na criatividade e no cuidado.

Âmbito e Objetivos

Encomendado pelo Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Africanas (em inglês, AWDF), este estudo foi realizado com os seguintes objetivos:

- Analisar os contextos políticos, económicos e culturais que influenciam a organização feminista nos países africanos de língua oficial portuguesa
- Compreender as tipologias e estratégias das entidades feministas e pelos direitos das mulheres
- Identificar padrões de financiamento, bem como lacunas e barreiras sistémicas ao seu acesso
- Explorar a presença de movimentos anti-direitos/anti-género e as contra-respostas
- Fornecer recomendações estratégicas à AWDF e ao ecossistema de doadores em geral, para potenciar o apoio, visibilidade e sustentabilidade da organização feminista na região

Metodologia

O mapeamento utilizou uma metodologia feminista de métodos mistos, combinando abordagens qualitativas e quantitativas, em seis países africanos de língua oficial portuguesa. Participaram nas discussões em grupos focais mais de 48 entidades feministas, que forneceram perceções fundamentadas sobre as realidades da construção de movimentos, prioridades programáticas e desafios contextuais. De forma complementar, foi realizada uma rápida pesquisa quantitativa com 60 feministas, o que permitiu captar tendências e perspetivas mais amplas na região.





Adicionalmente, foram realizadas três entrevistas a informantes-chave de entidades financiadoras que forneceram informações estratégicas sobre o panorama de financiamento e dinâmicas institucionais. Foi aplicada uma análise participativa feminista para examinar áreas temáticas, constrangimentos estruturais e estratégias dos movimentos. A investigação incluiu ainda uma extensa revisão da literatura e de quadros de políticas, particularmente os que se encontram alinhados com as agendas feministas regionais. Por fim, o estudo analisou dados específicos de cada país sobre padrões de financiamento, tendências de *advocacy* e trajetórias históricas de mobilização feminista, construindo assim uma compreensão comparativa e detalhada do ecossistema.

Limitações e Estratégias de Mitigação

Limitações	Estratégias de Mitigação
A limitada infraestrutura digital, especialmente em áreas rurais, dificultou significativamente uma participação mais ampla de entidades que trabalham no terreno em comunidades remotas.	A equipa recorreu a discussões em grupos focais presenciais e trabalhou com investigadoras feministas locais para recolher dados offline.
As disparidades linguísticas representaram um desafio, uma vez que a coexistência do português, crioulo e inglês complicou a análise em tempo real e exigiu apoio adicional de tradução.	Desde o início que a equipa de investigação trabalhou com investigadoras feministas multilingues locais, garantindo consistência e relevância linguística nos vários contextos.
Em contextos politicamente delicados, como a Guiné Equatorial, o elevado risco de vigilância e repressão dificultou a verificação de dados ou o acesso a informações fiáveis, resultando em sub-representação.	A equipa utilizou questionários anónimos para a recolha de dados e estabeleceu parcerias com investigadoras feministas locais de confiança.
Os tumultos ocorridos em Angola também atrasaram o processo de recolha de dados.	As consultoras conseguiram ajustar o plano de trabalho, pois tinham planeado datas flexíveis para a recolha de dados.





Síntese das Conclusões

a. Tipologia de organizações e entidades feministas



Organizações Comunitárias

Estes grupos, frequentemente informais e não registados, centram-se em diversas questões como a solidariedade económica, resposta à VBG e educação entre pares (por exemplo, as cooperativas na Guiné-Bissau, os grupos rurais em Cabo Verde e os movimentos na Guiné Equatorial).



Movimentos Juvenis e Digitais

Tal como o MovFemme, em Moçambique, estas iniciativas digitais emergentes difundem o feminismo interseccional e as questões LGBTQIA+ entre o público mais jovem.



ONGs Institucionais

Como o Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) ou a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), que trabalham em estreita colaboração com o Estado, mas frequentemente enfrentam dificuldades em alcançar as comunidades.



Feministas Ligadas à Religião

Particularmente na Guiné-Bissau, há grupos que adotam uma ética feminista ancorada nas práticas culturais e alinhada com os valores comunitários e a religião.



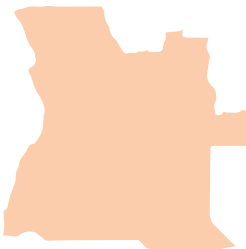
Iniciativas Criativas e de Cura

Coletivos artísticos em zonas pós-conflito, como no norte de Moçambique, utilizam o teatro, a poesia e murais para mobilizar e regenerar as comunidades.





b. Destaques por País

País	Destaque
Angola 	O movimento feminista é descentralizado e predominantemente urbano, sendo que as principais entidades têm de lidar com repressão cívica e vigilância. As organizações concentram-se na reforma legal, nos direitos económicos das mulheres e no acesso à justiça, particularmente para sobreviventes de violência baseada no género (VBG). As plataformas digitais são cada vez mais utilizadas para sensibilização e mobilização feminista, apesar das barreiras de conectividade e custo. A colaboração entre regiões continua a ser limitada, mas há um interesse crescente na solidariedade inter-movimentos e no envolvimento dos jovens. Em Angola, o feminismo enfrenta barreiras estruturais enraizadas no conservadorismo social e cultural, na influência da Igreja no governo e nos princípios religiosos incrustados nas instituições públicas. Embora não exista um movimento antifeminista formal, a resistência coordenada de atores políticos, religiosos e mediáticos afeta ativamente as agendas feministas, o que ficou evidente durante a revisão do Código Penal em 2020, quando estes grupos se uniram para se opor à manutenção das exceções ao aborto e à sua legalização. Utilizando uma retórica cultural, religiosa e moralista, estes movimentos conseguiram estereotipar as feministas como imorais e anti-família, refletindo uma resistência pública persistente e organizada ao progresso feminista.
Cabo Verde 	A organização feminista foca-se no trabalho de cuidados, na saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) e na visibilidade das comunidades LGBTQIA+. Estão a ganhar força movimentos digitais liderados por jovens que promovem o discurso feminista nas escolas e nos espaços urbanos. Mulheres de comunidades costeiras e piscatórias emergem como agentes centrais no ativismo pela justiça climática. Há uma crescente coordenação inter-ilhas e interesse na solidariedade feminista regional. Não existe um movimento anti-género formal, embora tenha ocorrido um protesto contra uma mulher que cortou os genitais do marido.





Guiné Equatorial



A organização feminista ocorre sob intensa repressão, pois as ativistas enfrentam vigilância, censura e restrição de liberdades civis. As questões centrais incluem violência baseada no género, falta de acesso aos SDRS e criminalização de identidades LGBTQIA+. As estratégias utilizadas incluem redes informais, uma mobilização comunitária discreta e *advocacy* liderada pela diáspora devido aos riscos internos. As estruturas patriarcais enraizadas e as políticas estatais restritivas criam um ambiente hostil à igualdade de género, apesar da ausência de movimentos antifeministas formais. As ativistas feministas e queer enfrentam estigmatização, exclusão e censura moral, e o feminismo é frequentemente apresentado como uma imposição ocidental e traição cultural. As ações governamentais reforçam normas de género tradicionais e limitam o espaço cívico para os defensores dos direitos das mulheres.

Guiné-Bissau

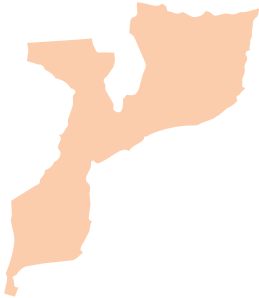


O movimento feminista é caracterizado por uma mobilização de base comunitária e informal, enraizada no conhecimento local, na ajuda mútua e na solidariedade. As ativistas priorizam a literacia, a autonomia económica através de cooperativas e a consciência cívica como ferramentas de empoderamento feminista. A maioria dos grupos opera sem registo legal formal ou financiamento consistente, dependendo da confiança comunitária e do voluntariado. A sua organização é discreta mas poderosa, integrada na sobrevivência diária e no cuidado coletivo. Não existe um movimento anti-género na Guiné-Bissau.



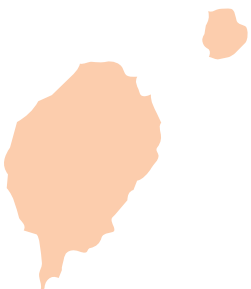


Moçambique



O país é reconhecido pelo seu ecossistema feminista dinâmico e diverso, marcado por fortes coligações e uma liderança intergeracional consolidada. A sua proximidade com países de língua inglesa coloca-o numa posição mais favorável, comparativamente a outros movimentos e organizações de língua portuguesa. As entidades feministas atuam em zonas rurais e urbanas, recorrendo a estratégias artísticas, digitais e jurídicas. As questões centrais incluem a violência baseada no género, a sub-representação política das mulheres e o impacto cumulativo dos desastres climáticos nas regiões do norte do país. Apesar das limitações estruturais, os movimentos têm desenvolvido respostas criativas, desde campanhas móveis de sensibilização até espaços de cura feministas. Embora não existam movimentos anti-direitos ou antifeministas formalmente organizados, há grupos fundamentalistas religiosos que promovem práticas nefastas, como a poligamia, o controlo sobre os corpos das mulheres, a rejeição da educação sexual ou a oposição aos direitos das minorias sexuais. Esta hostilidade é exemplificada por figuras públicas que proferem declarações violentas contra ativistas feministas. Em resposta, os movimentos feministas, especialmente os formados por mulheres jovens, mobilizaram-se através de marchas, campanhas e debates públicos, utilizando slogans fortes para desafiar o sexismo, defender os direitos humanos e rejeitar as tentativas de retrocesso na igualdade de género.

São Tomé e Príncipe



O movimento feminista demonstra um forte compromisso ao nível da base com a organização feminista, mesmo perante o estigma social e uma infraestrutura limitada. Iniciativas lideradas por jovens, como o projeto PERIQUETE, estão a expandir a educação e sensibilização para o género. As associações informais desempenham um papel vital na mobilização comunitária, através de campanhas porta a porta e narração de histórias. Apesar da escassez de recursos, quase todos os grupos inquiridos expressaram interesse em integrar redes feministas de língua portuguesa.





d. Principais Áreas de Atuação

Prioridades nos 6 Países



Violência Baseada no Género

Os grupos feministas estão a combater a VBG através de campanhas de sensibilização, apoio às sobreviventes, e promoção de reformas legais, particularmente em regiões onde a proteção estatal ainda é frágil e inconsistente.



Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

Organizações que defendem a autonomia corporal, acesso seguro ao aborto, dignidade menstrual e uma educação sexual abrangente para os jovens, implementada em contextos culturais e religiosos desafiantes, que exigem um trabalho cuidadoso de envolvimento comunitário e criação de parcerias.



Liberdade Económica

Movimentos feministas cada vez mais interventivos em relação à exclusão das mulheres dos sistemas financeiros formais e das proteções sociais. Estes movimentos defendem o acesso ao crédito, reconhecimento do trabalho informal e considerações de género na elaboração orçamental, particularmente em áreas rurais e periurbanas onde os meios de subsistência são mais precários.



Participação Política

As mulheres continuam a estar significativamente sub-representadas nos espaços de tomada de decisão. As entidades feministas continuam insistir na necessidade de reformas que não só aumentem o número de mulheres, mas que também assegurem uma efetiva participação nas estruturas dos partidos e processos de elaboração de políticas.



Direitos LGBTQIA+

As pessoas LGBTQIA+ continuam altamente marginalizadas em toda a região, sendo muitas vezes discriminadas ou sofrendo estigma social. Alguns grupos feministas começam a incluir abertamente mulheres queer nos seus esforços de advocacy, desafiando o silêncio da sociedade e também do próprio movimento feminista sobre estas questões.



Climate Feminism

Este tipo de ativismo está a ganhar força, especialmente em áreas vulneráveis às alterações climáticas como Cabo Verde e o norte de Moçambique. As entidades feministas estão a articular a justiça ambiental com o trabalho de assistência, os deslocamentos e a segurança alimentar, salientando os impactos de género da crise climática e a necessidade de estratégias de adaptação lideradas pelas comunidades.





d. Principais Desafios





e. Oportunidades

Nos PALOP observa-se um interesse crescente na construção de movimentos e na solidariedade feminista, tanto dentro das fronteiras nacionais como entre países. As organizações e entidades feministas manifestaram claramente o seu interesse em integrar uma rede feminista regional, demonstrando vontade de promover aprendizagens partilhadas, *advocacy* conjunta e visibilidade coletiva. A narração de histórias, a história oral e o trabalho cultural estão a destacar-se como ferramentas organizativas poderosas, especialmente em contextos rurais ou com baixos níveis de literacia. Estas abordagens valorizam as tradições locais e, ao mesmo tempo, permitem a transformação de narrativas e a mobilização comunitária, particularmente entre jovens e grupos marginalizados.

É encorajador que se comece a consolidar a mentoria intergeracional, em que feministas experientes orientam líderes emergentes através de partilhas informais de conhecimento e de iniciativas estruturadas. As comunidades da diáspora desempenham igualmente um papel de apoio, contribuindo para colmatar lacunas de financiamento e fortalecer a *advocacy* internacional. Muitos grupos feministas da região procuram ativamente cocriar estruturas inclusivas e interseccionais que reflitam as realidades de pessoas com deficiência, das identidades queer, do idadismo e da desigualdade racial. Paralelamente, estão a surgir alianças estratégicas, como parcerias com ministérios governamentais ou universidades públicas, o que demonstra que as entidades feministas não só desafiam o status quo, como também influenciam as práticas institucionais e políticas públicas através da colaboração e inovação.







Recomendações Estratégias e Programáticas

Desafio	Recomendação Estratégica	Objetivo/ Impacto	Ações	Indicadores	Lições de Implementação
Marginalização linguística	Estabelecer uma Infraestrutura Feminista de Língua Portuguesa: tradução, balcão de apoio e centros de apoio para as subvenções	Garantir a inclusão linguística e uma acesso alargado a financiamento e participação	- Criar um balcão de apoio em língua portuguesa, composto por técnicos de subvenções e movimentos, fluentes em português. - Traduzir convites à apresentação de propostas, ferramentas, relatórios e plataformas para português, espanhol e crioulo, quando aplicável. - Disponibilizar gratuitamente centros de apoio à elaboração de candidaturas em português e espanhol, pelo menos duas vezes por ano. - Financiar custos de interpretação/tradução para encontros regionais e publicações feministas.	- Acessibilidade plena em português em todas as plataformas de doadores até ao final de 2026. - Pelo menos 30 grupos comunitários apoiados anualmente através dos vários balcões de apoio.	Utilizar facilitação multilingue (português, crioulo, línguas locais) e ferramentas de tradução em todos os processos.
Falta de financiamento consistente e flexível para organizações comunitárias e grupos não registados.	Fornecer financiamento estrutural de longo prazo para organizações comunitárias e não registadas	Reforçar a resiliência e a sustentabilidade dos movimentos de base comunitária	- Identificar organizações comunitárias e grupos não registados. - Apoia-los nas candidaturas a financiamento estrutural de longo prazo.	Pelo menos 10 organizações de países africanos de língua portuguesa financiadas anualmente.	Permitir flexibilidade na prestação de contas e reduzir os requisitos de auditoria para incluir coletivos informais
Barreiras linguísticas em candidaturas a financiamento.	Desenvolver plataformas de financiamento linguisticamente acessíveis e de fácil utilização	Assegurar um acesso equitativo aos recursos dos doadores e visibilidade para todas as entidades do movimento	Traduzir todos os recursos para português, espanhol e crioulo, sempre que possível.	Todos os documentos de financiamento traduzidos e disponibilizados até ao final de 2026.	Disponibilizar modelos, candidaturas em formato áudio e mecanismos de <i>feedback</i> assíncronos.
Fraca solidariedade feminista entre países de língua portuguesa	Lançar uma Rede Regional de Solidariedade Feminista de Países de Língua Oficial Portuguesa e facilitar encontros regionais	Construir alianças transfronteiriças para <i>advocacy</i> , aprendizagem e mobilização conjunta	- Identificar as principais entidades feministas nos 6 países. - Identificar plataformas online para alojar a rede. - Estabelecer uma rede de solidariedade digital. - Planear encontros regionais.	Uma rede regional estabelecida até ao segundo trimestre de 2026	Utilizar a narração de histórias e campanhas conjuntas para promover a confiança e visibilidade entre os países





Desafio	Recomendação Estratégica	Objetivo/ Impacto	Ações	Indicadores	Lições de Implementação
Acesso digital e conectividade limitados, especialmente em áreas rurais	Apoiar os movimentos feministas no desenvolvimento de uma estratégia digital híbrida com plataformas de baixo consumo de dados e alcance offline	Reduzir o fosso urbano-rural e reforçar a mobilização feminista digital	- Avaliar as necessidades de acesso digital e comunicação dos grupos feministas, especialmente em zonas rurais e de baixa conectividade. - Co-criar e financiar modelos híbridos de comunicação que combinem ferramentas digitais de baixo consumo de dados (p. ex., WhatsApp, Facebook Lite) com métodos offline (p. ex., rádio, narração de histórias, fóruns comunitários). - Realizar formações em literacia e segurança digital adaptadas a movimentos feministas informais e liderados por jovens.	- Até ao 2º trimestre de 2026, ter concluído pelo menos 5 análises à escala nacional, utilizando as suas conclusões para apoiar estratégias digitais. - Até ao 4º trimestre de 2026, ter pelo menos 6 grupos feministas a testar modelos híbridos, com 60% a reportar maior envolvimento comunitário. - Até ao final de 2026, 300 entidades feministas formadas em literacia e segurança digital, com pelo menos 30% de aumento de conhecimentos, medido através de avaliações iniciais e finais.	Tirar partido do <i>WhatsApp</i> , rádios comunitárias e formação entre pares em zonas de baixa conectividade
Vigilância e repressão cívica em países como a Guiné Equatorial e Angola	Ligar as feministas a um Fundo de Solidariedade e Segurança para proteger ativistas e apoiar a organização clandestina	Reduzir o risco para as ativistas na linha da frente e assegurar a continuidade dos esforços de resistência	- Mapear e validar os fundos de solidariedade e proteção existentes (regionais e internacionais), apropriados para ativistas feministas e LGBTQIA+ em contextos restritivos. - Desenvolver um sistema confidencial de referência, através de intermediários locais de confiança ou organizações parceiras, para permitir um acesso seguro e discreto a fundos. - Criar e divulgar orientações seguras e multilingues (incluindo em formatos orais/ áudio) sobre como aceder e utilizar o financiamento, especialmente em contextos rurais e de baixa conectividade.	- Pelo menos 3 fundos de solidariedade/segurança ativos identificados e disponíveis para referência nos primeiros 6 meses. - Um mecanismo de referência operacional em pelo menos 4 países, com protocolos de anonimato e segurança estabelecidos, até ao final do 1.º ano. 50 ativistas feministas ou grupos apoiados através do fundo até ao final do 2.º ano, com 75% a reportar maior segurança, visibilidade ou mobilidade.	Trabalhar através de investigadores locais de confiança e plataformas anónimas em contextos de alto risco





Desafio	Recomendação Estratégica	Objetivo/ Impacto	Ações	Indicadores	Lições de Implementação
Exclusão de vozes marginalizadas (p. ex., LGBTQIA+, mulheres rurais, ativistas trans)	Financiar projetos de narração de histórias, tradução e investigação feminista sobre lacunas na inclusão	Difundir vozes e sistemas de conhecimento feministas sub-representados	• Lançar um programa de microfinanciamento para as organizações comunitárias documentarem experiências feministas através da narração oral de histórias, especialmente de mulheres rurais, idosas, LGBTQIA+ e com deficiência. • Apoiar a tradução de materiais de investigação e <i>advocacy</i> feminista para as línguas locais e variantes de crioulo, alargando o seu alcance e compreensão.	• 10 iniciativas de narração de histórias ou tradução financiadas em 12 meses, com diversidade geográfica e demográfica. • Pelo menos 5 recursos-chave feministas traduzidos e disseminados em línguas locais em 3 ou mais países.	Trabalhar em parceria com líderes comunitários para chegar às comunidades rurais ou marginalizadas
Fragmentação entre movimentos feministas liderados por jovens e os movimentos institucionais	Criar Programas de Mentoria Intergeracional e Assembleias Feministas.	Promover a aprendizagem intergeracional e reduzir a fragmentação organizacional.	• Design and implement intergenerational Conceber e implementar programas de mentoria intergeracional que juntem feministas experientes a jovens ativistas através de narração oral de histórias, intercâmbio digital e encontros presenciais. • Financiar assembleias feministas nacionais onde ativistas diversificadas (jovens, idosas, LGBTQIA+, vozes rurais) possam identificar lacunas de inclusão e propor estratégias feministas. • Apoiar a documentação multilingue e a tradução das histórias de mentoria, as conclusões das assembleias e os conhecimentos feministas em formatos acessíveis (áudio, línguas locais, visual).	• Pelo menos 3 grupos de mentoria lançados em diferentes países, cada um com um mínimo de 10 pares mentora-mentorada por ano. • 4 assembleias feministas nacionais realizadas em dois anos, com 30% de participantes rurais ou sub-representadas. • Mínimo de 6 produções feministas (histórias, sínteses informativas, relatórios) criadas anualmente em 3 ou mais línguas locais ou formatos orais.	Facilitar a mentoria informal e baseada na confiança, em paralelo com programas formais.





Desafio	Recomendação Estratégica	Objetivo/ Impacto	Ações	Indicadores	Lições de Implementação
Esgotamento e fraca infraestrutura de cuidados para ativistas feministas	Investir em programas de cuidado coletivo, justiça restaurativa e apoio à saúde mental	Construir ecossistemas feministas sustentáveis e sensíveis ao trauma	- Apoiar financiamento estrutural para as organizações feministas assegurarem uma infraestrutura direcionada para o bem-estar, incluindo salários, ciclos de descanso e serviços de saúde mental. - Promover formações regionais e sessões de aprendizagem entre pares para líderes e ativistas feministas sobre cuidados sensíveis ao trauma, cura coletiva e prevenção do esgotamento. - Criar um fundo feminista de cuidados para financiar apoio de emergência, cuidados psicossociais e práticas comunitárias de cura, especialmente para ativistas que enfrentam violência ou exaustão.	- Pelo menos 30% das organizações financiadas a receber financiamento estrutural (não associado a projetos) que inclua recursos para cuidados e bem-estar. - Um mínimo de 4 formações ou retiros sobre práticas sensíveis ao trauma realizados anualmente, à escala regional, com a participação de pelo menos 5 países. - Fundo Feminista de Cuidados lançado com pelo menos 10 subvenções concedidas anualmente para apoiar iniciativas de saúde mental, descanso ou recuperação pós-trauma.	Integrar o cuidado como elemento central nos financiamentos, prazos e requisitos de prestação de contas.
Sub-representação em fóruns globais feministas e espaços de tomada de decisão	delegadas de países de língua portuguesa e publicar documentos de posição em fóruns globais	Posicionar feministas lusófonas em espaços globais de tomada de decisão	- Atribuir financiamento específico e acompanhar a participação em fóruns como o a AWID, a CSW, o Fórum Feminista Africano e cimeiras em língua portuguesa. - Apoiar a produção de documentos de posição, manifestos e comunicados redigidos por feministas lusófonas.	- Um documento de posição redigido por feministas lusófonas submetido em cada um dos principais fóruns feministas a partir de 2026. - Pelo menos 5 delegadas lusófonas apoiadas anualmente em cada um dos fóruns internacionais.	Traduzir ferramentas de <i>advocacy</i> global para português e patrocinar a participação em eventos internacionais.





1

Introdução e Enquadramento



A organização feminista nos países africanos de língua portuguesa tem decorrido, historicamente, na periferia do discurso feminista global e regional, constrangida pelo isolamento linguístico, pelo autoritarismo pós-colonial e por desigualdades sistêmicas de financiamento. É essencial compreendermos as trajetórias históricas e sociopolíticas dos PALOP para contextualizar o surgimento e a evolução dos movimentos feministas nestes países.

1.1 Legado Histórico e Político

O legado do colonialismo português nos PALOP representa uma trajetória histórica distinta que continua a moldar as realidades sociopolíticas e de gênero dessas nações. Ao contrário de outros impérios europeus, que começaram a dismantelar as suas colônias africanas nas décadas de 50 e 60 do século XX, Portugal manteve o seu domínio até meados da década de 70, apenas abrindo mão desse controle após a Revolução dos Cravos de 1974, em Lisboa. Esta descolonização tardia provocou transições abruptas e sem preparação para a independência, deixando no seu rasto lacunas institucionais, estruturas estatais frágeis e uma reduzida capacidade de governação local (Chabal, 2002; Cann, 1997).

Durante o período colonial, o Estado português recorreu ao Lusotropicalismo — uma estrutura ideológica desenvolvida por Gilberto Freyre e institucionalizada sob o regime do Estado Novo — como justificação do seu projeto imperial. O Lusotropicalismo defendia que o colonialismo português era mais “humano” e culturalmente integrador do que os seus equivalentes britânico ou francês. Exaltava a mestiçagem racial, a assimilação linguística e a educação missionária católica como instrumentos de civilização, mascarando, no entanto, hierarquias profundas de natureza racial, cultural e de gênero (Castelo, 2007). Na prática, esta ideologia legitimou a dominação patriarcal, a eliminação das culturas indígenas e a supressão da dissidência em matérias de gênero. Caracterizou as mulheres africanas colonizadas como mães subservientes, trabalhadoras sexualizadas ou objetos de caridade cristã — papéis que permanecem entranhados nas normas de gênero do pós-independência (Nascimento, 2020).

Após conquistarem a independência, entre 1974 e 1975, a maioria dos PALOP transitou para regimes de partido único. Nestes Estados pós-libertação, o poder foi consolidado pelos antigos movimentos anticoloniais, como o MPLA, em Angola, e a FRELIMO, em Moçambique. Estes regimes mantiveram um modelo de governação militarizado e centralizado, frequentemente caracterizado por autoritarismo, vigilância e pouca tolerância pelo pluralismo político (Vines, 2011; Roque, 2009). A sociedade civil — em





especial os movimentos feministas e comunitários — foi assimilada pelas estruturas do Estado ou severamente limitada, à medida que os partidos no poder procuravam monopolizar a autoridade ideológica e suprimir vozes dissidentes, incluindo as que reivindicavam a igualdade de género, direitos LGBTQIA+ ou autonomia sexual.

Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, o período logo após a independência foi ainda agravado por longos conflitos civis. Estas guerras devastaram as economias nacionais e as infraestruturas sociais, cimentando culturas de violência e desconfiança na governação. Nestes contextos, a organização feminista tornou-se simultaneamente perigosa e fragmentada. O espaço público foi militarizado e a legitimidade estatal corroída, limitando profundamente a interação com atores cívicos ou a criação de políticas de género transformadoras.

Em contraste, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe conheceram transições comparativamente pacíficas para a independência e para uma governação democrática. Contudo, estes pequenos Estados insulares permaneceram em grande medida dependentes da ajuda internacional, com os doadores externos a exercerem uma influência significativa sobre as prioridades das políticas de género. As agendas feministas nestes contextos são frequentemente constrangidas pela falta de financiamento interno sustentável, pela reduzida autonomia política e pela fraca representação nos órgãos nacionais de tomada de decisão. Apesar de o espaço cívico ser menos restrito, a organização feminista autónoma ainda se encontra em desenvolvimento e tende a concentrar-se nos centros urbanos, com pouca penetração nas zonas rurais ou no ativismo juvenil.

A Guiné Equatorial representa um caso singular e complexo. Apesar de ter aderido ao bloco PALOP em 2014, após adotar o português como língua cooficial (a par do espanhol e do francês), o seu passado colonial sob domínio espanhol e o atual regime autoritário colocam-na fora da trajetória comum dos países lusófonos. Sob a presidência de Teodoro Obiang, a Guiné Equatorial tem-se mantido entre os regimes mais repressivos do mundo, com violações sistemáticas da liberdade de expressão, reunião e associação (Sundiata, 1996; Civicus, 2024). Os ativistas feministas e LGBTQIA+ no país enfrentam riscos acentuados de vigilância, prisão e violência estatal, sendo que muitos operam na clandestinidade ou no exílio. Apesar de gestos oficiais de inclusão, a adoção da língua portuguesa não se traduziu numa verdadeira aproximação cultural ou política aos movimentos feministas de expressão portuguesa.

No seu conjunto, as trajetórias pós-coloniais dos países africanos de língua portuguesa revelam como os legados coloniais, os constructos ideológicos como o Lusotropicalismo e o militarismo das lutas de libertação moldaram profundamente os contornos do ativismo feminista contemporâneo. Estes sistemas institucionalizaram a desigualdade de género, restringiram a expressão cívica e deixaram as entidades feministas lusófonas sub-representadas no panorama feminista pan-africano e global. Ainda assim, estes movimentos persistem, muitas vezes de forma informal, atravessando barreiras linguísticas e culturais e, mesmo sob ameaça, constroem





formas de resistência interseccionais e comunitárias que reivindicam não apenas visibilidade, mas também justiça transformadora.

1.2 Dimensões Socioeconómicas

Extrativismo Económico

Os PALOP, em particular Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, continuam enraizados em economias dependentes da exportação de matérias-primas, um legado direto do extrativismo colonial. Estas economias dependem fortemente de um reduzido número de produtos de exportação: o petróleo bruto em Angola, o gás natural e o carvão em Moçambique, a castanha de caju na Guiné-Bissau e o cacau em São Tomé. Esta estrutura monoexportadora deixa os países excecionalmente vulneráveis às flutuações de preços no mercado global, a choques externos e aos interesses das empresas multinacionais (UNCTAD, 2020). A predominância do investimento estrangeiro direto nas indústrias extrativas tende a marginalizar as comunidades locais, verificando-se um reduzido reinvestimento em infraestruturas sociais ou em modelos de desenvolvimento sensíveis ao género.

Vistos através do prisma feminista, estes modelos extrativistas não são neutros em termos de género. As mulheres, especialmente nas comunidades rurais e indígenas, são desproporcionalmente afetadas pela expropriação de terras, pela degradação ambiental e pela militarização que frequentemente acompanha a exploração de recursos naturais. Investigadoras feministas como Dianne Elson (2002) e organizações africanas como o Fórum Mulher, em Moçambique, têm criticado estas economias por serem profundamente patriarcais e exploradoras, reforçando divisões de trabalho baseadas no género e excluindo as mulheres dos processos de tomada de decisão sobre a terra, a governação ambiental e a distribuição de receitas.

Além disso, prioridades económicas nacionais centradas na extração de recursos resultam frequentemente num subinvestimento crónico nas infraestruturas de cuidados, saúde e educação — setores que têm impacto direto nos meios de subsistência e no bem-estar das mulheres. Em Angola, por exemplo, apesar das elevadas receitas provenientes do petróleo, os sistemas públicos de saúde permanecem subfinanciados, e o país tem ainda uma das mais altas taxas de mortalidade materna do mundo. Este paradoxo de riqueza a coexistir com pobreza marcada pelo género constitui um traço característico do patriarcado extrativista.

Predomínio do Trabalho Informal

Nos PALOP, grande parte das mulheres economicamente ativas trabalha na economia informal, que inclui a venda ambulante, a agricultura em pequena escala, o trabalho doméstico, a pesca artesanal e o pequeno comércio. Embora o setor informal seja





frequentemente retratado como um espaço de resiliência empreendedora, as economistas feministas argumentam que representa, mais corretamente, um espaço de sobrevivência perante a exclusão estrutural (ONU Mulheres, 2018; Elson, 2002). As mulheres que trabalham nestes setores enfrentam baixos salários, más condições de trabalho, ausência de proteção legal e exclusão dos benefícios sociais associados ao emprego, como licença de maternidade, pensões ou seguros de saúde.

Esta realidade é agravada por desigualdades interseccionais: as mulheres rurais, mulheres com deficiência e pessoas LGBTQIA+ inseridas em economias informais enfrentam múltiplas formas de discriminação, inclusive dentro dos próprios movimentos feministas e sindicais. Por exemplo, na Guiné-Bissau e em Moçambique, as vendedoras do comércio informal são frequentemente alvo de assédio policial, tributação arbitrária e abusos verbais, sem qualquer acesso a mecanismos de justiça.

Além disso, a centralidade do trabalho informal das mulheres no sustento das suas famílias e das economias comunitárias é frequentemente invisibilizada no planeamento económico nacional e na formulação de políticas públicas. Ativistas e movimentos feministas têm reiteradamente exigido o reconhecimento, a redistribuição e a remuneração do trabalho informal das mulheres. No entanto, os programas económicos financiados por doadores raramente dão prioridade a estas reivindicações, concentrando-se antes em iniciativas de empreendedorismo formal, microfinanciamento ou formação profissional, abordagens que não confrontam as causas estruturais da desigualdade.

Apesar do peso dos legados coloniais, dos sistemas económicos extrativistas, da governação autoritária e da marginalização sistémica, a organização feminista nos PALOP continua a demonstrar uma notável resiliência, criatividade e visão política. Em contextos urbanos e rurais, coletivos formais e informais têm vindo a recuperar o seu poder de ação através de abordagens comunitárias e culturalmente enraizadas às áreas da justiça, cura e libertação. Reconhecer as realidades históricas, linguísticas e sociopolíticas distintas dos países africanos de língua portuguesa não é apenas um ato de inclusão, mas um passo necessário para a descolonização das estruturas feministas globais e dos sistemas de financiamento.





2

Resultados



2.1 Análise Regional

2.1.1 Mobilização Feminista

A mobilização feminista nos PALOP é vibrante, mas profundamente contextual, influenciada por legados coloniais, governação autoritária, precariedade económica e normas patriarcais, conforme evidenciado na análise contextual. Apesar das enormes diferenças entre os países, emergem elementos comuns: liderança comunitária, redes informais e o papel fundamental da consciência feminista alicerçada nas realidades vividas.

“O feminismo é contextual... não há um caminho único. A mulher do sul de Moçambique não vive a discriminação da mesma forma que a mulher do norte.”

~ Organização Financiadora Feminista.

Esta orientação extremamente localizada inspira estratégias assentes na narração de histórias, nas tradições orais, na organização cooperativa e na resistência espiritual.

Em contextos como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, o trabalho feminista é normalmente informal, realizado através da “organização por via de cooperativas” e de círculos comunitários que têm como prioridades a união e a sobrevivência coletiva. Em Angola e Moçambique existem movimentos mais formalizados, como o Fórum Mulher e a Rede Mulher, embora até estes estejam embrenhados em filiações políticas e dependências institucionais históricas.

“Algumas das ONGs foram criadas pelo governo... continuam bastante ligadas às instituições estatais.”

~ Organização Financiadora Feminista.

Emerge uma distinção relevante entre entidades explicitamente feministas e organizações centradas nas questões de género. Ao passo que as primeiras possuem uma ideologia específica, ainda que contextual, as segundas trabalham sobretudo as questões dos direitos das mulheres, de forma genérica. Em alguns contextos, assumir





publicamente uma posição feminista representa uma ameaça significativa ao bem-estar das ativistas e das próprias instituições.

“Somos explicitamente feministas, mas a escolha de organizações parceiras nem sempre é feminista.”

~ Organização Financiadora Feminista.

Esta realidade reflete a forma como as identidades feministas são muitas vezes estratégicas, adaptáveis e, por vezes, ocultas devido à repressão política ou ao conservadorismo cultural.

2.1.2 Panorama de Financiamento

O ecossistema de financiamento para as entidades feministas nos países PALOP é bastante limitado. As organizações feministas de língua portuguesa enfrentam uma dupla exclusão do panorama global de financiamento: por um lado, por serem provenientes de países geopoliticamente marginalizados e, por outro, por operarem fora dos ecossistemas linguísticos dominantes da África anglófona e francófona. O envolvimento de doadores com os PALOP é mínimo e frequentemente mediado por intermediários regionais que não conhecem adequadamente os contextos locais. Os processos de candidatura a financiamento, os modelos de relatório, as estruturas de monitorização e até a assistência técnica são quase exclusivamente disponibilizados em inglês ou francês. Esta dominação linguística exclui sistematicamente as entidades feministas de língua portuguesa, especialmente os coletivos comunitários e informais, das oportunidades de acesso a financiamento (AWID, 2021). Além disso, existem poucos mecanismos de financiamento especificamente destinados aos países de língua portuguesa, e os que existem estão normalmente estruturados segundo lógicas coloniais, como as iniciativas financiadas pelo Estado português, que frequentemente reproduzem dinâmicas hierárquicas entre doador e beneficiário, em vez de apoiarem prioridades feministas decoloniais ou de origem comunitária.

Além da língua, a burocratização dos processos dos doadores representa igualmente um obstáculo significativo ao acesso a financiamento. Muitas organizações feministas em Angola, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe são informais ou emergentes, operando sem registo legal, contas auditadas ou funcionários com domínio do inglês. A preferência dos doadores em financiar projetos com duração limitada, muitas vezes com indicadores de desempenho e resultados rígidos, contradiz a natureza relacional, centrada no cuidado e de longo prazo da mobilização feminista (Mama Cash, 2018). Esta dinâmica cria um cenário em que os grupos mais visíveis ou com





maior proximidade linguística ao inglês são repetidamente financiados, enquanto coletivos feministas mais radicais, liderados por pessoas queer ou de zonas rurais são invisibilizados. Para responder aos obstáculos do registo, alguns doadores incentivam organizações não registadas ou em fase inicial a trabalhar com entidades fiscais intermediárias. Contudo, esta abordagem não está isenta de dificuldades.

“[os doadores] Permitem que organizações registadas se candidatem e depois atribuam subvenções secundárias... mas os requisitos de auditoria impedem muitos movimentos de se candidatar.”

~ Organização Financiadora Feminista.

O paradoxo é evidente: espera-se que as entidades feministas operem sem apoio institucional, mas são excluídas desse apoio precisamente por não possuírem estruturas formais. Simultaneamente, os financiadores enfrentam limitações estruturais, sendo que alguns estão impedidos de atribuir subvenções secundárias, o que restringe a sua flexibilidade. Apesar disso, há esforços para explorar modelos alternativos, através de intermediários e mecanismos de financiamento baseados em relações de confiança.

Os financiadores identificaram também os elevados custos em alguns países de língua portuguesa como outro fator de desincentivo.

“Angola é especialmente cara. Não faria sentido atribuirmos 20,000 dólares a uma organização se tivermos de gastar 50,000 apenas para chegar até eles.”

~ Organização Financiadora Feminista.

De forma análoga, Cabo Verde e São Tomé foram descritos como economias “baseadas no turismo”, com custos operacionais elevados.





2.1.3 Desafios

A organização feminista nos PALOP opera num ambiente político e socioeconómico profundamente complexo e restritivo, conforme salientado tanto por financiadores como por entidades locais. Um dos principais desafios é a presença generalizada de autoritarismo e vigilância em países como Angola, Moçambique e Guiné Equatorial, onde os regimes políticos reprimem ativamente a dissidência cívica e os movimentos de mulheres. Como descreveu uma organização financiadora feminista,

“Não é apenas o patriarcado, mas também aqueles sistemas muito autoritários... Se não conseguem o consentimento, recorrem à força.”

Este contexto militarizado e patriarcal restringe significativamente uma mobilização feminista às claras, obrigando os movimentos a adotar estratégias mais cautelosas, muitas vezes informais ou clandestinas, de modo a evitar retaliação.

Os legados coloniais continuam a influenciar as estruturas da sociedade civil. As políticas do pós-independência e os programas de ajustamento estrutural deram origem a ONGs que, em muitos casos, foram criadas ou estão alinhadas com as instituições estatais. Esta assimilação dilui as fronteiras entre o ativismo e a agenda governamental, enfraquecendo a autonomia e a confiança dentro dos espaços feministas. Além disso, a exclusão continua a ser uma preocupação central. As mulheres rurais, as mulheres trans, as ativistas indígenas e as pessoas com deficiência são frequentemente deixadas à margem do discurso e da estratégia feminista. Os modelos de inclusão importados raramente são aplicáveis localmente, o que evidencia a urgência em desenvolver abordagens endógenas e adequadas ao contexto.

Apesar da ausência de movimentos antifeministas explicitamente organizados nos países africanos de língua portuguesa, persistem as estruturas patriarcais profundamente enraizadas e uma hostilidade social generalizada em relação à igualdade de género. Na Guiné Equatorial, as vozes feministas são frequentemente estigmatizadas por parte tanto das instituições estatais como das próprias comunidades, e as mulheres que manifestam publicamente o seu apoio a causas feministas ou queer são alvo de exclusão, intimidação e censura moral. Neste contexto, ser abertamente feminista é muitas vezes visto como uma imposição ocidental e associado a acusações de traição cultural. Em simultâneo, o governo aplica políticas que reforçam normas de género tradicionais e restringem o espaço cívico disponível para os defensores dos direitos das mulheres. Em Angola e Moçambique, as feministas enfrentam conservadorismo social e cultural, expresso sobretudo na resistência à aplicação dos aspetos mais





progressistas da legislação, em particular os relativos aos direitos reprodutivos e à não discriminação de pessoas LGBTQIA+. Para além das barreiras estruturais, os próprios procedimentos dos doadores contribuem para a fragilidade do ecossistema feminista. As rígidas exigências de conformidade, como auditorias obrigatórias, políticas de governação e prazos fixos, favorecem as ONGs formalizadas em detrimento dos movimentos de base, frequentemente não registados. Como observa uma organização financiadora feminista, “A organização feminista não é baseada em projetos. É um trabalho a longo prazo.” Apesar disso, a arquitetura atual de financiamento tende a ignorar esta realidade, privilegiando a visibilidade imediata em detrimento de um impacto sustentável. Para que os movimentos feministas nos PALOP possam vingar, é essencial adotar uma abordagem de financiamento participativa, de longo prazo e alicerçada em relações de confiança, que se baseie numa responsabilidade partilhada, elaborada em conjunto com os atores locais e seja sensível às realidades de repressão política, limitações infraestruturais e diversidade linguística.

2.1.4 Oportunidades

Apesar das persistentes limitações estruturais, as entidades feministas nos países africanos de língua portuguesa estão a inovar e a criar novas estratégias para se organizarem, estabelecerem ligações e resistirem. Uma das vias mais relevantes é o crescimento da mobilização digital e da mobilização na diáspora. As ativistas recorrem cada vez mais a plataformas encriptadas como o WhatsApp, em articulação com redes da diáspora, especialmente em Portugal e no Brasil, para garantir a continuidade dos movimentos, fortalecer a solidariedade transnacional e fornecer uma camada de segurança em contextos onde a mobilização feminista explícita é perigosa ou criminalizada. Estes intercâmbios além-fronteiras são particularmente vitais em contextos autoritários, como Angola e Guiné Equatorial, onde a repressão e a vigilância limitam fortemente a organização política.

A cultura e a expressão artística são também utilizadas de forma estratégica como formas de resistência e de consciencialização. Em países onde a defesa pública de direitos é arriscada, o teatro, a narração de histórias, a pintura mural e a poesia funcionam como plataformas subversivas de expressão. Como observa acertadamente uma organização financiadora feminista, “O feminismo vive através das canções, dos poemas, das performances.” Estas estratégias criativas não só contornam a censura, como também alcançam públicos mais alargados através da familiaridade cultural. Paralelamente, estão a surgir novas formas de solidariedade regional, existindo um interesse crescente em encontros e colaborações entre movimentos de língua portuguesa, inglesa e francesa. As iniciativas lideradas por jovens são, cada vez mais, baseadas na interseccionalidade, com novas entidades a dar voz às experiências de mulheres queer, rurais e indígenas. Este fenómeno representa uma mudança significativa em direção a modelos de mobilização feminista mais inclusivos, participativos e decolonizados.





2.2 Análise por País

2.2.1 Angola

a. Análise Contextual

A paisagem sociopolítica de Angola foi condicionada por décadas de guerra civil, seguidas de um longo período de governação autoritária. Embora os acordos de paz de 2002 tenham assinalado o término formal do conflito civil, o país ainda não implementou mecanismos significativos de justiça de transição. A influência persistente do patriarcado, aliada à escassez de serviços básicos e à repressão política, tornam a organização feminista particularmente difícil.

O enquadramento jurídico e institucional dos direitos das mulheres é considerado relativamente progressista. Angola ratificou a CEDAW e o Protocolo de Maputo, e os direitos das mulheres consagrados nesses instrumentos estão incorporados na Constituição de 2010. Apesar de progressos legislativos, como a Lei contra a Violência Doméstica de 2011 e as reformas do Código Penal de 2019, persistem desafios relacionados com a implementação, financiamento e resistência patriarcal. Por exemplo, o aborto foi parcialmente descriminalizado e a discriminação com base na orientação sexual foi proibida em 2021; contudo, estas conquistas são enfraquecidas pela inércia institucional e um ambiente cultural conservador. O Código da Família mantém disposições que permitem o casamento de raparigas com menos de 18 anos, em clara violação das disposições do Protocolo de Maputo.

b. Panorama das Organizações Feministas e pelos Direitos das Mulheres

A organização feminista em Angola ganhou um dinamismo assinalável desde a década de 2010. Um coletivo feminista, o Ondjango Feminista, é reconhecido pelo seu enquadramento interseccional e decolonial, bem como pela abordagem baseada nas artes para a recuperação pós-trauma. Muitos coletivos operam de forma informal devido aos obstáculos burocráticos que limitam o acesso ao registo legal e, consequentemente, ao financiamento. Entre as organizações que atuam em



Angola destacam-se a Rede Mulher, a Mwana Pwo, o Movimento “Eu Sou Trans” e a Organização Arquivo de Identidade Angolano. O mapeamento realizado em Angola revelou uma liderança feminista sólida, apesar dos obstáculos políticos e logísticos. As participantes sublinharam a necessidade de distinguir entre organizações feministas e organizações lideradas por mulheres.

“Os valores feministas são princípios imutáveis e não-negociáveis que orientam uma sociedade, valorizando de forma igual a dignidade de homens e mulheres.”

~ **Feminista Angolana**

Outra participante destacou a importância da liderança horizontal nos movimentos feministas, uma estratégia que muitas vezes se revela difícil de implementar em sociedades tradicionalmente hierarquizadas.

“Uma sociedade habituada a uma hierarquia de poder e privilégios... terá, naturalmente, dificuldade em adotar uma gestão horizontal.”

c. Questões-Chave e Temas Centrais

As entidades feministas em Angola envolvem-se num vasto leque de lutas interligadas que refletem as complexas realidades da injustiça de género no país.

A **Violência Baseada no Género (VBG)** continua a ser a preocupação mais premente e generalizada. No mapeamento nacional, uma esmagadora maioria de 95% das pessoas inquiridas identificou a VBG como a questão mais urgente, evidenciando o seu carácter amplo e sistémico. As sobreviventes enfrentam enormes barreiras no acesso à justiça, incluindo práticas de policiamento patriarcais, entraves no acesso a cuidados médicos e um sistema judicial frequentemente insensível às realidades vividas pelas mulheres. Os grupos feministas têm prestado um apoio fundamental através de acompanhamento jurídico com uma perspetiva feminista, ações de sensibilização pública e iniciativas de justiça restaurativa para combater esta epidemia.





A **Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR)** é outro importante campo de batalha, onde o acesso ao aborto seguro, à educação sexual abrangente, aos cuidados de saúde materna e à dignidade menstrual são ainda consistentemente postos em causa. Embora o aborto seja legal em condições restritas desde a reforma do Código Penal de 2019, a sua implementação é dificultada pelo conservadorismo religioso, pelo estigma e pela objeção de consciência por parte de profissionais de saúde. As organizações feministas têm vindo a defender uma agenda de SDSR assente na autonomia corporal, na relevância cultural e em modelos de cuidado anticoloniais. Uma dessas organizações, por exemplo, integra a saúde menstrual, a educação de jovens e os cuidados maternos em zonas rurais nos seus programas comunitários de saúde.

A **participação política** surge igualmente como uma frente crucial, na medida em que as organizações feministas angolanas desafiam um sistema político que historicamente tem marginalizado as vozes femininas. Apesar da existência de quotas formais de representação, a influência efetiva é limitada pelas redes de clientelismo partidário, pelos estereótipos de género e por práticas de inclusão meramente simbólicas. As entidades feministas não defendem apenas uma maior representação, mas também uma redefinição da liderança, ancorada em princípios éticos feministas, na tomada de decisão coletiva e em formas de governação antiautoritárias.

No domínio da **justiça económica**, as feministas angolanas chamam a atenção para a exclusão e exploração das mulheres nos setores informais, particularmente na venda no mercado, na agricultura e no trabalho doméstico. Estes setores carecem de proteção social, e as mulheres são frequentemente expostas a situações de abuso, precariedade e violência económica. As mulheres que se dedicam ao comércio nos mercados, por exemplo, são alvo de intervenções policiais que interferem nas suas atividades económicas. Os coletivos feministas têm promovido o acesso à proteção social, aos direitos laborais e a um acesso equitativo ao crédito e aos recursos, ao mesmo tempo que questionam o modelo económico extrativista que desloca comunidades e aprofunda as desigualdades.

Uma vertente dinâmica, embora com poucos recursos, da organização feminista centra-se nos **direitos das pessoas LGBTQIA+**. Apesar da revogação, em 2021, das leis coloniais contra a sodomia, as comunidades queer continuam a enfrentar violência, exclusão e invisibilidade. Os coletivos LGBTQIA+ têm vindo a criar espaços feministas queer e a promover a produção de conhecimento, ao mesmo tempo que desafiam estruturas cisheteronormativas vigentes dentro das próprias organizações de defesa dos direitos das mulheres. Durante este mapeamento, uma ativista observou que:





“Devemos desconstruir a ideia de que as lutas feministas pertencem apenas a mulheres cisgénero heterossexuais.” Ativista LGBTQIA+

~ LGBTQIA+ activist

Paralelamente, as questões de justiça para pessoas com deficiência, de justiça climática e de direitos das pessoas refugiadas estão a emergir como prioridades feministas fundamentais. As mulheres com deficiência têm vindo a denunciar o capacitismo presente tanto nas políticas públicas como nos próprios movimentos feministas, chamando a atenção para as barreiras no acesso à saúde, à educação e à vida pública. Entretanto, as mulheres em zonas rurais, particularmente agricultoras e curandeiras, estão na linha da frente da resistência ecofeminista contra a apropriação de terras, a desflorestação e as crises hídricas. Estas lutas evidenciam a interligação entre as injustiças ambientais e de género, sublinhando a necessidade de um envolvimento feminista efetivo na governação climática.

d. Estratégias e Abordagens

Para responder a estas questões complexas, as feministas angolanas recorrem a um conjunto diversificado e inovador de estratégias, que incluem a ação direta, através de manifestações públicas e campanhas digitais; o reforço de capacidades, com escolas de liderança feminista e oficinas comunitárias; as redes de solidariedade que oferecem apoio psicossocial e jurídico a sobreviventes de violência baseada no género; e as narrativas orais, o teatro e as artes visuais como instrumentos de cura, testemunho e mobilização política. O recurso, por parte de um coletivo feminista, a escolas feministas e a cuidados sensíveis ao trauma, exemplifica o compromisso com uma transformação holística e baseada nas comunidades. Estas estratégias demonstram que a organização feminista em Angola não é apenas reativa, mas sim visionária, ao reimaginar a justiça, o cuidado e o poder construído a partir das bases.

e. Conquistas e Passos Importantes

Angola registou, na última década, avanços assinaláveis no domínio dos direitos feministas e queer — muitos dos quais resultam de uma mobilização persistente e a partir da base, liderada por coletivos feministas. Uma das vitórias jurídicas mais significativas ocorreu em 2021, com a revogação das leis de origem colonial contra a sodomia, representando um passo decisivo no reconhecimento da dignidade e dos direitos das pessoas LGBTQIA+ em Angola. Esta alteração legislativa, há muito reivindicada por ativistas feministas e queer, veio despenalizar oficialmente as relações entre pessoas do mesmo sexo, desmontando simbolicamente uma das mais





duradouras heranças dos códigos morais coloniais portugueses. Todavia, embora a revogação tenha transformado o enquadramento jurídico, os ativistas continuam a sublinhar que o estigma social, a violência no seio familiar e a discriminação institucional permanecem profundamente enraizados. Como articulou uma ativista queer durante este mapeamento,

“A lei mudou, mas o medo diário com que vivemos não desapareceu.”

~ **Ativista LGBTQIA+**

Outro enorme progresso ocorreu em 2019, com a reforma do Código Penal de Angola, que passou a prever o acesso legal ao aborto em condições restritas, incluindo casos de violação, malformação fetal ou situações em que exista risco para a saúde (física ou mental) ou para a vida da mãe. Este avanço, decorrente de uma pressão política contínua por parte de organizações feministas, foi celebrado como uma vitória parcial. No entanto, o acesso ao aborto continua a ser altamente desigual. Muitas mulheres, em especial nas zonas rurais, enfrentam ainda estigmatização, lentidão burocrática e resistência por parte de profissionais de saúde conservadores. Os grupos feministas prosseguem na defesa de uma abordagem à justiça reprodutiva baseada nos direitos e não punitiva, assente na autonomia e na escolha informada.

Um outro acontecimento fundamental, cultural e politicamente, para o ecossistema feminista em Angola é o FAOFEM (Fórum Angolano Feminista) – um fórum anual organizado pelo Ondjango Feminista. Atualmente na sua décima edição, o FAOFEM constitui um espaço dinâmico de intercâmbio feminista, formação política, justiça restaurativa e diálogo intergeracional. É amplamente reconhecido como um evento de referência para o movimento feminista em Angola, reunindo ativistas de todo o país e da diáspora.

“O FAOFEM não é apenas um fórum – é um espaço de segurança política e de cura. É onde respiramos enquanto feministas.”

~ **Feminista Angolana**

O fórum tem aumentado a visibilidade das lutas interseccionais, incluindo as de mulheres *queer*, rurais e com deficiência, e tem impulsionado projetos colaborativos e campanhas de *advocacy*.





Paralelamente a estes eventos, a crescente visibilidade política das mulheres e das comunidades LGBTQIA+ representa uma transformação cultural significativa no debate público angolano. Cada vez mais mulheres estão a aceder a espaços políticos, tanto dentro como fora das estruturas formais de governação, e o vocabulário feminista começa gradualmente a integrar-se nos meios de comunicação social e na sociedade civil. A visibilidade queer, embora ainda precária, está igualmente a aumentar, sobretudo em espaços digitais e artísticos, onde jovens LGBTQIA+ afirmam a sua presença e as suas narrativas. Estas mudanças desafiam normas profundamente enraizadas de silêncio heteropatriarcal e demonstram uma vontade crescente de adotar formas mais inclusivas de governação e de justiça.

Por fim, Angola tem assistido ao surgimento e à institucionalização de arquivos digitais feministas e de espaços seguros queer, que funcionam simultaneamente como repositórios de memória e como ambientes de proteção para a atividade organizativa. Iniciativas como o Arquivo de Identidade Angolana têm documentado as histórias feministas e queer do país através de testemunhos orais, zines e narrativas digitais. Estes arquivos combatem o apagamento do conhecimento feminista de expressão portuguesa, criando uma continuidade intergeracional para movimentos futuros.

“Quando as nossas histórias são arquivadas na nossa própria língua e nas nossas próprias vozes, reivindicamos um lugar na história.”

~ Feminista Angolana

Entretanto, espaços seguros informais e semi-clandestinos — especialmente para pessoas queer e trans — têm sido sustentados através de redes de confiança, de cuidado comunitário e de organização online.

Em conjunto, estes progressos refletem a criatividade, a resiliência e a tenacidade estratégica do movimento feminista em Angola. Embora o contexto permaneça desigual e frequentemente hostil, estas conquistas estabelecem bases sólidas para um futuro feminista mais profundo e transformador.

f. Panorama de Financiamento

O movimento feminista angolano atua num contexto de financiamento profundamente limitado, marcado tanto por um histórico de negligência como por uma recente retração dos doadores internacionais. O subfinanciamento crónico deixou muitos coletivos sem a segurança financeira necessária para sequer manter as suas operações,





quanto mais para ampliar o seu impacto. Esta escassez foi agravada pela saída abrupta de financiadores internacionais de relevo. Por exemplo, a Fundação Open Society, anteriormente um dos principais doadores em Angola, cessou completamente as suas operações no país em 2022, invocando alterações na sua estratégia interna. Esta retirada criou uma lacuna significativa no apoio à organização feminista e em defesa dos direitos, em especial para as entidades que dependiam dos seus mecanismos de financiamento flexível.

A volatilidade dos compromissos dos doadores ficou ainda mais evidente em 2025, quando a USAID cancelou inesperadamente um acordo de cinco anos com a Rede Mulher — uma importante rede feminista — apenas um mês após a sua assinatura.

“A Rede Mulher assinou um acordo de cinco anos com a USAID em dezembro de 2024...foi cancelado em janeiro de 2025.”

~ Feminista Angolana

Estas súbitas reviravoltas não só comprometem a continuidade dos programas, como também minam a confiança e a capacidade de planeamento das entidades feministas. Este padrão reflete um problema mais amplo no ecossistema de financiamento, em que mudanças nas prioridades geopolíticas ou na burocracia dos doadores podem desestabilizar anos de trabalho de construção de movimentos.

A agravar este cenário está o facto de muitos grupos feministas permanecerem estruturalmente excluídos dos concursos de financiamento tradicionais. As barreiras linguísticas constituem um dos principais obstáculos — a maioria dos concursos é publicada em inglês ou francês, excluindo na prática as entidades lusófonas. Além disso, os requisitos burocráticos, como o registo legal, as auditorias anuais e a utilização de sistemas bancários formais, estão frequentemente fora do alcance dos coletivos comunitários que operam de informalmente ou sob condições cívicas restritivas. A divergência ideológica também desempenha um papel importante: muitos grupos feministas que desafiam o capitalismo, a heteronormatividade ou a ortodoxia do desenvolvimento internacional acabam ignorados pelos financiadores convencionais.

Neste contexto desafiante, o Fundo de Desenvolvimento das Mulheres Africanas (AWDF) tem emergido como um raro exemplo de filantropia responsiva e alinhada com os princípios feministas. Várias participantes elogiaram a flexibilidade do fundo e a sua abordagem baseada na confiança.





“O fundo permitiu-nos abordar temas como a menstruação, o assédio sexual nas escolas e a visibilidade LGBTQIA+.”

~ Feminista Angolana

Estes temas — frequentemente considerados pelos doadores tradicionais como “demasiado sensíveis” ou politicamente arriscados — são centrais para o trabalho feminista no terreno. A abordagem do AWDF, que inclui financiamento em língua portuguesa, apoio a grupos informais e espaço para práticas de cuidado e de cura, foi repetidamente referida como um modelo de financiamento feminista.

Não obstante, o panorama geral de financiamento permanece desigual e frágil. Na ausência de um apoio sustentado, estrutural e plurianual, as organizações feministas angolanas são forçadas a operar de projeto em projeto, o que limita a sua autonomia estratégica. É necessário repensar urgentemente as relações com os doadores — para que se baseiem na justiça linguística, na confiança e no investimento a longo prazo nos ecossistemas feministas, em vez da prestação de serviços de curto prazo.

g. Desafios e Obstáculos Estruturais

O movimento feminista em Angola continua a atuar sob intensas limitações estruturais, muitas das quais estão profundamente enraizadas no contexto político, linguístico e institucional do país. Um dos desafios mais persistentes identificados pelas ativistas é a complexidade burocrática associada ao registo de organizações feministas. O reconhecimento legal continua a ser essencial para aceder a financiamento, arrendar espaços, abrir contas bancárias e participar em diálogos sobre as políticas nacionais. No entanto, o processo de legalização é simultaneamente oneroso e fortemente centralizado em Luanda, exigindo bastante documentação, representação jurídica e tempo. Muitos grupos feministas comunitários ou emergentes, em especial os liderados por jovens, ativistas queer ou mulheres rurais, enfrentam grandes dificuldades em cumprir esses requisitos. Como resultado, operam de forma informal, o que os torna inelegíveis para a maioria das subvenções e os deixa vulneráveis ao escrutínio estatal.

A agravar esta situação está a barreira linguística. A maioria dos concursos internacionais de financiamento, das oportunidades de formação e dos instrumentos de *advocacy* é publicada em inglês ou, por vezes, em francês, o que provoca uma lacuna significativa de acessibilidade para as organizações feministas de língua portuguesa. Raramente é disponibilizado apoio à tradução e muitos grupos locais não dispõem da capacidade interna para traduzir documentos complexos de candidatura a subvenções ou quadros de políticas. O resultado é uma exclusão sistémica dos ecossistemas feministas regionais e globais.





*“Não somos menos politizadas nem menos radicais.
Estamos apenas excluídas pela força da língua.”*

~ Feminista Angolana

Esta marginalização linguística perpetua uma dinâmica em que as feministas angolanas são vistas como periféricas, apesar do extenso trabalho que realizam no terreno. A interferência política e religiosa restringe ainda mais o alcance da organização feminista. Angola continua a ser um contexto politicamente delicado, onde o espaço cívico se está a restringir e a dissidência é frequentemente criminalizada. As organizações feministas que trabalham em áreas como o aborto, os direitos LGBTQIA+ ou a educação sexual são muitas vezes acusadas de *“corromper os valores morais”* ou de *“importar ideologias estrangeiras”*. As instituições religiosas, em particular as igrejas evangélicas e católicas, exercem uma influência considerável sobre a opinião pública e o sistema educativo, opondo-se de forma sistemática às reivindicações políticas feministas.

As ativistas feministas relatam casos de ameaças, vigilância digital e campanhas públicas de difamação, sobretudo quando defendem a autonomia corporal ou a visibilidade *queer*. A ausência de estudos académicos sobre género e de dados consistentes e desagregados sobre o estatuto social das mulheres dificulta significativamente os esforços para promover a sua autonomia. As ativistas feministas são frequentemente pressionadas a fundamentar as suas posições com estatísticas que simplesmente não existem. Como consequência, muitas organizações veem-se obrigadas a desviar os seus limitados recursos para a produção dos seus próprios dados — um processo que exige competências técnicas e capacidades que nem sempre estão acessíveis ou distribuídas de forma equitativa.

As exclusões internas dentro dos próprios espaços feministas agravam ainda mais estas pressões. As mulheres LGBTQIA+ e com deficiência são frequentemente excluídas das agendas dominantes de direitos das mulheres ou incluídas apenas de forma simbólica. Muitas organizações não dispõem da linguagem, dos enquadramentos ou das condições de acessibilidade física necessárias para incluir efetivamente as mulheres com deficiência, e ativistas *queer* têm relatado sentir-se inseguras ou marginalizadas, mesmo dentro de coligações feministas. Esta situação exige uma revisão urgente da arquitetura dos movimentos, de modo a integrar a interseccionalidade como princípio organizativo central.

Além disso, a exclusão digital continua a reforçar as desigualdades, sobretudo entre as zonas urbanas e rurais. As campanhas feministas, os materiais educativos e os eventos virtuais partem frequentemente do pressuposto de que existe acesso à internet estável e literacia digital. No entanto, em muitas províncias rurais, as mulheres não





possuem *smartphones*, não têm recursos para comprar dados móveis ou não dispõem de ambientes online seguros. À medida que a organização digital se torna cada vez mais central para a mobilização feminista, existe um risco real de silenciar as vozes rurais e economicamente marginalizadas, a menos que sejam ativamente apoiadas estratégias alternativas de comunicação – como a rádio, o teatro comunitário ou os encontros presenciais.

Por fim, as organizações feministas continuam a enfrentar estereótipos e estigma social. O feminismo é frequentemente retratado nos meios de comunicação e no debate público angolanos como algo estrangeiro, elitista ou anti-família. As mulheres que se identificam abertamente como feministas são muitas vezes denegridas, sendo rotuladas de “zangadas”, “inaptas para se casar” ou “contra a cultura”. Estas narrativas não são apenas misóginas, mas também politicamente perigosas, pois deslegitimam a crítica feminista e reproduzem falsos binarismos entre os valores “tradicionais” e o progresso feminista. Além disso, esta representação tem facilitado a violência online constante contra ativistas e coletivos feministas, causando danos reputacionais.

Ainda assim, apesar deste emaranhado de desafios, as ativistas feministas angolanas não recuaram. Pelo contrário, estão a construir redes interseccionais e comunitárias que privilegiam o cuidado, a criatividade e a resistência coletiva. Através de escolas feministas, espaços de cura, *advocacy* baseada nas artes e arquivos digitais, estão a cultivar um ecossistema de solidariedade que ultrapassa as limitações impostas pelo Estado ou pelos doadores. Este trabalho, muitas vezes invisível para quem está de fora, não é apenas transformador, mas também visionário. Demonstra um futuro feminista enraizado na justiça linguística, na interdependência e no cuidado radical.

h. Oportunidades e Recomendações

Apesar das significativas limitações estruturais e políticas que o movimento feminista angolano enfrenta, existem também poderosas oportunidades para aprofundar, expandir e consolidar a organização feminista no país. Estas oportunidades residem não apenas no financiamento e apoio externos, mas também no rico ecossistema de resistência feminista já em curso — particularmente através de alianças regionais, da organização digital e da liderança feminista na justiça climática. O mapeamento nacional destacou claramente que estas áreas oferecem um terreno fértil para o crescimento e a colaboração, desde que sejam apoiadas de formas que respeitem as realidades linguísticas, culturais e políticas.

Uma das recomendações mais urgentes e mais vezes reiteradas é a necessidade de financiamento estrutural, plurianual e flexível, especialmente para os coletivos feministas informais e emergentes. Muitos destes grupos não estão legalmente registados e operam em condições precárias, frequentemente sem espaços físicos, infraestruturas digitais ou remuneração. Dependem em grande medida do trabalho





voluntário e da resiliência emocional. O financiamento a longo prazo, baseado na confiança e não condicionado aos restritos resultados dos projetos, permitiria às organizações feministas desenvolver sistemas internos, reter as equipas, apoiar líderes comunitários e responder prontamente a crises. Este tipo de apoio é especialmente crucial para os grupos que trabalham com questões sensíveis, como os direitos sexuais, a defesa LGBTQIA+ ou o trauma pós-conflito — temáticas frequentemente consideradas “demasiado políticas” ou “demasiado controversas” pelos doadores convencionais.

Uma outra oportunidade fundamental reside no apoio institucional em língua portuguesa, particularmente através da tradução, do arquivamento da investigação e da produção de conhecimento. Sendo Angola um país de língua portuguesa, as ativistas feministas encontram-se frequentemente excluídas de recursos internacionais, oportunidades de formação e literatura feminista, maioritariamente publicados em inglês ou francês. Os doadores e parceiros podem colmatar esta lacuna assegurando que todas as comunicações, convites à apresentação de candidaturas e materiais de formação estejam disponíveis em português. Além disso, o apoio ao desenvolvimento de iniciativas de arquivo, como histórias orais, zines comunitários e narrativas digitais, contribuiria para preservar e amplificar as vozes singulares das feministas angolanas, muitas das quais trabalham em comunidades rurais e indígenas, onde a resistência é frequentemente oral, vivida e profundamente enraizada nas tradições ancestrais.

A integração em redes feministas regionais e internacionais constitui igualmente uma via promissora para o futuro. As feministas angolanas têm muito para partilhar — e muito a ganhar — através da aprendizagem recíproca com movimentos da África Austral, da América Latina e de espaços da diáspora lusófona, como o Brasil e Timor-Leste. Estas redes podem facilitar a solidariedade estratégica, campanhas conjuntas, mecanismos de proteção transfronteiriça para ativistas em risco e encontros regionais que discutam as realidades dos países de língua portuguesa.

“Estamos cansadas de ser invisíveis no feminismo africano — precisamos de um lugar à mesa, na nossa própria língua.”

~ **Feminista Angolana**

O mapeamento destacou igualmente o potencial para teorizar e cultivar um feminismo angolano enraizado na herança patriarcal, na vida comunitária e nas práticas ancestrais. Em vez de adotar sem reservas referenciais estrangeiros, as organizações feministas têm vindo a inspirar-se em tradições matrilineares pré-coloniais, na





gestão indígena da terra e nas narrativas orais para imaginar modelos de justiça e de governação assentes na cultura e politicamente radicais. Esta reconexão com as cosmologias locais pode constituir uma contranarrativa poderosa aos discursos dominantes sobre o desenvolvimento, ao mesmo tempo que expande a legitimidade pública dos ideais feministas.

Por fim, o mapeamento apelou à criação de programas de reforço de capacidades que dotem as ativistas de ferramentas para uma *advocacy* segura, mobilização de recursos e literacia política. Muitos coletivos expressaram o desejo de adquirir competências técnicas em redação de candidaturas, gestão orçamental, segurança digital e literacia jurídica. No entanto, sublinharam que essas formações devem ser conduzidas por feministas, em português, e com base nas realidades locais. As ativistas solicitaram também oportunidades de mentoria com líderes feministas regionais, espaços seguros para a cura e a reflexão, bem como apoio a grupos liderados por jovens e pessoas queer, que são frequentemente os primeiros alvos da repressão estatal.

No seu conjunto, estas oportunidades representam não apenas um caminho para a sobrevivência, mas um verdadeiro roteiro para a construção de um movimento feminista transformador em Angola. Com o tipo certo de apoio, enraizado na justiça linguística, na interseccionalidade e na solidariedade política, as feministas angolanas estão prontas para liderar, criar e imaginar novos futuros feministas, inspirados pelas suas próprias histórias, comunidades e lutas.





2.2.2 Cabo Verde

a. Análise Contextua

Cabo Verde destaca-se entre os países africanos de língua portuguesa pela sua democracia relativamente estável e pelo consistente progresso legislativo no domínio da igualdade de género. O país ratificou instrumentos internacionais fundamentais, incluindo a CEDAW e o Protocolo de Maputo, tendo-os integrado na legislação nacional. Apesar disso, persistem lacunas na implementação e normas patriarcais que continuam a restringir a concretização plena dos direitos das mulheres. A representação política das mulheres tem vindo a aumentar, nomeadamente com a adoção da Lei n.º 67/IX/2019, que estabelece uma quota mínima de 40% para cada género nas listas eleitorais. No entanto, as desigualdades estruturais mantêm-se, particularmente no acesso à terra, aos recursos e aos cargos de liderança fora das esferas políticas formais.

b. Panorama das Organizações Feministas e pelos Direitos das Mulheres

Cabo Verde possui uma rede diversificada e descentralizada de organizações de mulheres, muitas das quais surgiram no período pós-independência. Entre as principais entidades destacam-se a MORABI, a REMPF, a ACLCVBG e o ICIEG. Estas organizações concentram-se num vasto leque de questões, como a justiça económica, a VBG, a participação política e a resiliência ambiental. Uma evolução particularmente significativa é o surgimento de coletivos feministas jovens e urbanos, como a Plataforma Mulher Cabo Verde, que recorrem aos meios digitais e à arte para desafiar estereótipos de género e defender a autonomia corporal.



c. Questões-Chave e Temas Centrais

Violência Baseada no Género (VBG)

Apesar da existência de mecanismos legais de proteção contra a violência doméstica e sexual em Cabo Verde, o problema continua profundamente enraizado e muito pouco denunciado. As sobreviventes enfrentam frequentemente estigma social, apatia institucional e uma escassez de serviços de apoio acessíveis, o que as desencoraja de procurar justiça. Embora o governo tenha aprovado instrumentos para combater a VBG, a sua implementação permanece desigual, especialmente nas zonas rurais, onde a presença policial e as infraestruturas de saúde são limitadas. Em consequência, muitos casos ficam impunes, perpetuando ciclos de silêncio e de impunidade. As organizações feministas têm manifestado preocupação com a ausência de respostas sensíveis ao trauma e têm defendido reformas centradas nas sobreviventes.

Desigualdades Económicas

As mulheres em Cabo Verde encontram-se desproporcionalmente concentradas na economia informal, desempenhando atividades como o trabalho doméstico, a venda nos mercados e a agricultura de subsistência. Estes setores oferecem pouca ou nenhuma proteção social, deixando-as vulneráveis à instabilidade de rendimentos, a crises sanitárias e à exploração. A natureza informal do seu trabalho exclui-as igualmente de proteções legais laborais, pensões e licenças de maternidade. Além disso, os serviços financeiros e os programas de formação raramente são acessíveis a mulheres com baixos rendimentos ou que vivem em zonas rurais. Os grupos feministas têm apelado à revalorização do trabalho não remunerado e informal das mulheres e à adoção de políticas que incluam proteção social, direitos fundiários e acesso ao crédito.

Participação Política

Embora Cabo Verde tenha implementado quotas de género para aumentar a representação das mulheres nos espaços políticos formais, estas medidas não se traduziram numa influência efetiva dentro dos partidos políticos ou dos órgãos de elaboração de políticas. As mulheres continuam, em grande medida, excluídas dos cargos de liderança e dos processos estratégicos de tomada de decisão, sendo frequentemente relegadas a uma participação simbólica. As estruturas partidárias permanecem dominadas por normas patriarcais, nas quais as agendas feministas são marginalizadas em favor da construção de consensos entre as elites. As ativistas reconhecem que, embora a visibilidade tenha melhorado, é necessária uma mudança de cultura política que assegure uma participação efetiva e mecanismos de responsabilização. Os programas de mentoria e de liderança intergeracional estão a emergir como ferramentas promissoras para colmatar esta lacuna.





Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR)

O acesso a serviços abrangentes de SDSR em Cabo Verde é dificultado por tabus culturais e religiosos persistentes. O debate aberto sobre temas como a contraceção, o aborto e a educação sexual continua a ser sensível, especialmente entre adolescentes e nas comunidades mais conservadoras. Embora o aborto seja legalmente permitido em circunstâncias específicas, o estigma e a falta de informação limitam o acesso a este. A educação sexual nas escolas é frequentemente restrita, heteronormativa ou completamente inexistente. As organizações feministas têm sublinhado a necessidade de criar enquadramentos interseccionais de SDSR que sejam adequados aos jovens, sensíveis à cultura local e que incluam as necessidades das pessoas LGBTQIA+. A educação comunitária e as ações de sensibilização conduzidas por pares estão a ser utilizadas como estratégias alternativas para alcançar os grupos mais marginalizados.

Vulnerabilidade Climática

Enquanto pequeno Estado insular em desenvolvimento, Cabo Verde é profundamente vulnerável aos impactos das alterações climáticas, incluindo a escassez de água, a desertificação e a erosão costeira. Estes desafios ambientais afetam desproporcionalmente as mulheres, especialmente nas comunidades rurais e piscatórias, onde os meios de subsistência estão diretamente ligados aos recursos naturais. As mulheres são quem frequentemente carrega o fardo da insegurança alimentar e do trabalho de cuidados durante as crises ambientais, mas raramente são incluídas nos processos de planeamento e de tomada de decisão em matéria climática. As entidades feministas em Cabo Verde começaram a ligar a justiça de género à justiça climática, defendendo abordagens ecofeministas que reconhecem as mulheres simultaneamente como vítimas e agentes de resiliência perante a crise climática.

Movimento Anti-Género

Não há registo ou indícios da presença de um movimento antifeminista organizado ou ativo, como observamos noutros países. Ainda assim, algumas pessoas manifestam opiniões divergentes em relação ao movimento feminista e questionam alguns dos seus aspetos. O foco principal da luta feminista em Cabo Verde tem sido a promoção dos direitos das mulheres e o combate à violência baseada no género, com movimentos e organizações como a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e a Associação Cabo-verdiana de Luta Contra a Violência Baseada no Género a liderarem importantes iniciativas neste campo.

d. Estratégias e Abordagens

As organizações feministas em Cabo Verde adotam uma abordagem multifacetada para responder às problemáticas identificadas. A *advocacy* legislativa continua





a ser um dos pilares do trabalho feminista no país, especialmente no combate à violência baseada no género (VBG). As organizações apoiam as sobreviventes oferecendo assistência jurídica direta, ajudando-as a navegar os processos judiciais, apresentar queixas e aceder a medidas de proteção. Estas intervenções são muitas vezes complementadas por campanhas de sensibilização que visam informar as mulheres sobre os seus direitos e as proteções legais disponíveis. Paralelamente, os grupos feministas têm vindo a exercer pressão para uma aplicação mais rigorosa das leis existentes sobre VBG, que muitas vezes permanecem subutilizadas ou aplicadas de forma inconsistente. Este trabalho inclui ações de formação para polícias, magistrados e profissionais de saúde sobre sensibilidade de género e abordagens judiciais centradas nas sobreviventes.

Além disso, as organizações feministas em Cabo Verde estão a implementar programas de formação que dotam as mulheres de competências em agricultura, artesanato e microempreendedorismo. Estes esforços procuram reforçar a autonomia económica das mulheres e reduzir a sua dependência de empregos precários ou informais. É dada especial atenção às mulheres rurais, que enfrentam barreiras adicionais pelo acesso limitado aos mercados, ao crédito e à terra. As iniciativas de empoderamento económico integram normalmente literacia financeira, criação de cooperativas e desenvolvimento de cadeias de valor, assegurando que a geração de rendimento se articula com a resiliência comunitária e com os valores feministas de solidariedade e entreajuda.

Reconhecendo a importância da consciencialização feminista desde tenra idade, as organizações têm vindo a dar prioridade ao envolvimento dos jovens, o que inclui a criação de campanhas digitais, recorrendo às redes sociais para divulgar mensagens sobre igualdade de género, consentimento e direitos reprodutivos. Foram também introduzidos programas escolares que se centram numa educação adequada ao nível etário sobre feminismo, prevenção do *bullying* e desenvolvimento de competências de liderança para raparigas. Os clubes feministas liderados por jovens e os modelos de educação entre pares estão a emergir como ferramentas eficazes para fomentar o ativismo entre adolescentes, combater estereótipos de género e criar espaços seguros de diálogo, em contextos de aprendizagem formais e informais.

As artes tornaram-se um poderoso meio de mobilização feminista em Cabo Verde. A música, o teatro, a poesia e as artes visuais são cada vez mais utilizadas para desafiar normas patriarcais, desconstruir estereótipos e imaginar futuros mais inclusivos. Os coletivos teatrais, em particular, utilizam a performance para promover o debate público sobre temas considerados tabu, como a VBG, a autonomia sexual e os direitos LGBTQIA+, alcançando, com frequência, públicos para além dos círculos ativistas habituais. Artistas visuais e músicos têm também colaborado com organizações comunitárias para difundir as narrativas feministas e reapropriar-se de espaços culturais dominados por discursos hegemónicos e excludentes.





Em resposta à vulnerabilidade climática de Cabo Verde, as cooperativas lideradas por mulheres têm vindo a defender abordagens ambientalmente sustentáveis e justas em termos de género para a adaptação climática. Estas abordagens incluem a promoção de práticas agroecológicas, a defesa de uma distribuição equitativa da água e a integração do conhecimento ecológico tradicional nas políticas climáticas. As organizações feministas têm estabelecido uma ligação entre a justiça ambiental e os objetivos mais amplos de equidade social, reconhecendo que as mulheres, especialmente nas zonas rurais e costeiras, são frequentemente as principais defensoras da terra e da água.

“As mulheres são as primeiras a sentir a seca, as primeiras a agir e as últimas a ser ouvidas.”

~ Feminista Cabo-verdiana

Esta perspetiva ecofeminista emergente posiciona as mulheres não só como vítimas das alterações climáticas, mas também como líderes na construção de comunidades resilientes e sustentáveis.

e. Conquistas e Passos Importantes

Cabo Verde registou progressos legislativos assinaláveis na promoção da igualdade de género, nomeadamente através da implementação da lei das quotas de género, que estabelece um nível mínimo de representação de mulheres em cargos eleitos e nomeados. Este avanço legislativo foi impulsionado pelos movimentos feministas e representou um passo significativo no aumento da participação feminina nos espaços de tomada de decisões políticas, bem como na transformação das perceções sociais sobre a liderança. Além disso, a elaboração e operacionalização do Plano Nacional para a Igualdade de Género contribuiu para consolidar objetivos estratégicos no domínio dos direitos das mulheres em vários setores — saúde, educação, justiça e emprego — servindo como um referencial orientador tanto para as instituições públicas como para os atores da sociedade civil.

Um dos principais motores do progresso em Cabo Verde tem sido a solidez das parcerias institucionais. A colaboração entre ONGs feministas e instituições estatais, em particular o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), tem permitido uma maior inclusão das perspetivas da sociedade civil na formulação e monitorização de políticas públicas. Estas parcerias têm contribuído para uma governação mais sensível ao género e originado programas conjuntos, como campanhas de sensibilização e ações de formação para funcionários públicos.





Embora persistam desafios em matéria de consistência e de afetação de recursos, estas alianças refletem um modelo mais integrado e participativo de *advocacy* política feminista.

O movimento feminista em Cabo Verde tem atravessado uma notável mudança cultural, especialmente entre as gerações mais jovens. Observa-se uma crescente adesão pública à linguagem, conceitos e narrativas feministas nos meios de comunicação, na academia e nos círculos ativistas. As organizações e coletivos liderados por jovens têm-se mostrado cada vez mais interventivos na denúncia do sexismo, na promoção da autonomia corporal e na defesa dos direitos LGBTQIA+. As redes sociais têm amplificado esta visibilidade através de campanhas digitais que desafiam a misoginia e criam espaços de expressão feminista.

“O feminismo deixou de ser um tabu — é uma ferramenta que usamos para fazer ouvir as nossas vozes.”

~ **Jovem Feminista**

Tendo em conta a geografia arquipelágica de Cabo Verde, a coordenação entre ilhas representou, historicamente, um desafio à construção de movimentos. Contudo, as ativistas feministas começaram a ultrapassar esta fragmentação através da criação de plataformas multi-ilhas que estabelecem ligações entre organizações locais para partilha de conhecimentos e ação conjunta. Estas plataformas permitem a coordenação de estratégias de *advocacy*, a partilha de recursos e a mobilização coletiva em torno de temas como a violência baseada no género, a saúde reprodutiva e a justiça climática. Ao promover a unidade entre as ilhas, estas redes estão a contribuir para a construção de um movimento feminista nacional mais coeso e resiliente.

f. Panorama de Financiamento

Embora Cabo Verde receba apoio de instituições como as Nações Unidas e a União Europeia, as entidades feministas destacam a falta de financiamento a longo prazo e flexível. A maioria das subvenções é de curta duração e baseada em projetos, com entraves burocráticos que excluem as entidades comunitárias e informais. A língua continua a ser uma barreira, uma vez que muitas oportunidades são divulgadas em inglês ou francês, contornando as redes de língua portuguesa. Várias entrevistadas referiram também um certo “*cansaço dos doadores*” em relação a Cabo Verde, frequentemente percecionado como uma “*história de sucesso*”, o que tende a ocultar as desigualdades de género que ainda persistem.





g. Desafios e Obstáculos Estruturais

Embora Cabo Verde tenha alcançado progressos notáveis na elaboração de políticas de igualdade de género — como o Plano Nacional para a Igualdade de Género e as quotas legislativas —, a sua implementação continua a ser inconsistente e insuficientemente financiada. Muitas das políticas sensíveis ao género carecem do acompanhamento institucional necessário para transformar as intenções em mudanças concretas ao nível das comunidades. Os mecanismos de aplicação local, especialmente no que diz respeito à violência baseada no género (VBG), permanecem frágeis, e os agentes do sistema judicial nem sempre têm formação em abordagens centradas nas sobreviventes. Como resultado, as políticas que visam proteger e empoderar as mulheres ficam muitas vezes aquém do impacto previsto, sobretudo nas comunidades mais marginalizadas.

A persistente disparidade urbano-rural continua a influenciar o acesso aos serviços feministas em Cabo Verde. Embora as organizações feministas e os centros de apoio estejam cada vez mais visíveis em áreas urbanas como a Praia e o Mindelo, as comunidades rurais e das ilhas mais remotas continuam, muitas vezes, sem acesso a estes serviços essenciais. As mulheres que vivem nessas zonas enfrentam barreiras como transportes limitados, a exclusão digital e as baixas taxas de literacia, fatores que dificultam a sua participação em programas de empoderamento ou o recurso à justiça em casos de violação de direitos. Esta desigualdade geográfica aprofunda as disparidades existentes e, em muitos casos, deixa as mulheres rurais isoladas tanto do apoio estatal como das redes da sociedade civil.

Apesar da crescente visibilidade do feminismo no debate público, a inclusão dos direitos LGBTQIA+ nos esforços de *advocacy* feminista dominantes em Cabo Verde continua limitada. As pessoas LGBTQIA+, especialmente as pessoas trans e não binárias, são frequentemente marginalizadas ou invisibilizadas nos debates nacionais sobre igualdade de género. Embora alguns grupos liderados por jovens estejam a realizar esforços para integrar perspetivas queer, as instituições feministas mais consolidadas têm demonstrado uma adoção mais lenta da interseccionalidade. Esta exclusão não só fragiliza a solidariedade dentro do movimento, como também compromete a visão holística de justiça de género que muitas ativistas procuram promover.

Está a emergir uma notória divisão geracional no panorama feminista cabo-verdiano. As instituições pelos direitos das mulheres mais antigas, frequentemente estruturadas em torno da intervenção e pressão política formal, enfrentam por vezes dificuldades em relacionar-se com a nova vaga de ativismo feminista digital e jovem. As ativistas mais jovens tendem a privilegiar abordagens mais radicais, decoloniais e interseccionais, recorrendo às redes sociais para mobilizar e sensibilizar. Embora ambos os grupos partilhem objetivos comuns, a escassez de diálogo e de colaboração entre si têm resultado em esforços fragmentados.





A construção de pontes entre estas divisões geracionais e metodológicas será essencial para sustentar um movimento feminista coeso e dinâmico no país.

h. Oportunidades

As jovens feministas cabo-verdianas têm vindo a tirar partido, cada vez mais, do poder das plataformas digitais para desafiar normas patriarcais, promover a consciencialização sobre a justiça de género e construir redes de apoio de pares entre as várias ilhas. As redes sociais tornaram-se um espaço privilegiado para o diálogo feminista, especialmente para temas tradicionalmente silenciados no debate público, como os direitos LGBTQIA+, a autonomia sexual e a justiça menstrual. Plataformas como o *Instagram*, o *TikTok* e grupos de *WhatsApp* têm sido utilizadas para desenvolver campanhas educativas, partilhar testemunhos de sobreviventes e mobilizar esforços de *advocacy* a nível local. Ao expandir a formação em literacia digital e segurança online, especialmente para mulheres jovens e raparigas, Cabo Verde poderá reforçar o alcance e a sustentabilidade da organização feminista juvenil.

“A internet é o nosso ponto de encontro. É onde construímos uma comunidade quando não a encontramos nos espaços físicos.”

~ Feminista Cabo-verdiana

É essencial aproximar as organizações feministas tradicionais da nova vaga de movimentos liderados por jovens e com competências digitais. Enquanto as instituições mais antigas aportam experiência sobre intervenção política, funcionamento institucional e construção de coligações, as ativistas mais jovens trazem uma energia renovada, abordagens interseccionais e estratégias de comunicação inovadoras. A criação de espaços de aprendizagem intergeracional, através de programas de mentoria, campanhas colaborativas e fóruns de formação partilhada, pode promover o respeito mútuo e fortalecer o alinhamento estratégico. Este tipo de diálogo é essencial para superar as tensões entre estilos de organização formais e informais e para construir um movimento feminista resiliente e multigeracional, capaz de se adaptar às realidades sociopolíticas em transformação.

As ricas tradições culturais de Cabo Verde, que vão da música e da poesia ao teatro e à narração oral de histórias, constituem um poderoso meio para a difusão de mensagens feministas e para a consciencialização. Os artistas desempenharam historicamente um papel central na formação da identidade nacional e do imaginário coletivo, e as entidades feministas têm vindo a colaborar cada vez mais com músicos, escritores





e artistas visuais para desafiar estereótipos de género nocivos e promover a mudança social. Campanhas que valorizam formas de expressão artística locais, como a morna, o batuque e a tabanka, podem comunicar eficazmente os valores feministas de formas culturalmente relevantes. Ao apoiar intervenções artísticas e coletivos criativos, o movimento pode expandir o envolvimento do público e alcançar audiências para além dos espaços ativistas formais.

Cabo Verde detém o potencial para se afirmar como um centro de convergência para os movimentos feministas de língua portuguesa em África e na diáspora. A sua estabilidade democrática, acessibilidade geográfica e tradição de diplomacia cultural pan-africana tornam o país um local ideal para acolher encontros regionais, retiros de liderança e festivais feministas. Estes encontros podem constituir plataformas fundamentais para a aprendizagem partilhada, o fortalecimento da solidariedade e a definição de estratégias conjuntas entre grupos feministas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e outros. Além disso, ao reforçar a sua presença em redes como a FEMNET ou o AWDF, as feministas cabo-verdianas podem amplificar as vozes de expressão portuguesa, que há muito têm sido marginalizadas nos movimentos feministas continentais e globais.





2.2.3 Guiné Equatorial

a. Análise Contextual

A Guiné Equatorial continua a ser um dos países mais politicamente repressivos de África, governada desde 1979 pelo Presidente Teodoro Obiang. A concentração de poder no órgão executivo e a ausência de pluralismo político criaram um ambiente hostil para a sociedade civil.

“A Guiné Equatorial apresenta um contexto particularmente desafiante para o desenvolvimento do feminismo, devido a fatores históricos, culturais, políticos e jurídicos.”

~ Feminista Equato-guineense

A forte adesão do país a valores tradicionais e religiosos, maioritariamente cristãos e animistas, sustenta uma visão do mundo profundamente patriarcal, que desencoraja a organização feminista e reforça as hierarquias de género. As ativistas feministas enfrentam uma dupla pressão: a repressão política, que limita os seus direitos e liberdades, e o estigma social, que as marginaliza como “subversivas”.

b. Panorama das Organizações Feministas e pelos Direitos das Mulheres

As organizações feministas formais são escassas na Guiné Equatorial devido ao ambiente jurídico restritivo. A maior parte da *advocacy* feminista está integrada em iniciativas mais amplas de direitos humanos, culturais ou de prestação de serviços.



Alguns grupos feministas representam plataformas essenciais de expressão feminista coletiva, mesmo sem registo legal, na maior parte dos casos. Além disso, existem modelos híbridos, como o caso de um escritório de advogados, Jones & Sacristan, que, embora tecnicamente seja uma entidade comercial, presta apoio jurídico pro bono fundamental a mulheres e comunidades LGBTQIA+.

“Somos obrigadas a trabalhar na sombra. Até conseguir uma sala para reuniões exige conhecer pessoalmente o proprietário e garantir que ninguém denuncia.”

~ Feminista Equato-guineense

Esta necessidade de discrição moldou um panorama feminista singular, caracterizado pelo ativismo artístico, encontros privados e redes transnacionais de solidariedade.

c. Questões-Chave e Temas Centrais

As entidades feministas na Guiné Equatorial enfrentam uma multiplicidade de desafios interligados e profundamente enraizados. O mais premente é a extrema restrição à liberdade de expressão e de associação. A Lei das Associações de 1999 continua a constituir um obstáculo significativo, ao estipular que todas as organizações da sociedade civil devem obter aprovação prévia do Estado para poderem operar — sem prever qualquer mecanismo de recurso ou de revisão em caso de recusa. Este enquadramento jurídico não só sufoca a organização independente, como também fomenta um clima de medo e de autocensura. As iniciativas feministas, que frequentemente questionam o *status quo* em torno do género, da sexualidade e do poder, são particularmente vulneráveis neste sistema.

A estas restrições soma-se a criminalização generalizada e a hostilidade social dirigida às pessoas LGBTQIA+, sendo as mulheres trans as principais vítimas dessa violência e marginalização. É reportado que frequentemente as mulheres trans são alvo de assédio, privadas de oportunidades de emprego e sujeitas tanto à violência policial como à rejeição familiar. Na ausência de proteção legal ou de reconhecimento da identidade de género, vivem num estado de quase total invisibilidade. Os coletivos feministas que procuram incluir vozes *queer* e trans são muitas vezes obrigados a operar clandestinamente, recorrendo a plataformas de comunicação encriptadas ou reunindo-se em espaços da diáspora para definir estratégias e fortalecer laços de solidariedade.





A violência baseada no género (VBG), a sexualidade e a saúde reprodutiva são temas envoltos em silêncio e estigma na Guiné Equatorial. Os tabus culturais, aliados à ausência de uma educação sexual abrangente ou de campanhas de saúde pública, fazem com que as sobreviventes de VBG raramente tenham vias seguras para falar das suas experiências ou procurar apoio. Este silêncio é reforçado por normas patriarcais que culpabilizam as vítimas e protegem os agressores, tornando perigoso e emocionalmente desgastante para as mulheres e pessoas de género diverso procurar justiça ou mesmo falar publicamente sobre o que viveram.

O conservadorismo religioso e as narrativas culturais instaladas minam ainda mais a organização feminista. A influência das instituições cristãs conservadoras tem desempenhado um papel determinante na formação da opinião pública, frequentemente apresentando o feminismo como uma importação estrangeira que ameaça os valores familiares e a harmonia social. Em consequência, muitas mulheres — sobretudo as que não fazem parte das elites urbanas — hesitam em identificar-se como feministas ou em alinhar-se com causas feministas, por receio de ostracismo ou condenação espiritual. A perceção do feminismo como algo antirreligioso ou imoral constitui um obstáculo central ao desenvolvimento do movimento, limitando o alcance das ideias feministas e reduzindo o espaço político para a defesa da justiça de género.

Apesar destas realidades desanimadoras, as entidades feministas continuam a resistir de formas criativas e resilientes, construindo redes clandestinas, dialogando com líderes religiosos e encontrando esperança nas dinâmicas de organização juvenil e na diáspora.

Movimento Anti-direitos

Apesar da ausência de movimentos antifeministas explicitamente organizados na Guiné Equatorial, o país continua a evidenciar estruturas patriarcais profundamente enraizadas e uma hostilidade social persistente em relação à igualdade de género. As vozes feministas enfrentam frequentemente estigmatização por parte das instituições estatais e das comunidades, e as mulheres que expressam publicamente o seu apoio a causas feministas ou *queer* são, muitas vezes, alvo de exclusão, intimidação e censura moral. Neste contexto, assumir-se abertamente como feminista é habitualmente visto como uma forma de imposição ocidental e suscita acusações de traição cultural. Em paralelo, o governo aplica políticas que reforçam normas tradicionais de género e restringem o espaço cívico disponível para as defensoras dos direitos das mulheres.

d. Estratégias e Abordagens

No contexto político altamente repressivo da Guiné Equatorial, a organização feminista tem de recorrer a estratégias simultaneamente discretas e culturalmente apropriadas. Os métodos tradicionais de *advocacy* são demasiado arriscados





num regime que vigia e criminaliza a dissidência, levando as ativistas feministas a desenvolver abordagens inovadoras e sensíveis ao contexto, que lhes permitem contornar a censura e a hostilidade social, continuando a lutar pela justiça de género e pela libertação coletiva.

Uma das abordagens mais eficazes é o recurso ao ativismo cultural e artístico, particularmente o teatro. Os coletivos feministas recorrem à narração de histórias, à dança e à performance como meios de expressão e de consciencialização feminista. Estas performances, além de acessíveis a um vasto público, criam também espaços mais seguros para o diálogo sobre temas sensíveis, como a violência baseada no género, o casamento precoce e a autonomia reprodutiva.

“O teatro permite-nos dizer o que não pode ser dito nos espaços políticos.”

~ Feminista Equato-guineense

Esta via criativa funciona simultaneamente como escudo e como espada — protegendo as ativistas de confrontos diretos, ao mesmo tempo que desafia as normas sociais opressivas através do simbolismo, do humor e da metáfora.

O acompanhamento e a aconselhamento jurídico tornaram-se também uma área crucial da resistência feminista. Um escritório de advogados do país tem-se afirmado como um aliado essencial para mulheres e pessoas LGBTQIA+, oferecendo apoio jurídico estratégico em casos de violência doméstica, detenções arbitrárias e discriminação. Embora funcione como uma entidade comercial, e por isso esteja excluído da maioria dos fluxos de financiamento internacional destinados a ONGs, este escritório conquistou um espaço único no ecossistema de defesa feminista. Sobreviventes e ativistas consideram-no como uma verdadeira tábua de salvação num contexto em que as instituições policiais e judiciais atuam muitas vezes contra, e não a favor, das populações vulneráveis.

Na ausência de espaços públicos para a atividade organizativa, as plataformas digitais e a comunicação encriptada tornaram-se ferramentas centrais de coordenação e educação. Aplicações como o *WhatsApp* são utilizadas para partilhar, de forma discreta, informações sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), difundir materiais feministas e coordenar oficinas clandestinas. Estas oficinas — muitas vezes realizadas em casas particulares ou salas paroquiais — dotam mulheres jovens e pessoas *queer* de conhecimentos sobre consentimento, autonomia corporal e histórias feministas. Dada a forte vigilância e o risco de monitorização digital, a encriptação e a confiança dentro das redes são essenciais, e muitas jovens ativistas recebem formação em segurança digital ministrada por aliadas na diáspora.





Por fim, a solidariedade transnacional desempenha um papel vital na sustentabilidade da organização feminista na Guiné Equatorial. As colaborações com ativistas feministas em São Tomé e Príncipe, nos Camarões e na diáspora lusófona oferecem proteção, aprendizagem partilhada e legitimidade. Estas alianças transfronteiriças permitem às ativistas aceder a recursos, desenvolver campanhas regionais e refugiar-se em ambientes mais seguros quando as ameaças se intensificam. Contribuem também para contrariar o isolamento imposto pela repressão estatal, reafirmando que as feministas equato-guineenses não estão sozinhas, mas integram uma luta continental e global mais vasta pela libertação.

Estas abordagens refletem um feminismo profundamente adaptável, enraizado nas comunidades e dotado de grande imaginação — um feminismo que recupera ferramentas culturais, estratégias jurídicas e solidariedades globais para resistir ao silenciamento e construir poder coletivo mesmo num clima repressivo.

e. Conquistas e Progressos

Apesar das imensas restrições estruturais impostas por uma governação autoritária, pelo conservadorismo religioso e pelo estigma social generalizado, as ativistas feministas na Guiné Equatorial têm conseguido conquistar espaços significativos de resistência, transformação e reimaginação cultural. Estes esforços, embora muitas vezes discretos e pouco reconhecidos, refletem a resiliência e a criatividade da organização comunitária num dos Estados mais repressivos do continente africano.

Uma das áreas em que o progresso foi mais significativo é o aumento da consciencialização entre os jovens sobre conceitos como o consentimento, a autonomia corporal e a justiça de género. Através de espaços educativos informais, debates conduzidos por pares e ações digitais de sensibilização, a linguagem feminista começa gradualmente a entrar na consciência pública, sobretudo entre as gerações mais jovens, que estão mais conectadas digitalmente e mais expostas a referências globais. As ativistas relatam que, embora não seja possível realizar manifestações públicas, as conversas sobre poder, patriarcado e desigualdade de género estão a acontecer nas escolas, em casa e nas redes sociais. Esta mudança silenciosa no discurso representa um passo fundamental rumo a uma transformação cultural mais ampla.

Outro desenvolvimento importante foi a criação de espaços virtuais seguros para o diálogo feminista e LGBTQIA+, sobretudo entre a diáspora equato-guineense em Espanha e Portugal. Estas comunidades online tornaram-se santuários vitais de expressão, educação política e apoio emocional. Representam um dos raros espaços onde pessoas *queer* e feministas podem falar abertamente, sem





receio de vigilância ou perseguição. Para além da solidariedade, estas redes digitais funcionam como plataformas para a organização, partilha de recursos e *advocacy* internacional. Permitem também que as ativistas na diáspora amplifiquem as vozes vindas do país, estabelecendo pontes entre as lutas locais e os movimentos feministas globais.

De forma talvez mais singular, coletivos teatrais e literários encontraram maneiras de enfrentar o poder através da arte. Ao enquadrar a sua crítica na linguagem da cultura e da criatividade, estes grupos conseguiram conquistar espaços públicos limitados — chegando, por vezes, a beneficiar de financiamento estatal para atividades culturais. Ao integrar mensagens feministas na poesia, na narração de histórias e na performance teatral, conseguem encetar diálogos que, de outro modo, seriam censurados. Estas intervenções artísticas permitem questionar a violência de género, o silenciamento político e a marginalização sem desencadear repressão direta, precisamente porque operam dentro de um registo cultural considerado “aceitável”.

“Mesmo que não estejamos nas ruas, estamos na mente das pessoas. As nossas palavras vivem nos poemas, nas canções, nas performances.”

~ **Feminista Equato-guineense**

Esta afirmação capta a essência da resistência feminista na Guiné Equatorial — a sua capacidade de infiltrar os corações e as mentes através de meios indiretos, mas poderosos. Ao incorporar a crítica feminista na arte, nos espaços digitais e na educação intergeracional, estas ativistas continuam a cultivar uma consciência de justiça e de autonomia que não pode ser facilmente apagada, mesmo sob ameaça constante.

Estas conquistas sublinham a importância de reconhecer as múltiplas formas de resistência feminista, especialmente aquelas que não se enquadram nos modelos tradicionais de ONGs, mas que estão profundamente enraizadas na cultura, na comunidade e no cuidado.

f. Panorama de Financiamento

O ecossistema de financiamento na Guiné Equatorial constitui um exemplo evidente de exclusão estrutural que não só limita a organização feminista, como também compromete ativamente a sua sustentabilidade. O financiamento





internacional está fortemente centralizado nas mãos de ONGs internacionais, instituições multilaterais e embaixadas estrangeiras — entidades que normalmente operam sem consultar as feministas locais. Esta desconexão priva os grupos feministas comunitários dos recursos, legitimidade ou autonomia necessários para expandir ou sustentar o seu trabalho. Os coletivos feministas informais, não registados ou que funcionam clandestinamente devido a riscos à sua segurança, encontram-se completamente excluídos dos sistemas tradicionais de doadores.

Um exemplo particularmente revelador desta exclusão é o de um escritório de advogados que se tornou um crucial prestador de serviços jurídicos e de proteção feminista para sobreviventes de violência baseada no género e de discriminação LGBTQIA+. Apesar do papel fundamental que desempenha, este escritório é sistematicamente excluído da maioria das subvenções destinadas a organizações feministas ou de direitos humanos, devido ao seu estatuto jurídico de empresa privada. Esta situação reflete uma lacuna crítica nos modelos dos doadores: “uma falha nos mecanismos de apoio que penaliza os modelos híbridos.” Em contextos como o da Guiné Equatorial — onde o registo legal de organizações da sociedade civil é praticamente impossível — muitas entidades recorrem a modelos organizacionais híbridos por necessidade e não por escolha. No entanto, os critérios rígidos de financiamento não têm em conta esta realidade política.

A **barreira linguística** agrava ainda mais as desigualdades no acesso ao financiamento. A maioria das candidaturas a financiamento e convites à apresentação de propostas são publicados em francês ou inglês, sendo escassos os disponíveis em português ou espanhol — as línguas faladas na Guiné Equatorial.

“Nós estamos a trabalhar. Mas não podemos dizer oficialmente que existimos, nem candidatar-nos a ajuda.”

~ **Feminista Equato-guineense**

Esta afirmação resume a devastadora contradição que muitas ativistas enfrentam: realizar um trabalho feminista fundamental a nível comunitário, em contextos hostis, permanecendo ao mesmo tempo invisíveis para os próprios sistemas criados para as apoiar.

O resultado é um panorama de financiamento profundamente distorcido, que recompensa a visibilidade, a legalidade e o acesso linguístico, em detrimento da ligação à comunidade e da relevância política. Se não se fizer uma viragem radical rumo a modelos de financiamento mais inclusivos, flexíveis e linguisticamente





acessíveis, a organização feminista na Guiné Equatorial continuará a ser subvalorizada e subfinanciada, apesar do seu profundo impacto e da sua corajosa resiliência. Os doadores devem reconsiderar os critérios de elegibilidade, investir em tradução e acompanhamento e desenvolver mecanismos de subvenção que acolham, em vez de penalizar, as formas diversas e adaptativas que a organização feminista assume sob repressão.

g. Desafios e Obstáculos Estruturais

As entidades feministas na Guiné Equatorial atuam sob imensas restrições estruturais e sociais que condicionam tanto a forma como o alcance da sua organização. No centro destes desafios está a ameaça persistente de vigilância e retaliação por parte do Estado. O regime autoritário mantém um controlo apertado sobre a vida cívica através de redes de informação, censura e leis restritivas, como a Lei das Associações de 1999. Os eventos públicos, mesmo os que são apresentados como educativos ou culturais, são rigorosamente monitorizados, e as tentativas de registar organizações feministas independentes são, na maioria dos casos, simplesmente recusadas ou adiadas indefinidamente. Esta vigilância cria um clima de medo que desencoraja a mobilização, silencia a dissidência e empurra a ação feminista para a clandestinidade. Como consequência, muitos grupos evitam a visibilidade e operam informalmente, renunciando ao acesso a proteções básicas e à legitimidade institucional.

A exclusão sistémica dos espaços de tomada de decisão e das oportunidades de financiamento constitui outro obstáculo significativo. A maioria dos grupos feministas comunitários continua a operar sem reconhecimento legal, o que os torna inelegíveis para participar em consultas governamentais ou candidatar-se a financiamentos de doadores que exigem registo legal. Por seu lado, os doadores tendem a impor critérios rígidos que favorecem as ONGs já estabelecidas — critérios que os coletivos locais não conseguem cumprir em contextos repressivos. Esta dupla exclusão agrava a precariedade e o esgotamento, obrigando as ativistas a enfrentar simultaneamente a hostilidade do Estado e a negligência internacional. Muitas acabam por depender de redes pessoais, trabalho voluntário e do apoio intermitente da diáspora para manter as suas atividades.

O estigma internalizado e a rejeição social restringem ainda mais o alcance da organização feminista, sobretudo nas zonas rurais, onde predominam normas de género tradicionais e o conservadorismo religioso. Nestes contextos, o feminismo é frequentemente retratado como algo estrangeiro, imoral ou antirreligioso — perceções que dissuadem as mulheres de se identificarem abertamente com o movimento. O receio de ser rotulada de “feminista” pode ter consequências reais: isolamento familiar, perda de estatuto na comunidade ou mesmo violência. As entidades feministas observam que, embora o envolvimento dos jovens esteja a aumentar, as gerações mais





velhas e as lideranças religiosas continuam, em grande parte, hostis ou desdenhosas, reforçando as estruturas patriarcais através de uma retórica moralista. Igualmente preocupante é a exclusão das mulheres trans dos principais espaços de defesa dos direitos das mulheres, apesar do seu papel central na promoção das lutas feministas e LGBTQIA+. As mulheres trans na Guiné Equatorial enfrentam uma marginalização agravada: criminalização, abandono familiar e invisibilidade nas políticas públicas. Ainda assim, muitas têm-se afirmado como importantes organizadoras, artistas e defensoras jurídicas.

No entanto, as suas contribuições são frequentemente marginalizadas nos fóruns “tradicionais” de mulheres, que permanecem cisnormativos e receosos quanto à inclusão de pessoas queer, devido ao conservadorismo social e à pressão dos doadores. Esta exclusão compromete a visão interseccional do feminismo que muitas ativistas procuram construir e limita o potencial transformador do movimento como um todo. Em suma, a organização feminista na Guiné Equatorial é definida não apenas pela sua resistência à repressão externa, mas também pelo difícil trabalho de enfrentar as fraturas internas e a negligência sistémica. Superar estes desafios exige não só proteção e financiamento, mas também um esforço contínuo para transformar as narrativas culturais, expandir os imaginários feministas e construir solidariedades inclusivas e interseccionais entre comunidades diversas.

h. Oportunidades

Neste relatório são identificadas várias oportunidades emergentes que, apesar do ambiente repressivo, oferecem portas de entrada promissoras para o crescimento e a resiliência do movimento feminista na Guiné Equatorial. Estas aberturas refletem tanto a capacidade de adaptação das organizadoras locais como as novas dinâmicas do envolvimento juvenil, das tecnologias digitais e da solidariedade da diáspora.

Em primeiro lugar, a liderança jovem e a mobilização digital estão em crescimento, representando novas e poderosas vias de conexão e resistência. As gerações mais jovens, muitas das quais tiveram algum contacto com discursos feministas através das redes sociais ou de experiências de estudo no estrangeiro, demonstram um interesse crescente por conceitos como autonomia corporal, consentimento e justiça de género. Utilizam grupos de *WhatsApp*, aplicações de mensagens encriptadas e páginas de *Instagram*, não apenas para partilhar informação, mas também para criar círculos informais de aprendizagem e coordenar ações fora do alcance da vigilância estatal. Este espaço digital oferece uma relativa segurança e flexibilidade para a experimentação e a troca de ideias, especialmente para jovens queer e jovens mulheres em áreas urbanas. A transição para formas de organização online permite ainda que as feministas contornem os obstáculos logísticos e jurídicos do registo legal, dando origem a uma forma de “cidadania digital clandestina.”





Outra oportunidade fundamental reside no uso estratégico da cultura e dos meios de comunicação, especialmente através do teatro, da narração de histórias, da poesia e das artes visuais. Artistas e coletivos feministas têm vindo a criar mensagens que estão em sintonia com as normas culturais locais, ao mesmo tempo que subvertem as narrativas patriarcais. Como estas mensagens são frequentemente apresentadas sob a forma de expressão artística ou educativa, e não explicitamente política, conseguem chegar ao público sem desencadear de imediato censura ou represálias. Por exemplo, algumas companhias de teatro integram temas feministas em peças que abordam a violência baseada no género e a saúde reprodutiva, recorrendo à metáfora e à alegoria para suscitar reflexão crítica. Esta estratégia criativa não só aumenta o envolvimento público, como também abre espaço para uma legitimidade cultural num contexto em que o “feminismo” continua a ser tabu.

A organização feminista na diáspora — sobretudo em Espanha e Portugal — tornou-se um recurso cada vez mais essencial para as feministas equato-guineenses. As comunidades da diáspora criaram espaços virtuais seguros onde se partilha conhecimento, se planeiam campanhas e se mobiliza a *advocacy* a nível internacional. Estas redes transnacionais oferecem uma distância protetora das ameaças diretas enfrentadas dentro do país, permitindo formas de expressão e de mobilização de recursos mais ousadas. Além disso, funcionam como pontes essenciais para a mentoria, a tradução e o reforço de capacidades, ajudando a ultrapassar as barreiras linguísticas e legais que persistem na Guiné Equatorial.

No centro destes desenvolvimentos está a resiliência e a capacidade de adaptação das ativistas feministas locais, que continuam a encontrar formas de sobreviver, resistir e reinventar a sua capacidade de ação política sob extraordinária pressão.

*“Continuamos aqui. Continuamos a sobreviver.
E isso é resistência.”*

~ Feminista Equato-guineense

Esta insistência na presença, na sobrevivência e na continuidade, face ao silenciamento autoritário, revela uma profunda força e determinação coletiva.

Estas oportunidades não devem ser romantizadas como substitutos da uma mudança estrutural, mas oferecem importantes pontos de apoio para que financiadores, aliados e redes regionais possam prestar um apoio sustentado e assente em princípios. Tendo especial atenção à segurança, à justiça linguística e às realidades políticas locais, estas aberturas podem transformar-se em alicerces para um ecossistema feminista mais robusto, inclusivo e emancipador na Guiné Equatorial.





2.2.4 Guiné-Bissau

a. Análise Contextual

A instabilidade política, os golpes militares e a fragilidade das instituições democráticas marcaram a trajetória da Guiné-Bissau desde a sua independência. Estas perturbações sistêmicas afetaram profundamente o desenvolvimento de movimentos cívicos e de defesa dos direitos das mulheres. No entanto, apesar dessas limitações, existe no país uma rede vibrante e ativamente mobilizada de organizações comunitárias feministas e lideradas por mulheres, ainda que muitas vezes sejam de carácter informal.

Como ficou expresso numa das discussões dos grupos focais, as mulheres envolvidas em organizações comunitárias descrevem o seu trabalho como “*um esforço coletivo baseado no apoio mútuo, no respeito e na resistência diária*”. Enfatizam o feminismo não apenas como uma identidade política, mas como uma prática partilhada de empoderamento, enraizada nos valores locais e na solidariedade.

b. Panorama das Organizações Feministas e pelos Direitos das Mulheres

A organização feminista na Guiné-Bissau está profundamente enraizada na ação comunitária e é liderada por mulheres que, muitas vezes, são excluídas das estruturas formais devido a limitações no acesso à educação, a rendimentos estáveis ou ao reconhecimento legal. Estas mulheres, muitas das quais exercem atividades na economia informal como vendedoras, agricultoras de subsistência ou trabalhadoras em cooperativas — têm, ainda assim, construído práticas feministas resilientes e interseccionais, assentes nas suas vivências, no cuidado coletivo e no conhecimento local.

Entre as entidades mais relevantes destaca-se uma organização que desempenhou um papel fundamental nos esforços de alfabetização e educação informal de mulheres. Através de programas de educação não formal e sessões de formação, esta organização promove a autonomia das mulheres através do desenvolvimento do



pensamento crítico e de competências básicas de leitura e escrita. Estas intervenções facilitam a participação económica das mulheres e funcionam como portas de entrada para a consciencialização cívica, a ação política e a consciência feminista. Como referiram várias entrevistadas, os programas da organização têm contribuído de forma significativa para “*reforçar a autoestima e a capacidade das mulheres*”, facultando, a muitas delas, a primeira oportunidade de expressar os seus direitos e partilhar as suas experiências de violência, desigualdade ou marginalização.

Existem outras entidades importantes reconhecidas pelo seu trabalho de organização comunitária e pelas suas iniciativas de apoio jurídico. Uma das organizações tem desempenhado um papel determinante na promoção da participação política das mulheres, liderando campanhas em torno das quotas e da reforma eleitoral. Outra, por seu lado, centra-se na monitorização orçamental e na governação sensível ao género, abordando a justiça económica a partir de uma perspetiva feminista. Estes grupos demonstram que a organização feminista na Guiné-Bissau não se limita às questões de género, mas cruza-se com preocupações mais amplas, como a governação, a responsabilização e a distribuição dos recursos públicos.

As líderes feministas, individuais e coletivas, são igualmente fundamentais, tendo-se afirmado como figuras centrais na organização cooperativa e nas iniciativas de justiça económica. O seu trabalho exemplifica a interligação entre os princípios feministas e as estratégias quotidianas de sobrevivência, em que a ação comunitária funciona simultaneamente como resistência política e como resposta à negligência sistémica. Estas mulheres assumem frequentemente o papel de educadoras informais, mentoras e protetoras, mantendo unidas as suas comunidades na ausência de uma infraestrutura estatal fiável.

É importante salientar que a maioria destas entidades opera sem registo legal formal ou financiamento estável. Esta condição torna-as vulneráveis à manipulação política, à exclusão dos programas de financiamento e ao esgotamento. Ainda assim, continuam a trabalhar, sustentadas pela força da liderança interna, pela confiança profunda das comunidades e por uma visão de feminismo simultaneamente localizada e coletiva.

“O feminismo só faz sentido quando há união entre as mulheres... nenhuma mulher deve caminhar sozinha.”

~ Feminista Guineense

Esta citação reflete o espírito do movimento feminista da Guiné-Bissau: não um modelo hierárquico imposto de cima para baixo, mas uma forma de ativismo





horizontal, interligada e comunitária, enraizada na solidariedade, nas vivências e no cuidado mútuo. Em suma, as iniciativas feministas da Guiné-Bissau desafiam as narrativas dominantes sobre o que constitui liderança ou legitimidade feminista. Recordam-nos que a construção de movimentos nem sempre requer visibilidade institucional ou estatuto legal — mas sim a coragem de se organizar, a força da voz coletiva e a convicção de que não devemos deixar ninguém para trás.

c. Questões-Chave e Temas Centrais

O ativismo feminista na Guiné-Bissau assenta em intervenções práticas e lideradas pelas comunidades, que articulam a sobrevivência quotidiana, o empoderamento e a transformação sistémica. Estas iniciativas refletem uma visão abrangente do feminismo, profundamente interseccional e sensível aos contextos locais, especialmente no caso de mulheres e raparigas que enfrentam formas de exclusão múltiplas e sobrepostas.

A alfabetização é amplamente reconhecida entre as ativistas feministas como o primeiro e mais essencial passo para a construção da consciência e da capacidade de ação feminista. Muitas mulheres na Guiné-Bissau foram privadas de acesso à educação formal devido à pobreza, ao casamento precoce ou às responsabilidades domésticas. Em resposta, as organizações comunitárias criaram escolas informais e círculos de alfabetização, muitas vezes sediados em residências particulares ou centros comunitários. Estes espaços são mais do que salas de aula — são plataformas de empoderamento, onde as mulheres aprendem a ler, a escrever e a expressar-se, enquanto debatem normas de género, violência e direitos políticos.

*“A alfabetização não é só letras — é reconheceres
o teu valor e exprimires a tua verdade”*

~ **Feminista Guineense**

Estes espaços promovem simultaneamente o desenvolvimento de competências e a consciencialização cívica, permitindo que as mulheres participem na governação local, integrem cooperativas e reivindiquem os seus direitos.

A independência económica é um tema recorrente em todas as iniciativas feministas do país. Os grupos comunitários organizam atividades geradoras de renda, como a conservação de frutas, a produção de sabão, a venda de alimentos e o artesanato, proporcionando às mulheres fontes de rendimento estáveis. Estes projetos são normalmente coletivos e articulam-se com outros tipos de formação, incluindo em nutrição, cuidados infantis e literacia financeira. Muitas destas cooperativas





funcionam também como espaços seguros para a partilha de valores feministas e para a aprendizagem sobre saúde reprodutiva, proteções legais e processos de decisão comunitária. Esta abordagem económica não se limita à sobrevivência: trata-se de ganhar poder através da solidariedade e da autonomia financeira, permitindo às mulheres terminar relações abusivas ou contestar práticas exploratórias.

Embora em muitas comunidades a VBG continue envolta em silêncio — devido a tabus culturais, à culpabilização das vítimas e às limitações no recurso à justiça — as entidades feministas comunitárias estão a traçar vias discretas de intervenção e apoio. Estão a ser estabelecidos espaços seguros onde as mulheres podem partilhar as suas experiências sem receio de estigma, e realizam-se oficinas conduzidas por pares para promover a sensibilização sobre o consentimento, a violência doméstica e a saúde mental. Em algumas comunidades, líderes comunitárias respeitadas atuam como primeira linha de apoio, acompanhando as sobreviventes a centros de saúde, esquadras de polícia ou serviços de apoio jurídico. O objetivo não é apenas responder à VBG depois de esta ocorrer, mas construir redes de proteção baseadas no apoio mútuo e na responsabilização comunitária, sobretudo em contextos onde o Estado está ausente ou é cúmplice.

Reconhecendo a importância do empoderamento precoce, várias organizações feministas trabalham especificamente com adolescentes e jovens mulheres, oferecendo formação em competências para a vida, mentoria e educação profissional. Estes programas ensinam as raparigas a conhecer os seus direitos, afirmar os seus limites e sonhar para além das expectativas tradicionais de género. A mentoria é frequentemente intergeracional, ligando raparigas mais novas a mulheres líderes mais experientes, que as orientam ao longo da trajetória escolar, dos desafios familiares ou da transição para a vida adulta.

*“Queremos que as raparigas se vejam como líderes
— não apenas como esposas ou mães.”*

~ Feminista Guineense

Este é um trabalho essencial para quebrar os ciclos viciosos do casamento precoce, violência sexual e exclusão da educação. Embora os sistemas legais formais continuem pouco acessíveis — sobretudo para mulheres de áreas rurais ou com baixos rendimentos — tem-se verificado um crescente trabalho de promoção do acesso à justiça e documentação jurídica. As cooperativas recebem apoio de advogados e juristas progressistas para obter reconhecimento legal, o que lhes abre portas ao financiamento público, à prestação de serviços e à participação política.





Paralelamente, as feministas têm vindo a desafiar as práticas jurídicas consuetudinárias que frequentemente prejudicam as mulheres em matérias como o direito à terra, a herança ou a guarda dos filhos. Os esforços de empoderamento jurídico incluem também ações de educação para os direitos, ensinando as mulheres a apresentar queixas, denunciar situações de violência e exigir responsabilização institucional.

Em conjunto, estas áreas de atuação demonstram o carácter holístico e enraizado na cultura local dos movimentos feministas na Guiné-Bissau. Refletem uma política de cuidado e de sobrevivência que é simultaneamente estratégica e profundamente transformadora, centrada não em teorias abstratas, mas em mudanças concretas na vida das mulheres, raparigas e comunidades marginalizadas. Estas iniciativas representam um movimento feminista prático, corajoso e profundamente sintonizado com as vivências de quem procura servir.

d. Estratégias e Abordagens Organizativas

A organização feminista na Guiné-Bissau está profundamente entrelaçada com as estruturas comunitárias, a sensibilidade cultural e a resiliência quotidiana. Em vez de replicarem modelos de ativismo formais ou centrados nas áreas urbanas, as entidades feministas de todo o país têm desenvolvido estratégias contextualizadas, que refletem as suas comunidades ao mesmo tempo que promovem a justiça de género. Destacam-se quatro abordagens principais no trabalho das feministas locais:

Organização Comunitária e Cooperativas

Um dos veículos mais eficazes de mobilização feminista na Guiné-Bissau tem sido o uso das cooperativas de mulheres, não apenas como plataformas de empoderamento económico, mas também como espaços feministas transformadores. Na Granja, por exemplo, foi criada uma cooperativa de mulheres com o objetivo explícito de combinar a formação em competências geradoras de rendimentos com a transmissão de valores feministas, como a dignidade, o apoio mútuo e a valorização pessoal. A cooperativa está intencionalmente estruturada em torno de princípios de solidariedade, em vez de competição.

*“Não fazemos apenas sabão ou vendemos fruta
— fortalecemos a confiança umas das outras.
Aprendemos a falar em público, a dizer não e a
apoiar as nossas irmãs quando sofrem.”*

~ Feminista Guineense





Este modelo ilustra como se pode cultivar uma política feminista através de esforços práticos, relacionais e coletivos, particularmente em contextos onde o ativismo formal é frequentemente visto com desconfiança ou hostilidade.

Diálogo e Envolvimento Respeitoso

Dada a fragilidade sociopolítica da Guiné-Bissau, as entidades feministas têm adotado uma estratégia de comunicação não confrontacional ao dialogar com líderes locais, figuras religiosas e a sociedade em geral. Uma abordagem frequentemente referida consiste em *“comunicar com a sociedade através de uma linguagem sábia e respeitosa, evitando um tom confrontacional.”* Este cuidado na abordagem não representa fraqueza, mas sim uma decisão tática, concebida para evitar reações negativas, especialmente em contextos rurais conservadores, onde o feminismo é frequentemente mal compreendido ou percecionado como algo estrangeiro. Ao adotarem uma linguagem estratégica, em sintonia com os valores e costumes locais, as ativistas criam espaço para conversas difíceis — sobre violência, autonomia corporal ou os direitos das raparigas — sem provocar uma resistência imediata. Este “radicalismo respeitoso” é uma marca distintiva da organização feminista no país, permitindo que os movimentos cresçam de forma orgânica, sem afastar potenciais aliados.

Sensibilidade Cultural e Religiosa

A identidade religiosa e cultural ocupa um lugar central na vida na Guiné-Bissau, e as entidades feministas estão plenamente conscientes dessa realidade. Em vez de se oporem abertamente às normas religiosas, muitas promovem um feminismo enraizado na cultura local, que procura reinterpretar os valores espirituais e culturais a partir de uma perspetiva de equidade de género. Este trabalho inclui colaborar com líderes religiosas, anciãs das comunidades e curandeiras tradicionais na co-criação de mensagens que afirmem os direitos das mulheres como parte integrante dos paradigmas morais locais.

“Mostramos que a dignidade das mulheres já está presente na nossa religião. Apenas recordamos isso às pessoas.”

~ Feminista Guineense

Esta abordagem reflete uma ética feminista decolonial, reconhecendo que o feminismo na Guiné-Bissau não precisa de seguir o modelo do liberalismo ocidental, mas pode crescer a partir das tradições indígenas e espirituais que valorizam a comunidade, o cuidado e a reciprocidade.





Espaços Informais de Aprendizagem

Por fim, a produção e partilha de conhecimento feminista na Guiné-Bissau floresce em espaços informais e de proximidade comunitária. As organizações promovem oficinas, diálogos comunitários e círculos de mulheres nas aldeias e nas periferias urbanas. Estes espaços de aprendizagem não se limitam à alfabetização ou ao desenvolvimento de competências, são verdadeiros núcleos de consciencialização, onde as mulheres exploram temas como a identidade, o patriarcado, a maternidade e a justiça. A reduzida dimensão destes encontros favorece a confiança, a intimidade e o diálogo, elementos essenciais em contextos marcados pelo trauma, pelo silêncio e pela desconfiança nas instituições. As organizadoras feministas reconhecem que a mudança começa através da conversa, muitas vezes à mesa da cozinha, sob as mangueiras ou durante as reuniões das cooperativas.

e. Conquistas e Inovações

As organizadoras feministas na Guiné-Bissau alcançaram nos últimos anos progressos significativos, ainda que frequentemente pouco reconhecidos, sobretudo através de parcerias estratégicas, formação comunitária e modelos inovadores de liderança que privilegiam abordagens relacionais e sensíveis ao contexto. Embora o seu trabalho nem sempre atraia atenção internacional devido à fraca presença digital, estas iniciativas estão, de forma discreta, a transformar normas e a ampliar o alcance dos direitos das mulheres em diferentes regiões do país.

Parcerias Estratégicas com o Governo

Um dos avanços mais significativos tem sido a capacidade das organizações feministas e lideradas por mulheres de estabelecer parcerias com instituições governamentais, nomeadamente com o Ministério da Educação. Através destas alianças, as entidades feministas conseguiram alargar o acesso a programas de alfabetização, especialmente para mulheres adultas e raparigas anteriormente excluídas dos sistemas formais de ensino. Estes programas vão além das competências básicas de leitura e escrita — servem de canais para a participação cívica e para a consciência de género, capacitando as mulheres a exercer os seus direitos e a envolver-se nas suas comunidades.

“Quando uma mulher aprende a ler, aprende também a fazer perguntas, a tomar decisões e a votar com autonomia.”

~ **Feminista Guineense**





A colaboração com organismos governamentais confere a estes programas uma legitimidade institucional que pode ser particularmente importante nas zonas rurais, onde as ativistas feministas poderiam, de outro modo, ser vistas com desconfiança.

Formação Comunitária em Áreas Remotas

As organizadoras feministas têm também alcançado sucesso na implementação de ações de formação e educação em zonas com pouca ou nenhuma infraestrutura formal. Em muitas comunidades rurais, as escolas e os serviços públicos são escassos, e a presença do Estado é mínima. Ainda assim, as ativistas desenvolveram programas de formação flexíveis e itinerantes, frequentemente realizados em residências, mercados ou espaços cooperativos, que dotam as mulheres de ferramentas para compreender e reivindicar os seus direitos. Estes programas abrangem não só a alfabetização e o cálculo básico, mas também a sensibilização sobre violência baseada no género, a educação para a saúde, a literacia financeira e o desenvolvimento cooperativo. A adaptabilidade destes programas é fundamental: ao irem ao encontro das mulheres, tanto física como socialmente, as entidades feministas garantem que o conhecimento é partilhado de forma acessível, relevante e segura.

Narração de Histórias e Modelos de Liderança Baseados em Cooperativas

Um outro progresso significativo tem sido o aumento da visibilidade e da legitimidade do discurso sobre os direitos das mulheres no seio das estruturas comunitárias, especialmente através da narração de histórias e de modelos de liderança baseados em cooperativas. A narração, seja através de relatos orais, poesia ou canções, constitui um poderoso veículo de educação feminista na Guiné-Bissau. As líderes comunitárias recorrem frequentemente a testemunhos pessoais e a formas tradicionais de comunicação para ilustrar as desigualdades de género e estimular a reflexão coletiva. Estas histórias são relevantes nos contextos culturais locais e ajudam a criar pontes entre a experiência vivida e a análise política.

Além disso, as mulheres que lideram cooperativas ou associações informais são cada vez mais reconhecidas como líderes e defensoras comunitárias, muitas vezes assumindo papéis que desafiam a autoridade patriarcal, ainda que atuem dentro das estruturas sociais respeitadas. A sua liderança não se baseia em títulos formais nem em diplomas, mas sim na confiança, na sabedoria e na eficácia prática.

“Não somos ministras, mas as pessoas ouvem-nos quando falamos — porque falamos a partir das nossas verdadeiras vivências”

~ Feminista Guineense





Pequenos Passos, Grandes Impactos

Embora o movimento feminista da Guiné-Bissau não disponha da infraestrutura mediática, do alcance nas redes sociais ou das ferramentas digitais de *advocacy* presentes noutras regiões, isso não significa que seja menos eficaz. Pelo contrário, o seu impacto faz-se sentir através de mudanças graduais, mas persistentes, nas atitudes em relação aos papéis, direitos e liderança das mulheres. Estas “pequenas vitórias” — desde uma rapariga que regressa à escola, a uma mulher que recusa um casamento abusivo, até a um coletivo que reivindica o direito à terra — geram ondas de transformação que se propagam pelas famílias e comunidades. Em muitos casos, estas transformações locais preparam o terreno para uma mudança cultural mais ampla, ainda que possam passar despercebidas aos olhos da comunidade internacional.

f. Panorama de Financiamento

As participantes afirmaram de forma unânime que “*não existe apoio regular por parte dos doadores*”. A sustentabilidade financeira continua a ser um dos maiores obstáculos. Embora instituições como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) tenham demonstrado interesse, as verbas são distribuídas de forma irregular e raramente chegam às organizações comunitárias. Desta forma, muitos grupos de mulheres operam de forma voluntária e sem financiamento, dependendo inteiramente do trabalho voluntário.

As barreiras linguísticas (Português/Crioulo versus Inglês/Francês), a ausência de registo legal e a fraca conectividade limitam ainda mais o acesso às redes de doadores e aos processos de candidatura.

g. Desafios

Confiança e Legitimidade

Um dos temas mais recorrentes no panorama feminista da Guiné-Bissau é o desafio da confiança e da legitimidade social. As organizadoras feministas enfrentam frequentemente ceticismo por parte dos líderes comunitários do sexo masculino e, por vezes, também de algumas mulheres, especialmente em contextos rurais e conservadores. O feminismo é muitas vezes mal compreendido ou intencionalmente retratado como uma importação, desligada das tradições locais e dos valores familiares. Isto traduz-se num crescimento mais lento do movimento, obrigando as ativistas a dedicar muito tempo a “*estabelecer relações de confiança antes de estabelecer os programas*”.

Este estabelecimento de confiança não é uma ação superficial do trabalho no terreno — trata-se de um processo deliberado e estratégico, que envolve escutar com





respeito, enquadrar contextualmente os princípios feministas e dialogar com líderes religiosos e culturais. As entidades feministas sublinham a importância de basear a sua linguagem nas formas de expressão locais assentes na dignidade, no cuidado mútuo e na proteção comunitária, em vez de recorrer a narrativas confrontacionais ou percecionadas como impostas do exterior. Isto não representa uma concessão, mas sim fluência cultural — e continua a ser essencial para consolidar a legitimidade e o apoio alargado às causas feministas no país.

Lacunas Digitais e de Comunicação

Outro grande desafio é a falta generalizada de acesso a ferramentas e plataformas digitais. A maioria das organizadoras atua em contextos de exclusão digital, sem acesso regular a smartphones, computadores, internet ou mesmo eletricidade; o que limita não só a capacidade de coordenação a nível nacional e regional, como também restringe as oportunidades de formação, *advocacy*, visibilidade e contacto com doadores. Num ecossistema de financiamento cada vez mais digital, esta situação coloca os grupos feministas da Guiné-Bissau em desvantagem em concursos de financiamento, na aprendizagem entre pares ou na divulgação do seu impacto.

Além disso, a falta de literacia digital e de infraestrutura tecnológica faz com que até tarefas básicas de comunicação, como redigir relatórios ou participar em formações via Zoom, estejam fora do alcance de muitas organizadoras comunitárias.

“Nós estamos a trabalhar. Mas, como somos invisíveis online, as pessoas pensam que não fazemos nada.”

~ **Feminista Guineense**

A exclusão digital não reflete apenas a desigualdade, como também a reproduz, reforçando a marginalização das entidades feministas comunitárias nos debates, alianças e fluxos de financiamento mais importantes.

Exclusão das Redes Feministas Regionais e Globais

Fortemente relacionada com a exclusão digital está a exclusão das entidades feministas da Guiné-Bissau dos ecossistemas feministas mais amplos, tanto a nível regional como global. Apesar do número crescente de alianças em todo o continente africano, a maioria dos grupos comunitários na Guiné-Bissau não integra redes como a FEMNET, a AWID ou o Fórum Feminista Africano. Esta ausência deixa-os isolados de processos de aprendizagem partilhada, mecanismos de solidariedade, plataformas de *advocacy* e fontes de financiamento.





Esta exclusão não resulta de falta de interesse, mas de barreiras linguísticas, visibilidade limitada e dificuldade de acesso às plataformas de candidatura. Sem aliadas regionais ou relações transfronteiriças formalizadas, muitas ativistas veem-se obrigadas a lutar sozinhas, sem beneficiar de mentoria, enquadramento institucional ou apoio entre pares.

Ausência de Mecanismos de Proteção para as Ativistas

Por fim, a questão da segurança e da proteção das ativistas feministas continua a ser urgente. Em toda a Guiné-Bissau, as mulheres que se pronunciam contra a desigualdade de género, que defendem reformas legais ou que lideram cooperativas enfrentam frequentemente reações adversas por parte de familiares, líderes religiosos, atores políticos e até de instituições estatais. Ainda assim, praticamente não existem mecanismos legais ou institucionais de proteção para estas defensoras. O país não dispõe de uma comissão de direitos humanos operacional, de clínicas jurídicas feministas, nem de um sistema de resposta de emergência para ativistas sob ameaça.

Como consequência, muitas ativistas optam pela autocensura ou acabam por abandonar o ativismo, sobretudo quando elas próprias ou as suas famílias são alvo de intimidação. Esta situação é particularmente perigosa para as ativistas mais jovens e para aquelas que trabalham em áreas tematicamente mais sensíveis, como a SDR, o direito à terra ou os direitos LGBTQIA+. Sem canais seguros de denúncia, mecanismos de solidariedade ou acompanhamento jurídico, as defensoras feministas atuam num contexto de risco e isolamento constantes.

h. Oportunidades

Expandir os Círculos de Alfabetização Feministas como Catalisadores do Empoderamento

Os espaços de alfabetização geridos pelas comunidades já funcionam como centros de aprendizagem, diálogo e organização. Estes espaços informais não se limitam a ensinar as mulheres a ler e escrever, mas também promovem o pensamento crítico, a consciencialização para os seus direitos e a capacidade de ação política. É necessário expandir estes círculos de alfabetização nas zonas rurais e periurbanas, integrando-os com formação em liderança, educação cívica e sensibilização sobre a violência baseada no género (VBG).

Apoiar as Cooperativas de Mulheres como Pilares da Infraestrutura Feminista

As cooperativas de mulheres na Guiné-Bissau são muito mais do que entidades económicas — são ecossistemas feministas onde o empoderamento, a solidariedade





e a resistência se cruzam. Desde a produção de sabão e a transformação de frutas até à literacia financeira e ao apoio entre pares, estes coletivos funcionam como plataformas práticas para a mobilização das mulheres em larga escala. É fundamental garantir financiamento estrutural e de longo prazo às cooperativas lideradas por mulheres, reconhecendo-as como veículos essenciais da organização feminista. Estes espaços devem ser apoiados não só enquanto modelos de geração de rendimento, mas também como núcleos de liderança feminista e de *advocacy* comunitária.

Promover Mensagens Feministas Enraizadas na Cultura e Alinhadas com a Religião

Dadas as fortes tradições religiosas e culturais da Guiné-Bissau, as organizadoras feministas têm desenvolvido uma estratégia de “radicalismo respeitoso” — envolvendo líderes comunitários, anciãs/anciãos e figuras religiosas de forma a afirmar os valores locais, ao mesmo tempo que desafiam as normas patriarcais. É necessário reforçar e replicar estas abordagens sensíveis à cultura, investindo na *educação feminista baseada na religião*, no diálogo intergeracional e na tradução das ideias feministas para as formas de expressão locais.

Desenvolver Liderança Intergeracional e Modelos de Mentoria

Na Guiné-Bissau, tem-se vindo a dar uma maior atenção aos *direitos das raparigas, à mobilização juvenil e à mentoria intergeracional*. As feministas mais experientes já orientam as raparigas mais novas através de canais informais, ajudando-as a lidar com a escola, as expectativas familiares e os primeiros passos na liderança. Existe agora uma oportunidade de formalizar e expandir os programas de mentoria que põem em contacto as adolescentes com líderes feministas experientes. Estes programas devem integrar formação em competências para a vida, capacitação profissional e literacia digital, garantindo que as raparigas se vejam a si mesmas não apenas como sobreviventes, mas como futuras líderes.

Criar Redes de Comunicação Feministas com Tecnologia Simples para Superar a Exclusão Digital

Com acesso limitado à internet e fraca conectividade, grande parte do trabalho feminista na Guiné-Bissau permanece *invisível* aos olhos dos doadores e aliados regionais. No entanto, as organizadoras locais têm vindo a explorar redes de SMS, grupos de *WhatsApp* e a narração de histórias através da rádio. É necessário apoiar o desenvolvimento de infraestruturas de comunicação comunitárias e de tecnologia simples — como centros de áudio móveis, programas de rádio e materiais offline de partilha de conhecimentos — para documentar e divulgar o trabalho feminista entre diferentes regiões, línguas e níveis de acesso.





2.2.5 Moçambique

a. Análise Contextual

O movimento feminista em Moçambique surgiu de forma mais estruturada após a guerra civil de 1993 e ganhou um impulso formal em 2005. A criação do Fórum Mulher, uma rede nacional de coordenação que reúne mais de 90 organizações-membro, foi decisiva para dinamizar o debate sobre as questões de género. Inicialmente, o feminismo era visto como algo ocidental e alheio à realidade local, o que levou muitas organizações a resistirem a essa designação. Contudo, esta resistência foi-se atenuando ao longo do tempo, com o crescente reconhecimento da necessidade de dismantelar o patriarcado e construir uma sociedade mais igualitária. Muitos grupos reconhecem agora a sua prática feminista, mesmo que não se identifiquem explicitamente como feministas. Persistem, porém, constrangimentos legais, entre eles a impossibilidade de as associações LGBTQIA+ se registarem formalmente, bem como o estreitamento do espaço cívico, que tem limitado a mobilização e a expressão pública.

b. Panorama das Organizações Feministas e pelos Direitos das Mulheres

Moçambique acolhe um ecossistema diversificado de organizações feministas, que vão desde redes à escala nacional a coletivos liderados pelas comunidades. O Fórum Mulher destaca-se pelo seu alcance nacional e pela sua capacidade de *advocacy* a nível internacional. Entre outras entidades relevantes contam-se o Movimento das Jovens Feministas, a Associação Horizonte Azul, a Por Ela e a Ophenta. Embora muitas destas organizações atuem principalmente a nível local, abrangem municípios e zonas rurais e participam cada vez mais em plataformas regionais como a Femnet, a Gender Links e a Marcha Mundial das Mulheres.



c. Questões-Chave e Temas Centrais

Violência Baseada no Género (VBG)

A violência baseada no género continua a ser uma das questões mais urgentes para os movimentos feministas em Moçambique. Embora existam quadros legais para responder à violência doméstica e sexual, a sua aplicação permanece irregular e o estigma social continua a silenciar as sobreviventes. A situação é agravada nas zonas afetadas por conflitos, particularmente nas províncias do norte, como Cabo Delgado, onde os deslocamentos forçados, a militarização e a pobreza aumentam a vulnerabilidade das mulheres. As organizações e redes feministas têm respondido com iniciativas de *advocacy* lideradas por sobreviventes, aconselhamento entre pares e mecanismos informais de denúncia em zonas onde a proteção estatal está ausente ou não é fiável. Muitos grupos promovem também campanhas de sensibilização em escolas e comunidades para reforçar a educação sobre o consentimento e desafiar as normas patriarcais que normalizam a violência.

Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR)

A SDSR é um tema central no trabalho das entidades feministas moçambicanas, que defendem o acesso à contraceção, à educação sexual abrangente e ao aborto seguro e legal. A luta pela autonomia corporal é frequentemente contestada tanto nas políticas públicas como nas comunidades, onde o conservadorismo religioso e as normas de género restringem o diálogo aberto. Os grupos feministas desenvolvem ações de educação comunitária, campanhas digitais e parcerias com profissionais de saúde para garantir que as jovens e as raparigas tenham acesso a informação e recursos fiáveis. Nas zonas rurais, as clínicas móveis e as facilitadoras informais constituem as principais prestadoras de serviços de SDSR. As organizações encabeçadas por jovens estão também a liderar os esforços para quebrar o estigma do aborto e difundir as vozes dos jovens nos fóruns políticos.

Desigualdades Económicas

A justiça económica é uma preocupação transversal das ativistas feministas, sobretudo tendo em conta a dependência do país das indústrias extrativas e da economia informal. As mulheres estão sobrerrepresentadas em setores precários e mal remunerados, como a agricultura, o trabalho doméstico e a venda nos mercados, atividades que, em muitos casos, não oferecem proteção laboral. As iniciativas feministas têm vindo a apoiar cooperativas de mulheres, a disponibilizar microcrédito e a fornecer formação em empreendedorismo, centrada em valores feministas como a autonomia, a entreajuda e a solidariedade financeira. Além disso, as organizações feministas estão a envolver-se cada vez mais na *advocacy* orçamental, exigindo transparência e alocações orçamentais sensíveis ao género nos gastos públicos. Estas ações





posicionam as mulheres não apenas como agentes económicos, mas também como agentes políticos, que ajudam a definir as prioridades de desenvolvimento nacional.

Justiça Climática e Resposta a Crises

Moçambique é um dos países africanos mais afetados por desastres climáticos, ciclones, inundações e secas prolongadas. As organizações feministas têm desempenhado um papel central tanto na resposta de emergência como na construção de resiliência a longo prazo, especialmente nas zonas mais vulneráveis a desastres, como o norte do país. O seu trabalho inclui a organização da distribuição de alimentos, a reconstrução de alojamentos e a prestação de apoio psicossocial pós-trauma a mulheres e crianças. De forma mais ampla, as ativistas feministas têm enquadrado a crise climática como uma questão de género, em que as mulheres, particularmente nas comunidades agrícolas e piscatórias, são as que mais sofrem os impactos da devastação ecológica. Os coletivos liderados por mulheres reivindicam uma maior representação nas políticas ambientais e nos planos de adaptação climática, defendendo que o conhecimento local e as estratégias baseadas no cuidado são fundamentais para a sobrevivência e a sustentabilidade.

Mulheres, Paz e Segurança

As ativistas feministas estão cada vez mais envolvidas na construção da paz e nos processos de recuperação pós-conflito, especialmente nas regiões afetadas pelo terrorismo e pela insurgência. As mulheres em Cabo Delgado e noutras zonas marcadas por crises enfrentam deslocamentos forçados, violência sexual e o colapso dos serviços essenciais. As organizações feministas têm abordado as dimensões psicossociais do trauma através de círculos comunitários de cura, terapias baseadas na arte e acompanhamento jurídico. Defendem também a inclusão das mulheres nas negociações de paz e nos processos de justiça de transição, insistindo que a segurança deve ser redefinida para além da militarização, integrando a integridade física, o acesso aos cuidados de saúde e a liberdade de viver sem medo. As suas intervenções evidenciam a interligação entre paz, justiça de género e transformação estrutural.

Direitos LGBTQIA+

Embora os direitos das pessoas LGBTQIA+ continuem marginalizados no discurso feminista dominante em Moçambique, algumas organizações têm vindo a expandir os limites da inclusão. Grupos como a Por Ela e a Hixikamwe trabalham com mulheres lésbicas, bissexuais e queer em condições políticas e sociais desafiantes. O seu trabalho inclui a criação de espaços seguros, a orientação jurídica e o apoio psicossocial a mulheres queer que enfrentam discriminação ou violência. Devido ao estigma cultural e à ausência de proteções legais, grande parte desta ação organizativa ocorre de forma informal ou discreta, sobretudo em contextos rurais ou conservadores. Ainda assim, estas entidades estão a lançar as sementes fundamentais para um movimento





feminista mais interseccional e inclusivo, mesmo enquanto enfrentam invisibilização sistêmica e riscos para a sua segurança.

d. Estratégias e Abordagens

Mobilização Comunitária

A mobilização feminista em Moçambique está profundamente enraizada no envolvimento local e na promoção da consciencialização. A mobilização comunitária é a estratégia central adotada pelas organizações, especialmente nas zonas rurais e nas regiões afetadas por conflitos, onde a presença do Estado é mínima. Este trabalho envolve diálogos locais, reuniões de sensibilização para grupos, campanhas educativas sobre direitos e ações de solidariedade. Conforme relatado durante as discussões dos grupos focais, as ações diretas que envolvem mulheres e jovens são utilizadas para aumentar a consciencialização sobre os direitos, reforçar a capacidade de liderança e promover uma identidade coletiva. Esta mobilização assenta, de forma significativa, no princípio do apoio mútuo e na convicção de *que “juntas somos mais fortes”*, reforçando a solidariedade entre os movimentos e com outras causas de justiça social.

Apoio Jurídico

Muitas organizações feministas prestam apoio e defesa jurídica, especialmente a mulheres que recorrem à justiça em casos de violência doméstica, abuso sexual ou pensão de alimentos. Duas organizações mencionadas no relatório fornecem explicitamente apoio jurídico a mulheres, sendo muitas vezes a única forma de justiça a que estas conseguem aceder. Para além de apoiarem casos individuais, estas organizações pressionam também por uma aplicação mais rigorosa das leis sobre violência baseada no género (VBG). Os esforços de apoio jurídico estão frequentemente ligados a campanhas mais amplas que visam sensibilizar para os direitos das mulheres e desafiar as barreiras institucionais ao acesso à justiça. A infraestrutura de apoio jurídico feminista continua pouco desenvolvida, mas constitui um pilar essencial do trabalho feminista em Moçambique.

Práticas de Cura e Expressão Artística

Nas zonas afetadas por conflitos e desastres climáticos, as associações feministas recorrem a abordagens de justiça restaurativa para responder ao trauma. Ferramentas culturais e artísticas, como pintura de murais, círculos terapêuticos e escrita de poesia, são utilizadas como portas de entrada para a prevenção da VBG, a sensibilização e a cura emocional. Estas formas criativas de ativismo tornaram-se poderosos instrumentos de mobilização comunitária, especialmente em contextos onde a violência, o terrorismo e os deslocamentos forçados deixaram profundas marcas psicológicas. Através destas expressões, as mulheres reconquistam espaço, contam as suas histórias e promovem a cura coletiva.





Narração de Histórias e Transformação de Narrativas

A narração de histórias é reconhecida como uma ferramenta poderosa de advocacy feminista em Moçambique. As organizações documentam o impacto e amplificam as vozes das mulheres através de testemunhos, histórias orais e meios visuais.

“Tem-se usado histórias de mudança para divulgar resultados e impactos.”

~ **Feminista Moçambicana**

Estas histórias não só humanizam as estatísticas, como também funcionam como contranarrativas às interpretações patriarcais dominantes sobre os papéis e as lutas das mulheres. Embora esta abordagem seja valorizada, as organizações expressaram igualmente a necessidade de ferramentas e apoio mais robustos para potenciar a narração de histórias como método de *advocacy* e de aprendizagem.

Organização Digital Juvenil

O ativismo digital é um campo ainda emergente, mas essencial, para os movimentos feministas juvenis. Grupos como o *MovFemme* e a *Por Ela* têm desenvolvido campanhas online dinâmicas dirigidas a jovens mulheres e raparigas. Estas campanhas centram-se na educação feminista, na SDR e na violência baseada no género, utilizando as redes sociais como principal ferramenta de mobilização.

No entanto, persistem desafios como os custos elevados de acesso à internet e as limitações de infraestrutura, que muitas vezes dificultam a sustentabilidade destes esforços digitais. Conforme mencionado durante o mapeamento, muitas organizações lideradas por jovens enfrentam dificuldades em manter uma “profissional de comunicação a título permanente”, o que restringe o seu alcance e impacto. Apesar destas limitações, a organização digital liderada por jovens continua a ser um espaço vital de visibilidade e mobilização feminista em Moçambique.

Participação Política

Os movimentos feministas em Moçambique participam cada vez mais em espaços formais de decisão política, nomeadamente nos debates sobre o orçamento do Estado e nos fóruns de governação regional. Organizações nacionais, como o *Fórum Mulher*, têm participado em discussões sobre reparações por injustiças coloniais e estão a envolver-se em temas como a justiça económica e as políticas climáticas. As associações feministas fazem pressão para a integração da perspetiva de género nos orçamentos públicos e pela transparência na alocação de recursos. Estes esforços





refletem uma mudança de foco da prestação de serviços para uma atuação estrutural, em que as organizações feministas procuram reformular as políticas públicas a partir de uma perspetiva de género e equidade. A participação nestes fóruns permite que as reivindicações comunitárias sejam articuladas a nível nacional e até regional.

e. Conquistas e Progressos

Integração do Discurso de Género na Política Nacional

As associações feministas em Moçambique têm vindo, de forma consistente, a influenciar os debates políticos nacionais, particularmente em assuntos como a justiça económica, a participação política e as alocações orçamentais. As organizações desempenharam um papel fundamental na introdução das questões de género nos debates nacionais e contribuíram ativamente para as discussões sobre reparações pela exploração colonial e responsabilização ambiental, incluindo nos debates sobre o mercado de créditos de carbono.

Embora algumas organizações nem sempre se identifiquem com o rótulo de feminista, as suas ações coordenadas refletem práticas claramente feministas. Esta integração é mais visível no trabalho das plataformas nacionais, que “formam mulheres e jovens a nível comunitário e coordenam agendas coletivas de *advocacy*”. A sua presença estratégica, tanto em instâncias nacionais como regionais (p. ex., na SADC e na FEMNET), tem permitido traduzir as preocupações das bases em influência política. Além disso, a agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) tem vindo a ganhar destaque devido aos efeitos cumulativos dos conflitos e dos desastres climáticos sobre as mulheres, conduzindo a respostas a crises mais sensíveis ao género em fóruns políticos.

Emergência do Diálogo Feminista Intergeracional

Uma evolução notável no seio do movimento feminista moçambicano é o fortalecimento do diálogo feminista intergeracional. Ativistas veteranas, provenientes de organizações como o Fórum Mulher e a Ophenta, estão agora a orientar líderes mais jovens, assegurando a continuidade do conhecimento e da estratégia feminista. Isto reflete-se no trabalho de movimentos liderados por jovens, como o Movfemme e a Por Ela, que desenvolvem ações de mobilização digital e campanhas feministas online.

No entanto, as dinâmicas intergeracionais não estão isentas de tensões. O mapeamento revelou a persistência de “relações de poder fortes entre feministas mais velhas e mais jovens”, sublinhando a necessidade de modelos de governação baseados em princípios feministas, que promovam uma participação equitativa e uma liderança partilhada. Ainda assim, este intercâmbio entre experiência e inovação enriquece a construção do movimento e aprofunda a consciência feminista entre diferentes gerações.





Inclusão de Mulheres LGBTQIA+ na Advocacy

Apesar do contexto legal restritivo e da ausência de reconhecimento oficial, as mulheres lésbicas e queer estão a tornar-se cada vez mais parte integrante do discurso feminista em Moçambique. Organizações como a Por Ela e a Hixikamwe surgiram como espaços seguros para a defesa dos direitos LGBTQIA+, oferecendo apoio e participação a mulheres com identidades sexuais e de género não normativas. Devido à proibição legal do registo de organizações de minorias sexuais em Moçambique, estes grupos operam geralmente de forma informal ou sob a proteção de entidades aliadas já registadas. A inclusão das questões LGBTQIA+ é, em geral, transversal — e não central — na maioria dos programas feministas, mas as alianças e parcerias de *advocacy* estão a expandir progressivamente o seu alcance. Como afirmou uma das pessoas entrevistadas, a colaboração estratégica é essencial, pois “a luta pela igualdade de género não pode excluir quem está mais marginalizado”.

Estratégias Criativas para a Sensibilização e Mobilização contra a VBG

As associações feministas estão a adotar estratégias inovadoras e culturalmente apropriadas para combater a violência baseada no género (VBG), especialmente nas regiões afetadas por conflitos e desastres climáticos, como Cabo Delgado. As abordagens de justiça restaurativa, como a pintura de murais, os círculos terapêuticos de poesia e o teatro, tornaram-se ferramentas essenciais tanto para a cura individual como para a mobilização coletiva. Estas iniciativas não são apenas catárticas, mas também quebram o silêncio em torno da violência, permitindo que as mulheres contem as suas histórias e reforcem a resiliência comunitária. Nas regiões afetadas pelo terrorismo ou por ciclones, onde a mobilização tradicional é limitada, estes meios criativos tornam-se simultaneamente mensagem e método. Organizações como a *Promura* e a *Ophenta* são exemplos deste trabalho, ao integrarem a arte na educação feminista sensível ao trauma, muitas vezes em contextos onde as instituições formais estão ausentes ou não funcionam. Estas estratégias promovem igualmente a solidariedade e o cuidado coletivo, refletindo os valores feministas de cura e de força comunitária.

f. Panorama de Financiamento

Nos últimos três anos, todas as associações e movimentos feministas moçambicanos inquiridos receberam algum tipo de financiamento de doadores, com apoio proveniente principalmente de organizações como a AWDF, a OSISA, a União Europeia, a Amplify Change, o FNUAP, a Hivos e a Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento. No entanto, apesar deste histórico de apoio, as organizações feministas mencionaram consistentemente uma diminuição dos recursos disponíveis, o que tem comprometido o seu trabalho e levado muitas delas a reduzir os programas ou a diminuir o número de colaboradores.





A barreira linguística continua a ser um obstáculo significativo ao acesso a financiamento. A maioria dos convites à apresentação de propostas e das oportunidades de financiamento são publicados em inglês ou francês, línguas que a maior parte das pessoas nos círculos ativistas moçambicanos não domina. Embora procurem colmatar essa lacuna recorrendo a ferramentas como o DeepL ou o Google Tradutor, os resultados raramente correspondem ao nível de formalidade e à precisão linguística exigidos pelos doadores. Esta situação deixa sistematicamente as organizações feministas de língua portuguesa em desvantagem e excluídas dos principais fluxos de financiamento.

Outro grande desafio reside nos critérios de elegibilidade impostos pelos doadores, que muitas organizações de base não conseguem cumprir. Exigências como relatórios de auditoria atualizados, manuais de governação e ferramentas de gestão interna estão frequentemente fora do alcance de grupos feministas emergentes ou comunitários. Como resultado, organizações profundamente ligadas às suas comunidades e que realizam um trabalho essencial ficam excluídas, em favor de ONGs com uma estrutura mais formal, independentemente do impacto real. Uma das pessoas entrevistadas observou que *“são exigidos critérios que ultrapassam a capacidade dos grupos”*.

Os ciclos de financiamento de curta duração agravam ainda mais este problema. Estas subvenções por um tempo limitado impedem as associações feministas de planificar estratégias a longo prazo, reter pessoal qualificado ou construir uma infraestrutura sustentável. A ausência de financiamento estrutural ou de subvenções plurianuais enfraquece a resiliência organizacional, sobretudo em contextos vulneráveis a crises, como o norte de Moçambique, onde os desastres climáticos e os conflitos são recorrentes. Como foi explicado numa reflexão feita no terreno,

“Os projetos de curta duração impedem que ocorra uma transformação [estrutural], limitando as associações a implementar ações superficiais no âmbito do género.”

~Feminista Moçambicana

Além disso, os desafios relacionados com a visibilidade afetam o acesso ao financiamento. As entidades feministas observaram que as que têm maior capacidade de se promoverem, especialmente em espaços urbanos e internacionais, são frequentemente percecionadas como mais ativas e geradoras de maior impacto, ainda que nem sempre realizem um trabalho junto das comunidades.





“As associações que têm maior capacidade de divulgação acabam por ser mais visíveis, mesmo não tendo feito grande coisa em termos de ação concreta.”

~ **Feminista Moçambicana**

Esta dinâmica marginaliza as organizações de base comunitária que se dedicam à prestação direta de serviços e que, muitas vezes, não dispõem de equipas de comunicação nem de infraestrutura digital.

Por fim, a ausência de acesso em tempo real à informação constitui uma preocupação. Mesmo para as associações sediadas em áreas urbanas, os detalhes sobre novas oportunidades de financiamento chegam frequentemente com atraso, são filtrados por intermediários ou são partilhados informalmente. Esta situação gera uma forte concorrência e uma cultura de sigilo, em que os grupos hesitam em partilhar oportunidades ou conhecimentos por receio de perderem o seu próprio financiamento. As organizações rurais encontram-se ainda mais em desvantagem, sendo que algumas desconhecem por completo a existência de mecanismos de apoio disponíveis.

g. Desafios e Obstáculos Estruturais

Escassez de Recursos e Fragilidade Institucional

Muitas organizações feministas em Moçambique estão à beira do colapso devido ao subfinanciamento crónico e à excessiva dependência de subvenções de curta duração. O mapeamento demonstra claramente que “os recursos são escassos e irregulares”, o que leva a uma situação em que o planeamento estratégico é comprometido e a resiliência organizacional permanece frágil. O encerramento de instituições de longa data, como a WLSA (*Mulheres e Direito na África Austral*), exemplifica como a ausência de investimento institucional sustentado pode provocar retrocessos significativos, especialmente quando as organizações feministas carecem de financiamento estrutural para a sua infraestrutura e equipa.

Redução do Espaço Cívico e Repressão Política

Várias organizações descreveram o atual ambiente político como cada vez mais repressivo, com um espaço limitado para a ação cívica. As entidades feministas enfrentam vigilância, censura e resistência política, especialmente quando abordam temas sensíveis como a violência baseada no género ou a diversidade sexual.





“A hostilidade do Estado limita a capacidade dos grupos feministas de se organizarem abertamente.”

~ Feminista Moçambicana

Neste contexto, a mobilização torna-se não só difícil, como potencialmente perigosa. Esta atmosfera leva muitas pessoas a evitar identificar-se publicamente como feministas ou a abster-se de criticar as políticas públicas.

Esgotamento e Ausência de Estruturas de Cuidado

O desgaste físico e emocional sofrido pelas ativistas feministas é profundo. Muitas líderes, especialmente nas zonas rurais ou em contextos pós-conflito, trabalham sem salário, sem apoio psicológico e sem descanso adequado. Uma questão recorrente nas entrevistas foi: *“Quem cuida de quem cuida?”*, o que demonstra a falta de sistemas internos de cuidado e de estratégias sustentáveis de bem-estar dentro do movimento. O relatório sublinha que o esgotamento vai além da fadiga — é uma consequência estrutural do excesso de trabalho, do subfinanciamento e do isolamento social.

Marginalização Linguística e Exclusão das Vozes Rurais

A diversidade linguística de Moçambique, combinada com o domínio do português no discurso feminista formal, continua a marginalizar as mulheres rurais e quem não fala português. A maioria das entidades comunitárias utiliza línguas locais e enfrenta dificuldades em participar em redes nacionais, candidaturas a financiamentos ou debates públicos, que frequentemente excluem as suas vozes. Como resultado, as organizações urbanas, com maior visibilidade, acabam por moldar desproporcionalmente as narrativas e por aceder a mais recursos, enquanto as ativistas feministas rurais permanecem sub-reconhecidas.

Potencial Desperdiçado e Custo da Invisibilidade

O encerramento de organizações fundamentais como a WLSA teve um efeito em cadeia, não apenas pela perda de serviços, mas também pelas oportunidades perdidas de criação de coligações e de *advocacy* jurídica feminista.

“Muitas associações que realmente trabalham permanecem invisíveis porque não sabem ‘vender-se’ bem aos doadores.”

~ Feminista Moçambicana



Esta realidade reflete uma tendência mais ampla, em que a visibilidade, e não o impacto, orienta as decisões de financiamento, deixando para trás o importante trabalho das organizações comunitárias, feito longe dos holofotes.

h. Oportunidades

Aprendizagem entre Pares e Intercâmbio de Conhecimentos Feministas

O mapeamento revelou que a aprendizagem entre pares tem sido essencial para fortalecer as ligações entre os movimentos feministas em Moçambique. Residências, intercâmbios e sessões de partilha de experiências têm criado oportunidades para que as organizações comunitárias estabeleçam relações, reflitam sobre desafios comuns e partilhem estratégias. Estes encontros não só aprofundam a compreensão das práticas feministas, como também funcionam como ferramentas para o reforço da infraestrutura dos movimentos, especialmente em contextos onde o isolamento e o esgotamento são frequentes. As participantes observaram que aprender com outras que já enfrentaram problemas semelhantes é uma experiência simultaneamente fortalecedora e prática.

Iniciativas Itinerantes e Campanhas Conjuntas para Visibilidade e Advocacy

As iniciativas itinerantes conjuntas e as campanhas coordenadas têm-se revelado eficazes na mobilização pública e na sensibilização sobre questões feministas fulcrais, como a violência baseada no género, a participação política e a justiça climática. Estas ações permitem alcançar diferentes comunidades, especialmente nas zonas rurais e nas regiões que foram afetadas por conflitos. Ao criarem visibilidade através da ação coletiva, os grupos mais pequenos e com menos recursos beneficiam de uma legitimidade e de uma presença pública coletivas, o que contribui para desafiar a sua marginalização e facilitar o seu acesso aos espaços de formulação de políticas.

Fortalecer as Relações Regionais entre Feministas de Língua Portuguesa

Muitas entidades feministas moçambicanas manifestaram um forte interesse em aprofundar o envolvimento com redes feministas lusófonas em África, como as de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde. As feministas referiram experiências anteriores de articulação através do Fórum Mulher com o bloco dos PALOP e com redes regionais da SADC (como a FEMNET, a *Gender is My Agenda* e a Marcha Mundial das Mulheres). No entanto, a maioria dos grupos comunitários continua excluída dessas redes mais amplas. A criação de plataformas dedicadas à interação entre feministas dos países de língua portuguesa permitiria amplificar a aprendizagem mútua, facilitar ações de solidariedade e superar





o isolamento linguístico que atualmente limita o acesso ao financiamento e à influência política.

Mentoria Intergeracional

A mentoria intergeracional é vista como uma valiosa oportunidade, embora ainda pouco desenvolvida. Coletivos feministas jovens como o Movfemme e a Por Ela demonstram grande dinamismo digital e criatividade, mas necessitam de orientação para fortalecer a sua influência estratégica e a sua sustentabilidade institucional. Já as instituições feministas mais antigas detêm, por seu lado, conhecimentos e experiência acumulados, mas podem carecer de competências digitais e capacidade de mobilização dos jovens. Um modelo estruturado de mentoria — que combine estratégias digitais com formação política — poderia beneficiar ambos os grupos, reduzindo a fragmentação e construindo um ecossistema feminista mais forte e inclusivo.

Infraestrutura Partilhada e Espaços de Cura

O mapeamento de entidades em Moçambique defende fortemente a criação de fundos para a construção de movimentos feministas que permitam às associações investir em infraestrutura partilhada, ferramentas de coordenação e espaços de cura. O cansaço emocional e o esgotamento foram apontados repetidamente, e a ausência de espaços de cuidado compromete a sustentabilidade do ativismo. A solidariedade feminista deve, portanto, incluir mecanismos de apoio material e psicológico. A criação de redes intermovimentos que também partilhem recursos de cuidado físico e emocional (como círculos de cura itinerantes ou retiros feministas regionais) pode ajudar as ativistas a recuperar energias e a continuar a sua ação organizativa com um vigor renovado.





2.2.6 São Tomé e Príncipe

a. Análise Contextual

São Tomé e Príncipe, um pequeno Estado insular situado na costa ocidental de África, enfrenta um conjunto particular de vulnerabilidades sociais e económicas. Apesar de contar com uma população feminina relativamente jovem e escolarizada, continua instalada uma desigualdade de género sistémica. A economia é impulsionada sobretudo por setores tradicionais, e as mulheres continuam excluídas do mercado de trabalho formal. Em 2018, a maioria das mulheres exercia funções domésticas sem vínculo laboral formal, evidenciando disparidades significativas nas oportunidades profissionais.

Em resposta a esta situação, o Estado tem encetado esforços institucionais no sentido de promover a igualdade de género. Entre eles destaca-se a criação do Ministério da Saúde e dos Direitos das Mulheres, que supervisiona também os organismos responsáveis pela equidade de género, como o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG) e o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica (CACVD). Além disso, São Tomé adotou diversas políticas progressistas e ratificou protocolos fundamentais, incluindo a ENIPG 2019–2026: Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, a Proposta de Lei da Paridade, o Plano de Ação Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança, e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos das Mulheres.

Apesar destas medidas, persistem lacunas na implementação, resultantes do estigma social, da cultura patriarcal, das limitações financeiras e das disparidades urbano-rurais.

b. Panorama das Organizações Feministas e pelos Direitos das Mulheres

O ativismo feminista em São Tomé e Príncipe está em crescimento, mas continua fragmentado. O panorama é composto por ONG nacionais (38,5%), organizações



comunitárias (30,8%) e um grupo emergente de ativistas individuais (15,4%), muitas das quais lideram campanhas de sensibilização em escolas e comunidades. Importa referir que o registo legal das organizações (em 61,5% dos casos) tem permitido algum acesso a financiamento externo e à participação em diálogos nacionais sobre políticas públicas. A maioria das organizações atua a nível nacional (53,8%), mas uma parte significativa (30,8%) baseia a sua ação na mobilização comunitária. A colaboração e os valores partilhados de “respeito, inclusão, participação e igualdade” são temas recorrentes entre estas entidades.

c. Questões-Chave e Temas Centrais

Violência Baseada no Género (VBG)

A violência baseada no género é um tema central da organização feminista em São Tomé e Príncipe, com 84,6% das organizações inquiridas a trabalhar esta área. Isto inclui tanto a violência doméstica como a violência sexual, que continuam prevalentes devido a normas patriarcais profundamente enraizadas, à falta de aplicação efetiva das leis existentes e ao estigma social. São utilizadas estratégias de mobilização comunitária, como campanhas porta a porta e sessões de sensibilização, sobretudo em zonas rurais onde a proteção estatal é mais frágil. As organizações têm reforçado a defesa de uma melhor implementação das estratégias nacionais, incluindo a “Estratégia Nacional de Combate à Violência Baseada no Género”.

Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR)

61,5% das organizações trabalham na área da SDSR, frequentemente articulando este trabalho com o empoderamento de raparigas e mulheres através da educação. No entanto, os debates em torno da SDSR continuam limitados por tabus e pelo conservadorismo cultural. Raramente se aborda publicamente temas como menstruação, contraceção e aborto, e os esforços para integrar a SDSR nos programas escolares continuam a ser insuficientes. Ainda assim, algumas parcerias com escolas têm começado a promover ações educativas sobre competências de vida, cidadania e autonomia corporal, desde os primeiros anos de escolarização.

Sub-representação Política das Mulheres

Apesar da existência de uma Proposta de Lei da Paridade e de um Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, as mulheres continuam significativamente sub-representadas nos espaços de tomada de decisão política e comunitária. As organizações referem que, embora muitas mulheres possuam qualificações académicas, são frequentemente excluídas de funções de liderança devido a preconceitos culturais, falta de confiança e estigmas associados ao feminismo. Uma das pessoas inquiridas observou que, na sociedade santomense, continua a ser socialmente aceite que um homem com formação superior se case com uma mulher





com menor instrução, enquanto o inverso é malvisto. Os movimentos feministas estão a trabalhar para transformar estas narrativas, defendendo a inclusão das mulheres em conselhos locais e noutros espaços de governação.

Exclusão Económica e Trabalho Informal

Apesar dos elevados níveis de escolaridade das mulheres, a maioria continua fora da economia formal. Muitas realizam trabalho doméstico ou atividades comerciais informais, sem proteção social nem possibilidades de progressão. As associações feministas começam a articular a autonomia económica com um empoderamento mais amplo, mas o acesso ao crédito, à propriedade e aos direitos laborais continua limitado.

Direitos LGBTQIA+ e Tabus sobre a Sexualidade

Apenas 15,4% das organizações inquiridas referiram trabalhar questões relacionadas com a sexualidade e os direitos LGBTQIA+. Estes temas continuam a ser tabu e estão quase completamente ausentes do discurso nacional. Nos grupos focais, foi reconhecido que nenhuma organização está explicitamente dedicada à defesa dos direitos LGBTQIA+, devido ao conservadorismo social e às potenciais reações negativas. No entanto, algumas entidades têm procurado aumentar a sensibilização para questões mais latas como a autonomia sexual e a inclusão, esforçando-se para, cautelosamente, integrar os direitos sexuais na educação feminista.

Mulheres Idosas e Acusações de Feitiçaria

Um grupo particularmente marginalizado identificado no mapeamento foi o das mulheres idosas, que são frequentemente abandonadas e acusadas de feitiçaria, sobretudo em comunidades rurais. Apesar da sua sabedoria e contributos, recebem pouca atenção por parte das organizações existentes. As entidades feministas salientaram que esta negligência reflete preconceitos culturais enraizados e uma falha em considerar a idade como um eixo de preocupação feminista. É necessário envidar esforços para fortalecer a solidariedade intergeracional e proteger as mulheres mais velhas do estigma e isolamento.

Interseccionalidade e Especificidades do Feminismo Negro

Uma ativista comunitária proferiu uma frase marcante que ilustra a consciencialização emergente para a interseccionalidade:

“As lutas das mulheres brancas são diferentes das das mulheres negras... o feminismo negro é muito mais do que a cor da pele.”





Esta perspetiva reconhece que o feminismo santomense precisa de enfrentar legados coloniais, exclusões racializadas e realidades socioeconómicas específicas, distintas dos modelos feministas ocidentais. As participantes defenderam um feminismo decolonial e sensível ao contexto, que se foque na experiência local, na mentoria intergeracional e na identidade racial.

d. Estratégias e Abordagens

As organizações feministas em São Tomé e Príncipe recorrem a uma variedade de abordagens para promover a mudança, muitas das quais combinam tradição e inovação e são adaptadas ao contexto sociocultural do país.

Mobilização Comunitária e Campanhas de Sensibilização

A maioria das organizações privilegia a mobilização de base através de ações de contacto direto, como sensibilização porta a porta, reuniões comunitárias e diálogos locais. Estas estratégias são consideradas essenciais para desafiar normas de género profundamente enraizadas e construir relações de confiança, sobretudo em contextos rurais ou mais conservadores. Tal como referido no relatório, muitas organizações são lideradas por mulheres com fortes vínculos comunitários, que utilizam espaços informais para difundir mensagens de empoderamento e resistência.

Reforço de Capacidades e Desenvolvimento de Liderança

Cerca de 69,2% das pessoas inquiridas destacaram o reforço de capacidades, sobretudo para raparigas e jovens mulheres, o que inclui formação em liderança, educação para os direitos e programas de mentoria. O projeto PERIQUETE é uma das iniciativas de destaque: empodera raparigas para “conhecerem os seus direitos e aquilo de que são capazes”, promovendo a autonomia e o autoconhecimento. Esta formação contribui para ultrapassar barreiras internalizadas, frequentemente reforçadas pelo estigma social.

Ativismo Digital e Campanhas nas Redes Sociais

Embora o acesso à internet seja limitado, as organizações inquiridas começaram a utilizar plataformas online para ativismo. Entre estas iniciativas incluem-se campanhas de sensibilização no *Facebook* e no *WhatsApp*, que permitem às feministas, especialmente às ativistas mais jovens, difundir as suas mensagens, conectar-se com pares e combater a desinformação. No entanto, a fraca conectividade e os elevados custos dos dados móveis continuam a ser barreiras a uma participação digital mais intensa.

Transformação de Narrativas através de Histórias e Parcerias com Escolas

A narração de histórias é utilizada como ferramenta de cura e como estratégia para desafiar normas sociais. As ativistas feministas recorrem a testemunhos, histórias





orais e parcerias com escolas para promover o pensamento crítico em torno das questões de género junto dos mais novos. Estas iniciativas não só transformam as perceções dos jovens, como também valorizam vozes que são frequentemente marginalizadas.

Criação de Associações Locais

Muitos movimentos atuam sem registo legal formal, mas são, ainda assim, poderosos agentes de mudança nas suas comunidades. Estas associações informais, frequentemente constituídas por mulheres com experiências de vida semelhantes, criam espaços seguros de discussão, apoio e consciência política. Embora possam ter pouca visibilidade nos espaços de formulação de políticas, são fundamentais para sustentar a organização feminista a nível local.

Ações de Solidariedade e Alianças Lusófonas

A solidariedade continua a ser um princípio central. Cerca de 61,5% dos inquiridos referiram participar em ações conjuntas com outros movimentos, incluindo movimentos de outros países africanos de língua portuguesa. Existe um grande interesse em fortalecer relações com as redes feministas de língua portuguesa para intercâmbio, *advocacy* e mobilização coletiva. Estas alianças são especialmente valiosas para a partilha de conhecimento e para o desenvolvimento de narrativas feministas específicas da região.

e. Conquistas e Progressos

Apesar das persistentes limitações estruturais e financeiras, o movimento feminista em São Tomé e Príncipe tem realizado progressos tangíveis em múltiplas áreas:

Sensibilização Comunitária sobre Violência Baseada no Género (VBG)

84,6% das organizações inquiridas trabalham ativamente em questões de VBG, dando prioridade a mobilizações comunitárias através de ações porta a porta, parcerias com escolas e espaços comunitários de diálogo. Estas intervenções não só têm aumentado o reconhecimento da VBG, como também têm promovido alteração de comportamentos, sobretudo entre jovens e líderes comunitários, que passam a compreender a VBG como uma questão sistémica e não como um problema do foro privado.

Parcerias Institucionais Estratégicas para Alfabetização e Educação Sensível ao Género

Uma conquista particularmente relevante tem sido o estabelecimento de parcerias com entidades governamentais, em especial com o Ministério





da Educação. Através de esforços conjuntos, as organizações feministas contribuíram para expandir os conteúdos educativos de literacia e sensíveis ao género. Estas iniciativas reforçaram a autoestima das raparigas e o conhecimento dos seus direitos, sobretudo através de programas transformadores como o PERIQUETE, que empodera as raparigas para “conhecerem os seus direitos e aquilo de que são capazes”.

Promoção do Envolvimento dos Jovens e Desenvolvimento de Liderança

Mais de dois terços das organizações trabalham no reforço de capacidades e no desenvolvimento de liderança. Há uma ênfase cada vez maior na participação de jovens na organização feminista — tanto através de campanhas digitais (46,2%) como de formações presenciais. A participação juvenil é visível em programas escolares e cooperativas onde as jovens são incentivadas a assumir papéis de liderança, quebrando normas de género profundamente enraizadas.

Reforço da Solidariedade Regional e Potencial de Aprendizagem entre Países de Língua Portuguesa

Importa destacar que 92,3% das organizações inquiridas expressaram um forte desejo de integrar uma rede feminista de solidariedade lusófona. Isto reflete uma clara oportunidade de construir alianças regionais e promover aprendizagens transnacionais com movimentos em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde. Muitos inquiridos salientaram o potencial das redes baseadas na língua para facilitar aprendizagens mútuas, intercâmbio de workshops e expansão de lutas partilhadas, que estão normalmente excluídas do discurso feminista global.

f. Panorama de Financiamento

O acesso ao financiamento por parte das organizações feministas em São Tomé e Príncipe continua a ser irregular. Embora 53,8% das organizações tenham referido ter recebido financiamento nos últimos três anos, 46,2% não tiveram acesso a qualquer apoio financeiro neste período. Entre os financiadores mais relevantes encontram-se a OIKOS — destacada pelo seu apoio económico em zonas rurais —, juntamente com o FNUAP, a União Europeia e instituições governamentais locais. Ainda assim, as ativistas feministas continuam a enfrentar barreiras estruturais e institucionais significativas que limitam a sua sustentabilidade financeira e a expansão das suas intervenções.

Uma das principais barreiras, apontada por 23,1% das pessoas inquiridas, é a falta de informação e de apoio técnico para participar nos processos de financiamento, incluindo onde encontrar concursos adequados e como apresentar candidaturas. Além disso, as prioridades dos doadores muitas vezes





não refletem as realidades locais, com projetos a curto prazo e de origem externa, conduzindo a implementações fragmentadas e impactos limitados. Os inquiridos destacaram ainda que a maioria das subvenções impõe prazos rígidos e limitadas áreas de atuação, dificultando o planeamento estratégico e a sustentabilidade a longo prazo.

As carências de infraestrutura agravam estes desafios. Muitas organizações não dispõem de instalações básicas — como um escritório funcional, eletricidade fiável, acesso à internet ou mesmo água canalizada — o que limita tanto as operações diárias como a sua capacidade de cumprir os requisitos de prestação de contas exigidos pelos doadores. Além disso, as exigências administrativas financeiras e legais, incluindo contas auditadas e procedimentos administrativos formais, excluem associações comunitárias e grupos informais, mesmo quando estes estão profundamente enraizados nas comunidades que servem.

Curiosamente, apenas 7,7% das organizações referiram barreiras linguísticas, o que sugere que se têm utilizado cada vez mais estratégias de tradução para ultrapassar a exclusão linguística em contextos de língua portuguesa. Isto demonstra a capacidade de adaptação e a determinação das entidades feministas em aceder a financiamento para além da barreira da língua. Uma frustração mais profunda expressa pelas participantes diz respeito à política de visibilidade nos ecossistemas de financiamento.

Como observou uma ativista, *“As associações que têm maior capacidade de divulgação acabam por ser mais visíveis, mesmo não tendo feito grande coisa em termos de ação concreta.”* Esta perspetiva reflete uma preocupação crescente de que a presença digital – e não o impacto comunitário – tende a determinar o acesso ao financiamento, marginalizando ainda mais os movimentos locais que não dispõem de infraestrutura de comunicação.

A maioria das organizações (69,2%) identificou a disponibilização de financiamento flexível e plurianual como uma necessidade urgente. Outras solicitaram mentoria, formação em angariação de fundos e apoio em termos de infraestrutura física. Além disso, muitas delas enfatizaram a importância de estabelecer parcerias com financiadores feministas de língua portuguesa e de aumentar o investimento em organizações de base e lideradas por jovens, de modo a garantir um ecossistema feminista mais justo e alicerçado nas realidades locais.

g. Desafios e Obstáculos Estruturais

Estigma Associado ao Feminismo

O feminismo é frequentemente incompreendido e socialmente estigmatizado. Muitas pessoas na sociedade santomense consideram as ideologias feministas radicais ou anti-família. Este estigma cria obstáculos para mulheres que, de outro modo,





poderiam envolver-se em *advocacy* feminista, uma vez que receiam o julgamento social, o ostracismo ou serem rotuladas de agressivas. Especialmente nas zonas rurais e mais conservadoras, o feminismo é visto como uma importação e não como uma resposta local à desigualdade.

Normas Patriarcais Profundamente Enraizadas

Persistem na sociedade santomense normas sociais machistas e misóginas. Apesar dos progressos na educação das mulheres, a sua participação em processos de tomada de decisão e em funções de liderança continua mínima. As ativistas feministas apontam para crenças persistentes que desvalorizam as capacidades e o potencial de liderança das mulheres, relegando-as frequentemente para papéis domésticos, independentemente da sua formação ou competências profissionais.

Medo de Autoidentificação e Retaliação

Devido à resistência cultural generalizada e à pressão social, muitas mulheres hesitam em identificar-se publicamente como feministas. Este receio não é infundado; houve participantes dos grupos focais que relataram experiências de retaliação e represálias, sobretudo entre mulheres que são mais interventivas ao desafiar a autoridade masculina ou os papéis tradicionais de género. Esta situação cria um efeito dissuasor que limita a participação pública e reduz a visibilidade das ativistas.

Fragmentação Institucional e Falta de Recursos

Embora o país conte com várias organizações feministas e iniciativas comunitárias, estas operam frequentemente de forma isolada. A limitada coordenação entre movimentos enfraquece a influência coletiva e reduz o impacto estratégico. Muitas associações carecem igualmente de infraestrutura institucional, como financiamento estável, equipas qualificadas e espaços físicos de trabalho, essenciais para uma ação sustentada.

Ausência de uma Infraestrutura de Cuidado Feminista

O esgotamento entre as organizadoras feministas é uma preocupação urgente. Muitas ativistas trabalham de forma voluntária ou em condições laborais precárias, sem acesso adequado a cuidados de saúde mental ou a espaços de bem-estar. Este desgaste emocional e físico conduz ao cansaço extremo e, em alguns casos, ao afastamento total do ativismo.

Baixa Participação e Mobilização das Mulheres

Mobilizar mulheres — especialmente em comunidades rurais e conservadoras — continua a ser um desafio central. Apesar do aumento da sensibilização, apenas uma pequena percentagem de mulheres participa ativamente na organização feminista. Este cenário é agravado pela ausência de uma infraestrutura de cuidado (p. ex.,





cuidados infantis, transporte), que restringe o tempo disponível e a capacidade das mulheres para participarem em atividades públicas.

Limitações no Alcance e Intervenção nas Zonas Rurais

A maioria das atividades feministas concentra-se em áreas urbanas, deixando as comunidades rurais excluídas. Este favorecimento das áreas urbanas perpetua as disparidades no acesso a recursos, formação e educação sobre direitos para mulheres em regiões periféricas.

h. Oportunidades

Forte Liderança Juvenil

O envolvimento dos jovens é um dos aspetos mais promissores do ativismo feminista em São Tomé e Príncipe. O mapeamento identificou uma nova geração de líderes jovens e qualificadas — especialmente jovens mulheres — que estão a dinamizar campanhas de sensibilização, programas escolares e ações de educação comunitária. O projeto PERIQUETE destaca-se como uma iniciativa inovadora que empodera raparigas para “conhecerem os seus direitos e aquilo de que são capazes”. A participação juvenil é ainda visível nos elevados níveis de voluntariado e na energia criativa canalizada para a educação feminista e a mobilização local.

Crescente Envolvimento Público Através da Educação e Escolas

As organizações feministas têm estabelecido parcerias estratégicas com escolas para integrar a educação para a igualdade de género e a formação cívica logo desde as idades mais precoces. Estas intervenções em contexto escolar promovem a participação cívica e desafiam normas patriarcais profundamente enraizadas. São utilizados espaços educativos não apenas para ensinar, mas também para cultivar o pensamento crítico sobre papéis de género, direitos e igualdade. Esta ligação ao sistema educativo formal também coloca os grupos feministas numa posição privilegiada para influenciar futuras políticas públicas e a elaboração de currículos.

Intercâmbios Regionais com Países de Língua Portuguesa

A posição geográfica e linguística de São Tomé tem permitido o reforço de laços com outros movimentos feministas de países de língua portuguesa, especialmente os de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Diversas ativistas manifestaram interesse em aprofundar colaborações transfronteiriças e campanhas conjuntas. O mapeamento revela um forte interesse pela solidariedade regional e pelo intercâmbio de conhecimentos, com mais de 92% das organizações inquiridas a afirmarem a sua disponibilidade para integrar uma rede feminista lusófona. Estes intercâmbios não





só oferecem oportunidades de aprendizagem, como também ajudam a reduzir o isolamento vivenciado pelas ativistas santomenses.

Utilização de Ferramentas Digitais e Educação Feminista Online

Apesar de limitações infraestruturais, como o acesso instável a eletricidade e internet, as ativistas têm recorrido ao WhatsApp, Facebook e outras plataformas para mobilização, campanhas de sensibilização e partilha de informação. As ferramentas digitais são particularmente úteis para as jovens feministas, permitindo-lhes aceder a recursos, comunicar entre si e dinamizar campanhas de educação pública de formas criativas. O ativismo online complementa os métodos presenciais, como a mobilização comunitária e a sensibilização porta a porta, aumentando o alcance e a visibilidade das causas feministas no país.





3

Conclusões e Recomendações



3.1 Conclusões

Este relatório evidencia a incrível força, diversidade e resiliência da organização feminista em toda a África lusófona. Apesar das diferenças nos contextos políticos, das condições económicas e dos legados históricos, as entidades feministas em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Equatorial estão a impulsionar agendas transformadoras baseadas no cuidado, na justiça e na ação comunitária. Desde programas de literacia comunitários na Guiné-Bissau a campanhas lideradas por jovens em São Tomé e Príncipe, passando pela *advocacy* jurídica em Angola e pela mobilização para a justiça climática em Cabo Verde, o ecossistema feminista da região é vibrante e está em constante evolução.

Contudo, este potencial é frequentemente limitado por barreiras sistémicas, incluindo a escassez de recursos, a exclusão linguística, as reações patriarcais e a fraca infraestrutura digital. Muitos movimentos continuam excluídos de plataformas feministas regionais e globais devido a requisitos de financiamento e barreiras linguísticas. Ainda assim, mesmo perante estas restrições, as feministas de língua portuguesa continuam a adaptar-se e a inovar — recorrendo às ferramentas digitais, à narração de histórias, à solidariedade transfronteiriça e à mentoria intergeracional para sustentar o seu trabalho.

Como demonstra este relatório, este é o momento oportuno para um investimento mais profundo em apoio estrutural de longo prazo, produção de conhecimento e encontros regionais inclusivos. Reforçar os movimentos feministas lusófonos não é apenas uma questão de equidade, mas uma contribuição vital para a luta feminista pan-africana e global.





3.2 Recomendações

Desafio	Recomendação Estratégica	Objetivo/ Impacto	Ações	Indicadores	Lições de Implementação
Marginalização linguística	Estabelecer uma Infraestrutura Feminista de Língua Portuguesa: tradução, balcão de apoio e centros de apoio para as subvenções	Garantir a inclusão linguística e um acesso alargado a financiamento e participação	- Criar um balcão de apoio em língua portuguesa, composto por técnicos de subvenções e movimentos, fluentes em português. - Traduzir convites à apresentação de propostas, ferramentas, relatórios e plataformas para português, espanhol e crioulo, quando aplicável. - Disponibilizar gratuitamente centros de apoio à elaboração de candidaturas em português e espanhol, pelo menos duas vezes por ano. - Financiar custos de interpretação/tradução para encontros regionais e publicações feministas.	- Acessibilidade plena em português em todas as plataformas de doadores até ao final de 2026. - Pelo menos 30 grupos comunitários apoiados anualmente através dos vários balcões de apoio.	Utilizar facilitação multilingue (português, crioulo, línguas locais) e ferramentas de tradução em todos os processos.
Falta de financiamento consistente e flexível para organizações comunitárias e grupos não registados.	Fornecer financiamento estrutural de longo prazo para organizações comunitárias e não registadas	Reforçar a resiliência e a sustentabilidade dos movimentos de base comunitária	- Identificar organizações comunitárias e grupos não registados. - Apoiar-las nas candidaturas a financiamento estrutural de longo prazo.	Pelo menos 10 organizações de países africanos de língua portuguesa financiadas anualmente.	Permitir flexibilidade na prestação de contas e reduzir os requisitos de auditoria para incluir coletivos informais.
Barreiras linguísticas em candidaturas a financiamento.	Desenvolver plataformas de financiamento linguisticamente acessíveis e de fácil utilização	Assegurar um acesso equitativo aos recursos dos doadores e visibilidade para todas as entidades do movimento	Traduzir todos os recursos para português, espanhol e crioulo, sempre que possível.	Todos os documentos de financiamento traduzidos e disponibilizados até ao final de 2026.	Disponibilizar modelos, candidaturas em formato áudio e mecanismos de <i>feedback</i> assíncronos.
Fraca solidariedade feminista entre países de língua portuguesa	Lançar uma Rede Regional de Solidariedade Feminista de Países de Língua Oficial Portuguesa e facilitar encontros regionais	Construir alianças transfronteiriças para <i>advocacy</i> , aprendizagem e mobilização conjunta	- Identificar as principais entidades feministas nos 6 países. - Identificar plataformas online para alojar a rede. - Estabelecer uma rede de solidariedade digital. - Planear encontros regionais.	Uma rede regional estabelecida até ao segundo trimestre de 2026	Disponibilizar modelos, candidaturas em formato áudio e mecanismos de <i>feedback</i> assíncronos.





Desafio	Recomendação Estratégica	Objetivo/ Impacto	Ações	Indicadores	Lições de Implementação
Acesso digital e conectividade limitados, especialmente em áreas rurais	Apoiar os movimentos feministas no desenvolvimento de uma estratégia digital híbrida com plataformas de baixo consumo de dados e alcance offline	Reduzir o fosso urbano-rural e reforçar a mobilização feminista digital	- Avaliar as necessidades de acesso digital e comunicação dos grupos feministas, especialmente em zonas rurais e de baixa conectividade. - Co-criar e financiar modelos híbridos de comunicação que combinem ferramentas digitais de baixo consumo de dados (p. ex., <i>WhatsApp</i>, <i>Facebook Lite</i>) com métodos offline (p. ex., rádio, narração de histórias, fóruns comunitários). - Realizar formações em literacia e segurança digital adaptadas a movimentos feministas informais e liderados por jovens.	- Até ao 2º trimestre de 2026, ter concluído pelo menos 5 análises à escala nacional, utilizando as suas conclusões para apoiar estratégias digitais. - Até ao 4º trimestre de 2026, ter pelo menos 6 grupos feministas a testar modelos híbridos, com 60% a reportar maior envolvimento comunitário. - Até ao final de 2026, 300 entidades feministas formadas em literacia e segurança digital, com pelo menos 30% de aumento de conhecimentos, medido através de avaliações iniciais e finais.	Tirar partido do <i>WhatsApp</i> , rádios comunitárias e formação entre pares em zonas de baixa conectividade
Vigilância e repressão cívica em países como a Guiné Equatorial e Angola	Ligar as feministas a um Fundo de Solidariedade e Segurança para proteger ativistas e apoiar a organização clandestina	Reduzir o risco para as ativistas na linha da frente e assegurar a continuidade dos esforços de resistência	- Mapear e validar os fundos de solidariedade e proteção existentes (regionais e internacionais), apropriados para ativistas feministas e LGBTQIA+ em contextos restritivos. - Desenvolver um sistema confidencial de referência, através de intermediários locais de confiança ou organizações parceiras, para permitir um acesso seguro e discreto a fundos. - Criar e divulgar orientações seguras e multilingues (incluindo em formatos orais/ áudio) sobre como aceder e utilizar o financiamento, especialmente em contextos rurais e de baixa conectividade.	- Pelo menos 3 fundos de solidariedade/segurança ativos identificados e disponíveis para referência nos primeiros 6 meses. - Um mecanismo de referência operacional em pelo menos 4 países, com protocolos de anonimato e segurança estabelecidos, até ao final do 1.º ano. 50 ativistas feministas ou grupos apoiados através do fundo até ao final do 2.º ano, com 75% a reportar maior segurança, visibilidade ou mobilidade.	Trabalhar através de investigadores locais de confiança e plataformas anónimas em contextos de alto risco





Desafio	Recomendação Estratégica	Objetivo/ Impacto	Ações	Indicadores	Lições de Implementação
Exclusão de vozes marginalizadas (p. ex., LGBTQIA+, mulheres rurais, ativistas trans)	Financiar projetos de narração de histórias, tradução e investigação feminista sobre lacunas na inclusão	Difundir vozes e sistemas de conhecimento feministas sub-representados	- Lançar um programa de microfinanciamento para as organizações comunitárias documentarem experiências feministas através da narração oral de histórias, especialmente de mulheres rurais, idosas, LGBTQIA+ e com deficiência. - Apoiar a tradução de materiais de investigação e <i>advocacy</i> feminista para as línguas locais e variantes de crioulo, alargando o seu alcance e compreensão.	10 iniciativas de narração de histórias ou tradução financiadas em 12 meses, com diversidade geográfica e demográfica. - Pelo menos 5 recursos-chave feministas traduzidos e disseminados em línguas locais em 3 ou mais países.	Trabalhar em parceria com líderes comunitários para chegar às comunidades rurais ou marginalizadas
Fragmentação entre movimentos feministas liderados por jovens e os movimentos institucionais	Criar Programas de Mentoria Intergeracional e Assembleias Feministas.	Promover a aprendizagem intergeracional e reduzir a fragmentação organizacional.	- Conceber e implementar programas de mentoria intergeracional que juntem feministas experientes a jovens ativistas através de narração oral de histórias, intercâmbio digital e encontros presenciais. - Financiar assembleias feministas nacionais onde ativistas diversificadas (jovens, idosas, LGBTQIA+, vozes rurais) possam identificar lacunas de inclusão e propor estratégias feministas. - Apoiar a documentação multilingue e a tradução das histórias de mentoria, as conclusões das assembleias e os conhecimentos feministas em formatos acessíveis (áudio, línguas locais, visual).	- Pelo menos 3 grupos de mentoria lançados em diferentes países, cada um com um mínimo de 10 pares mentora-mentorada por ano. 4 assembleias feministas nacionais realizadas em dois anos, com 30% de participantes rurais ou sub-representadas. - Mínimo de 6 produções feministas (histórias, sínteses informativas, relatórios) criadas anualmente em 3 ou mais línguas locais ou formatos orais.	Facilitar a mentoria informal e baseada na confiança, em paralelo com programas formais.





Desafio	Recomendação Estratégica	Objetivo/ Impacto	Ações	Indicadores	Lições de Implementação
Esgotamento e fraca infraestrutura de cuidados para ativistas feministas	Investir em programas de cuidado coletivo, justiça restaurativa e apoio à saúde mental	Construir ecossistemas feministas sustentáveis e sensíveis ao trauma	- Apoiar financiamento estrutural para as organizações feministas assegurarem uma infraestrutura direcionada para o bem-estar, incluindo salários, ciclos de descanso e serviços de saúde mental. - Promover formações regionais e sessões de aprendizagem entre pares para líderes e ativistas feministas sobre cuidados sensíveis ao trauma, cura coletiva e prevenção do esgotamento. - Criar um fundo feminista de cuidados para financiar apoio de emergência, cuidados psicossociais e práticas comunitárias de cura, especialmente para ativistas que enfrentam violência ou exaustão.	- Pelo menos 30% das organizações financiadas a receber financiamento estrutural (não associado a projetos) que inclua recursos para cuidados e bem-estar. - Um mínimo de 4 formações ou retiros sobre práticas sensíveis ao trauma realizados anualmente, à escala regional, com a participação de pelo menos 5 países. - Fundo Feminista de Cuidados lançado com pelo menos 10 subvenções concedidas anualmente para apoiar iniciativas de saúde mental, descanso ou recuperação pós-trauma.	Integrar o cuidado como elemento central nos financiamentos, prazos e requisitos de prestação de contas.
Sub-representação em fóruns globais feministas e espaços de tomada de decisão	Apoiar delegadas de países de língua portuguesa e publicar documentos de posição em fóruns globais	Posicionar feministas lusófonas em espaços globais de tomada de decisão	- Atribuir financiamento específico e acompanhar a participação em fóruns como o a AWID, a CSW, o Fórum Feminista Africano e cimeiras em língua portuguesa. - Apoiar a produção de documentos de posição, manifestos e comunicados redigidos por feministas lusófonas.	- Um documento de posição redigido por feministas lusófonas submetido em cada um dos principais fóruns feministas a partir de 2026. - Pelo menos 5 delegadas lusófonas apoiadas anualmente em cada um dos fóruns internacionais.	Traduzir ferramentas de <i>advocacy</i> global para português e patrocinar a participação em eventos internacionais.





4

Referências Bibliográficas



- Arenas, F. (2015). *Migrations and the rise of African Lisbon: Time-space of Portuguese (post) coloniality*. Postcolonial Studies, Taylor & Francis.
- AWDF. (2025). *Lemlem Strategy Document (2023–2033)*.
- AWID. (2021). *Missing Data: Feminist Funding in the Global South*.
- Cabaço, J. (2001). *Patriotic history and cultural resistance in Mozambique*. Maputo: Arquivo Histórico.
- Cann, D. (1997). *The Portuguese Revolution: State and Class in the Transition to Democracy*. SUNY Press.
- Castelo, C. (2007). “O Modo Português de Estar no Mundo”: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933–1961). Porto: Afrontamento.
- Chabal, P. (2002). *A History of Postcolonial Portuguese-speaking Africa*. Indiana University Press.
- Civicus. (2024). *Civic Space Monitor: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*.
- Crocker, D.A. (2008). *Ethics of Global Development*. Cambridge University Press.
- Elson, D. (2002). *Gender Justice, Human Rights and Neo-liberal Economic Policies*. In Gender Justice, Development and Rights. Oxford University Press.
- Galvão, I., & Laranjeiro, C. (2019). *Gender struggle in Guinea-Bissau. In Resistance and Colonialism*. Springer.
- ICG (International Crisis Group). (2012). *Beyond Turf Wars: Managing the Post-Conflict Transition in Guinea-Bissau*.
- FMI. (2021). *Economic Outlook for Sub-Saharan Africa*.
- Lopes, C. (2010). *Civil Society and State in Portuguese-speaking Africa*. UNRISD.
- Mama, A. (2001). *Challenging Subjects: Gender and Power in African Contexts*. *African Sociological Review*.
- Medeiros, P. de, & Apais, L. (2021). *Contemporary Portuguese-speaking African Film*. Taylor & Francis.
- Mkandawire, T. (2005). *Targeting and Universalism in Poverty Reduction*. UNRISD.
- Munslow, B. (1983). *Mozambique: The Revolution and Its Origins*. Longman.
- Nascimento, A. (2020). *Colonial Legacies and Gender Norms in Portuguese-speaking Africa. In Postcolonial Gender Politics*.





OCDE. (2022). *Gender Equality and Development Co-operation Report*.

Panzer, M. G. (2019). *Socialist Politics in Portuguese-speaking Africa*. Oxford University Press.

Roque, P. (2009). *Angola's Post-War Transition: Rebuilding Civil Society*. Institute for Security Studies.

Sardenberg, C. (2008). *Liberal vs. Liberating Empowerment: A Latin American Perspective on Conceptualising Women's Empowerment*. IDS Bulletin.

ONU Mulheres. (2018). *Turning Promises into Action: Gender Equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development*.

UNCTAD. (2020). *Economic Development in Africa Report*.

Vasconcelos, P. (2017). *Religion and Gender in Portuguese-speaking Africa*. Universidade Católica Portuguesa.

Vicente, F. L., & Ramos, A. D. (2023). *Photography in Portuguese Colonial Africa, 1860–1975*. Routledge.

Vines, A. (2011). *Angola: Forty Years of War*. CSIS Africa Program.

Sundiata, I. K. (1996). *From Slaving to Neoslavery: The Bight of Biafra and Fernando Po in the Era of Abolition, 1827–1930*. University of Wisconsin Press.



[illegible]

